

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO TERRITÓRIO RIBEIRA

Estado do Paraná



IPARDES

PROJETO DE INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

**PROJETO DE INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL - PARANÁ**

**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO
TERRITÓRIO RIBEIRA**

**1.^a Fase
Caracterização Global**

Instituições colaboradoras: SEAB e IAPAR

**CURITIBA
2007**

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Roberto Requião - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Enio José Verri - *Secretário*

José Augusto Zaniratti - *Diretor Geral*

Moisés Francisco Farah Jr. - *Coordenador da CDG*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

José Moraes Neto - *Diretor-Presidente*

Nei Celso Fatuch - *Diretor Administrativo-Financeiro*

Maria Lúcia de Paula Urban - *Diretora do Centro de Pesquisa*

Deborah R. Carvalho - *Diretora do Centro Estadual de Estatística*

Thais Kornin - *Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB

Valter Bianchini - *Secretário*

Herlon Goelzer de Almeida - *Diretor Geral*

Almir Antonio Gnoatto - *Gerente Geral da UGP*

Luiz Carlos Teixeira Lopes - *Gerente Técnico da UGP*

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ - IAPAR

José Augusto Teixeira de Freitas Picheth - *Diretor-Presidente*

Arnaldo Colozzi Filho - *Diretor Técnico-Científico*

PROJETO INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

COORDENAÇÃO GERAL

Nestor Bragagnolo - *SEPL/CDG*

ELABORAÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS TERRITORIAIS

Coordenação Geral - IPARDES

Lenita Maria Marques

Valéria Villa Verde

Equipe Técnica

IPARDES

Ana Maria de Macedo Ribas, Anael Cintra, Cecília Schlichta Giusti, Ciro Cezar Barbosa, Daniel Nojima, Débora Zlotnik Werneck, Dirceu Krainski Pinto, Eloise Helene Hatschbach Machado, Elyane Neme Alves, Guilherme Dias da Silva Amorim, Janaína Gonçalves, Josil do Rocio Voidela Baptista, Julio T. Suzuki Júnior, Maria de Lourdes Urban Kleinke, Maria Luiza Marques Dias, Marino Antonio C Lacay, Marisa Valle Magalhães, Nádia Zaiczuk Raggio, Neda Mohtadi Doustdar, Norma Consuelo dos Santos, Oduvaldo Bessa Júnior, Pamela Patricia Cabral da Silva (acadêmica de Ciência Sociais), Renate Winz, Solange do Rocio Machado, Vilmar Gross

IAPAR

Gil Maria Miranda, Moacyr Doretto

SEAB-UGP

Eliete Juraszek Sourient

Colaboração

Márcio J. Vargas da Cruz - Professor do Departamento de Economia da UFPR

EDITORIAÇÃO

Maria Laura Zocolotti (*Coordenação*), Cristiane Bachmann (*Revisão de texto*), Ana Batista Martins (*Editoração eletrônica*), Régia Toshie Okura Filizola (*Capa*), Eliane D. Mandu (*Normalização tabular*), Luiza Pilati Lourenço (*Normalização bibliográfica*), Júlio Cesar de Ramos, Lucrécia Zaninelli (*Geoprocessamento e digitalização de informações*)

I59d Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Diagnóstico socioeconômico do Território Ribeira:
1.ª fase: caracterização global / Instituto Paranaense de
Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba : IPARDES,
2007.
115 p.
Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável -
Paraná.
Instituições colaboradoras: SEAB e IAPAR.

1. Situação social. 2. Situação econômica. 3. Território Ribeira
I. Título.

CDU 332.143(816.22)

APRESENTAÇÃO

O *Diagnóstico Socioeconômico do Território Ribeira* é um estudo contratado pelo Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável, de iniciativa do Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) e da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). É parte integrante de um conjunto de oito estudos sobre a realidade socioeconômica dos territórios: Caminhos do Tibagi, Cantuquiriguaçu, Centro-Sul, Norte Pioneiro, Paraná Centro, Ribeira, União da Vitória e Vale do Ivaí.

O Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável foi desenvolvido visando à contratação de empréstimo internacional junto ao Banco Mundial, dando continuidade, assim, a uma cooperação de décadas voltada para o meio rural paranaense. Concomitantemente às negociações relativas à contratação do empréstimo, o Governo do Paraná, no seu Plano Plurianual (PPA 2007-2011) e no seu Programa de Desenvolvimento Regional (PDRE), assumiu algumas ações previstas no projeto, dentre as quais a elaboração dos diagnósticos territoriais.

Para cumprir essa finalidade, constituiu-se um grupo de trabalho coordenado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) com as parcerias institucionais do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e da Minerais do Paraná (MINEROPAR).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
INTRODUÇÃO	5
1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	8
1.1 LOCALIZAÇÃO	8
1.2 ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS.....	9
2 PROCESSO DE OCUPAÇÃO E DINÂMICA POPULACIONAL	17
3 DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO	24
3.1 INDICADORES SINTÉTICOS.....	24
3.1.1 Desenvolvimento Humano	24
3.1.2 Famílias Pobres	25
3.1.3 Desigualdade de Renda.....	26
3.1.4 Trabalho Infanto-juvenil.....	27
3.2 HABITABILIDADE	29
3.3 SAÚDE	33
3.4 EDUCAÇÃO	40
3.5 PROGRAMAS SOCIAIS E DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	44
3.6 SÍNTESE DAS CONDIÇÕES SOCIAIS NO TERRITÓRIO RIBEIRA.....	51
3.7 TURISMO E EQUIPAMENTOS CULTURAIS.....	51
4 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA	56
4.1 ESTRUTURA PRODUTIVA E EMPREGO	56
4.1.1 PIB Total e PIB <i>per Capita</i>	56
4.1.2 Ocupação e Renda	58
4.1.2.1 Indicadores gerais	58
4.1.3 Evolução do Emprego Formal.....	62
4.1.3.1 Desempenho recente	64
4.2 CARACTERIZAÇÃO SETORIAL DAS ATIVIDADES	65
4.2.1 Indústria.....	65
4.2.2 Serviços.....	68
4.2.3 Agropecuária	70
4.2.3.1 Tipologia dos estabelecimentos agropecuários.....	70
4.2.3.2 Estrutura fundiária	71
4.2.3.3 Procedência da força de tração e de maquinaria	73
4.2.3.4 Uso da terra.....	73
4.2.3.5 Valor bruto da produção agropecuária.....	75
4.2.3.6 Produção e área das principais culturas	75
4.2.3.7 Rebanho	76
4.2.3.8 Silvicultura	77
4.3 MEIOS E INSTRUMENTOS.....	77
4.3.1 Fundo de Aval, Crédito, Programas e Projetos.....	77
4.4 INFRA-ESTRUTURA	84

4.4.1 Infra-estrutura Viária e Aeroportos.....	84
4.4.2 Armazéns	85
4.5 PERSPECTIVA ECONÔMICA TERRITORIAL	85
4.5.1 Material e Métodos.....	86
4.5.2 Resultados.....	86
5 ASPECTOS INTITUCIONAIS	88
5.1 FINANÇAS MUNICIPAIS	88
5.2 ATIVOS INSTITUCIONAIS	92
5.2.1 Instituições.....	92
5.2.2 Cursos Profissionalizantes: Cursos Técnicos de Nível Médio e Casa Familiar Rural.....	93
5.3 ASSENTAMENTOS RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	93
5.3.1 Comunidades Remanescentes de Quilombolas	93
5.4 INSTITUCIONALIDADE TERRITORIAL	95
5.4.1 Associações de Municípios	95
5.4.2 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRS)	95
5.4.3 Histórico do Processo Territorial	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	103
APÊNDICE	106

INTRODUÇÃO

O procedimento metodológico proposto para construir os diagnósticos territoriais levou em conta o âmbito e as particularidades das ações previstas pelo Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável (PARANÁ, 2005). A concepção geral do diagnóstico (estrutura e metodologia) considerou a sua finalidade e a disponibilidade de dados. Esta última condição foi determinante para conceber o diagnóstico em duas fases complementares. Na primeira fase, analisam-se o território e seus municípios a partir de fontes secundárias; na segunda fase, a unidade de análise passa a ser microbacias, utilizando-se a mais importante fonte brasileira de informações sobre economia agrária – o Censo Agropecuário 2006 –, cujo banco de dados estará disponível no primeiro semestre de 2008.

O Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável adotou como pressuposto a noção de espaço rural para além da economia agrícola e/ou a zona rural dos municípios. Admite haver espaços rurais onde coexistem atividades de natureza agrícola e não-agrícola.

Sobre o recorte espacial definido para análise e intervenção, vale salientar que, no Brasil, particularmente a partir dos anos 2000, a escala territorial foi introduzida nas políticas públicas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Ressalte-se que o MDA vinculou a sua política de crédito rural, notadamente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), à organização territorial, ação respaldada inclusive com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). No Estado do Paraná, essa ação legitimou e/ou estimulou a organização de municípios em territórios.

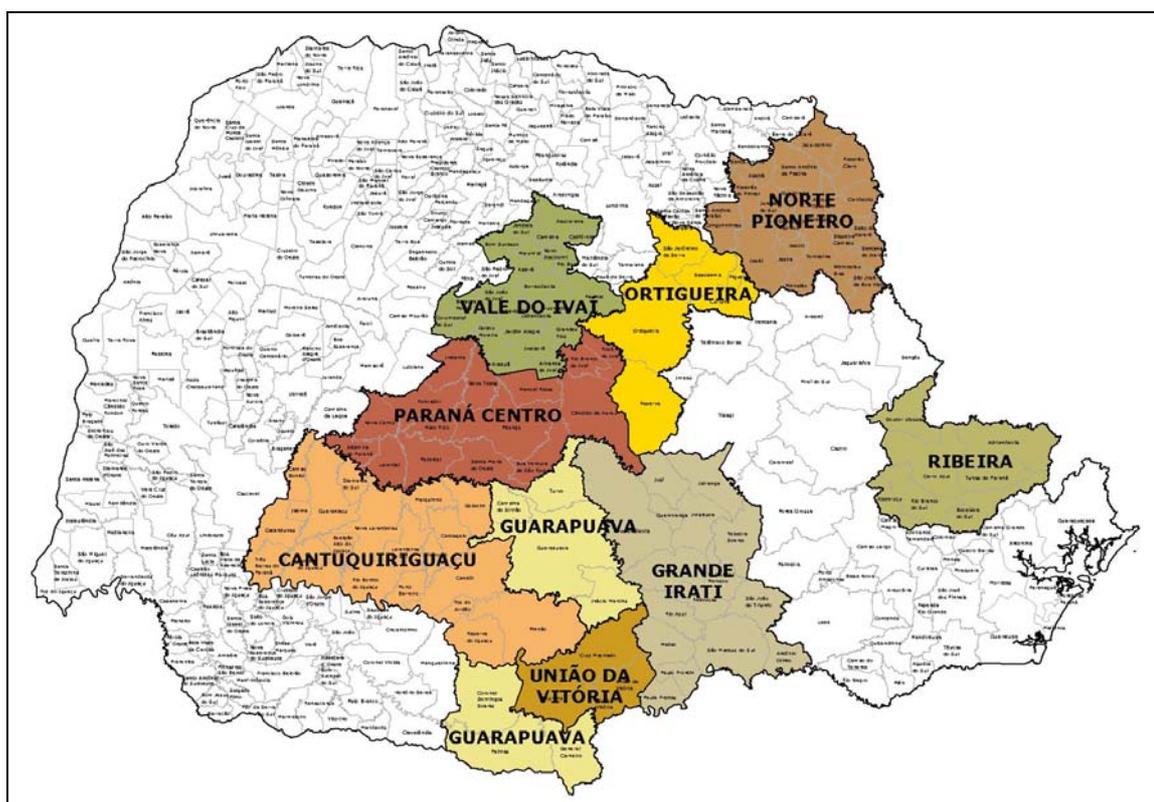
O conceito de território presente na política de crédito do MDA vem atrelado à perspectiva da promoção do desenvolvimento em áreas ou regiões estagnadas economicamente e deprimidas socialmente. Nesse contexto, a escala territorial assume um papel crescente enquanto unidade de planejamento e intervenção. Vale esclarecer que a organização de municípios em torno de um projeto não é novidade no Brasil, sendo que as associações de municípios e os consórcios municipais de saúde são exemplos dessas iniciativas.

Não cabe aqui debater a concepção territorial presente no Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável, mas elucidar que essa noção busca trazer para as ações voltadas ao desenvolvimento a idéia da multissetorialidade concomitante à superação da dicotomia urbano-rural no que tange ao planejamento da ação pública. Nesse sentido, um conjunto de municípios articulados em torno de um projeto comum tem se mostrado eficaz na realização de mudanças desejadas e apresenta maior capacidade de negociação e maior disponibilidade de recursos financeiros e humanos.

No âmbito do Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável, os diagnósticos socioeconômicos territoriais têm o objetivo de subsidiar as ações do Projeto,

como também o planejamento das ações dos Fóruns e/ou Conselhos de Desenvolvimento Territorial. Com essa orientação, o Projeto identificou espaços geográficos relativamente homogêneos do ponto de vista físico-ambiental. A partir dessa delimitação geográfica, priorizou as áreas mais vulneráveis do Estado para intervenção. Pelos critérios técnicos adotados pelo Projeto, foram selecionados nove territórios, abrangendo 121 municípios e uma área de 8 milhões de hectares, que, em 2000, correspondiam a uma população de 1,7 milhão de habitantes (mapa A).

MAPA A - TERRITÓRIOS PRIORIZADOS NO PROJETO INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CONFIGURAÇÃO INICIAL



FONTE: SEPL

NOTAS: Elaboração: IPARDES.

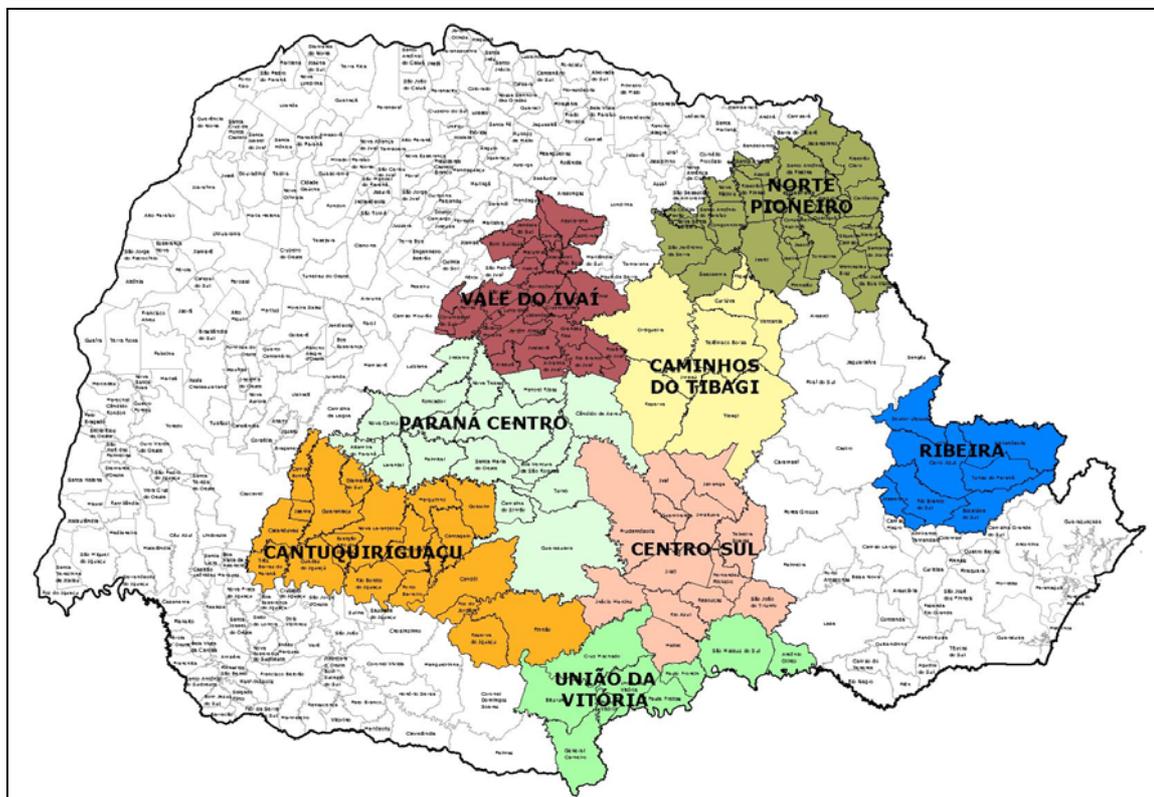
BASE CARTOGRÁFICA - SEMA (2004).

Uma etapa que antecedeu a elaboração dos Diagnósticos Territoriais foi proceder à validação desses espaços. Essa tarefa foi colocada *a priori*, para que o diagnóstico fosse desenvolvido com base na percepção local de sua abrangência e institucionalidade.

Esse procedimento, construído a partir de reuniões técnicas com instituições locais e mediadas pela Coordenação de Desenvolvimento Governamental – CDG/ SEPL, pela Unidade de Gerenciamento do Projeto – UGP/SEAB e pelo IPARDES/SEPL, identificou a necessidade de redefinir o desenho inicial. Assim, a área do Projeto passou para aproximadamente 8 milhões de hectares e os territórios prioritários passaram a ser oito, abrangendo 127 municípios, com uma população total de 1,8 milhão de habitantes, em 2007. Essa

adequação incorporou também denominações territoriais que vêm sendo utilizadas localmente. Com isso o território Ortigueira passou a ser denominado Caminhos do Tibagi e, o território Grande Irati passou a ser denominado território Centro-Sul (mapa B).

MAPA B - TERRITÓRIOS PRIORIZADOS NO PROJETO INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CONFIGURAÇÃO ATUAL



FONTE: SEPL

NOTAS: Elaboração: IPARDES.

BASE CARTOGRÁFICA - SEMA (2004).

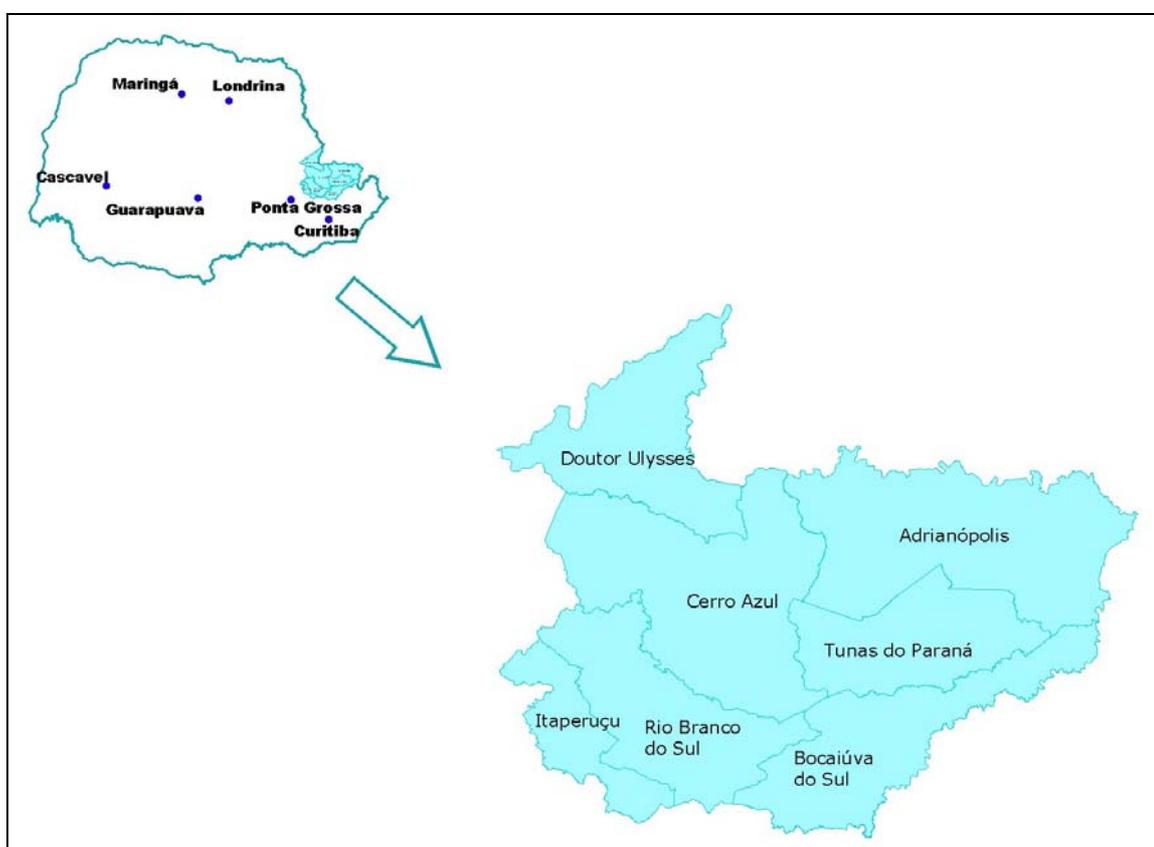
Para cumprir o seu papel de organizador dos elementos sociais e econômicos presentes nos territórios selecionados, os diagnósticos referentes à primeira fase apresentam uma leitura global do território estruturada em seis seções. A primeira seção traz a caracterização do território, localizando-o espacialmente e abordando seus aspectos físicos ambientais; a segunda seção trata da dinâmica populacional, com a história da ocupação do espaço territorial analisado e indicadores demográficos; na terceira seção são apresentados indicadores sociais e econômicos cuja ênfase recai sobre as dimensões do desenvolvimento; a quarta seção está voltada para a caracterização econômica e analisa a estrutura produtiva, as atividades, os meios e instrumentos e a perspectiva econômica territorial; na quinta e última seção analisam-se os aspectos institucionais presentes no território; e na seção 6, fazem-se as considerações finais.

1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

1.1 LOCALIZAÇÃO

O território Ribeira localiza-se no Primeiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 6.093,54 km², correspondendo a cerca de 3,1% do território estadual e a 7,6% da área do Projeto. Faz fronteira a leste e ao norte com o estado de São Paulo. A noroeste e oeste, faz divisa com o território Ponta Grossa, e a sudoeste e sul, com o território Metropolitana de Curitiba (mapa 1.1).

MAPA 1.1 - LOCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ



FONTE: IPARDES

O território Ribeira é constituído por sete municípios: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná. Esse conjunto de municípios reúne 99.352 pessoas, representando 1,0% da população estadual e 3,1% da população da área do projeto (tabela 1.1). Cabe ainda destacar que todos os municípios deste território integram, oficialmente, a Região Metropolitana de Curitiba.

TABELA 1.1 - POPULAÇÃO TOTAL E ÁREA TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2007

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL ⁽¹⁾	ÁREA TERRITORIAL (km ²)
Adrianópolis	6 709	1 349,34
Bocaiúva do Sul	9 533	826,34
Cerro Azul	17 693	1 341,19
Doutor Ulysses	6 010	781,45
Itaperuçu	22 021	312,38
Rio Branco do Sul	31 465	814,36
Tunas do Paraná	5 921	668,48
TERRITÓRIO RIBEIRA	99 352	6 093,54

FONTE: IBGE - Contagem de População (resultados preliminares)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) Resultados divulgados em Diário Oficial da União, em 5 de outubro de 2007.

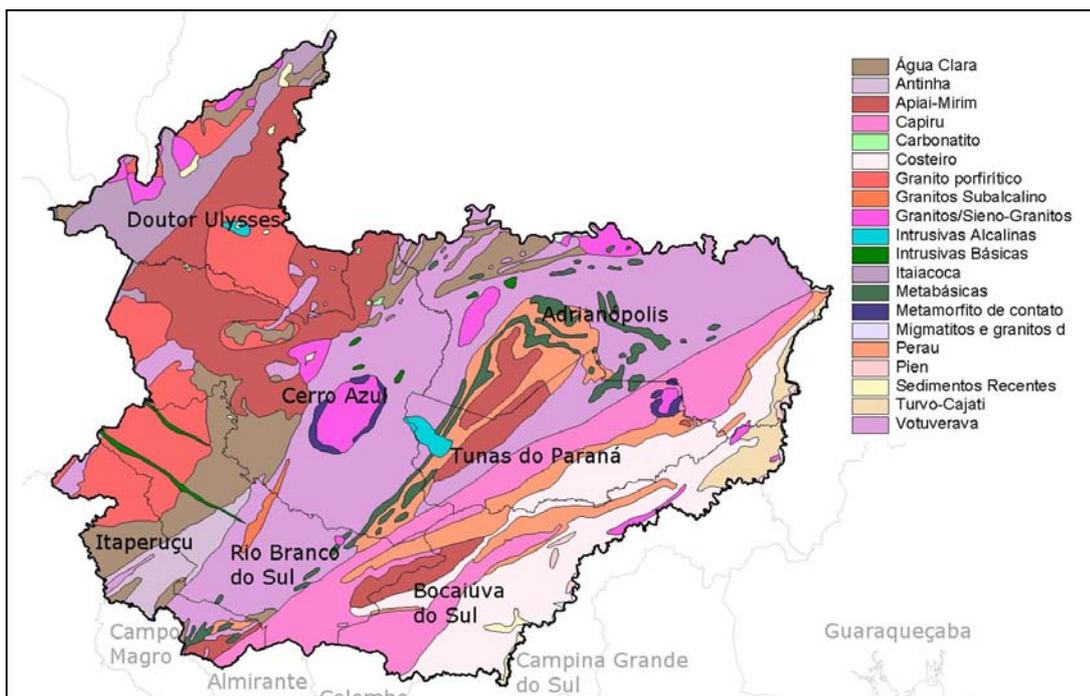
1.2 ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS

Neste item são apresentados temas que caracterizam ambientalmente o território Ribeira. Os temas abordados com referência ao meio físico são: geologia, médias das temperaturas mínimas e máximas, hipsometria, declividade e áreas com potencial à degradação do solo. Os temas que se referem ao meio biológico são: domínios fitogeográficos e cobertura vegetal de remanescentes e reflorestamento. Os mapeamentos de uso da terra de 1980, de uso da terra de 2001/2002 e de unidades de conservação também compõem este diagnóstico e representam as relações de pressão antrópicas e os aspectos jurídico-ambientais. Para cada tema, além do mapa apresentado, foi realizada uma caracterização baseada nos dados medidos em área destes mapeamentos.

A geologia do território Ribeira é caracterizada pela predominância da Formação Votuverava, com 27,2% da região abrangendo uma faixa de nordeste a sudoeste, contendo sericita, calcários, quartzos e mármores calcíticos, da idade do Proterozóico Superior, assim como a Formação Capiçu, com 10% concentrando-se a leste da região formada por clorita-biotita-quartzo, quartzitos e mármores. A Formação Apiaí-Mirim, com 13,3%, ocorre na porção noroeste, contendo granito-gnaisses, xistos feldspáticos e quartzitos. Água-Clara ocorre em pequenas áreas ao norte e oeste da região, com 7,9%, contendo calcoxisto, mármore e calcofillitos, e a Formação Pearu, com 6,87%, ocorre na parte leste e nordeste, contendo quartzitos finos, xistos e mármores, sendo que as três últimas formações são da idade do Proterozóico Médio. As formações restantes somam 34,80% do território (mapa 1.2).

Originalmente, o território Ribeira contava com predominância do bioma de Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucária), ocupando 56,4% de todo território. Esse bioma aparecia concentrado nas porções noroeste e sul, ao contrário da Floresta Ombrófila Densa (43,4%), que ocorria preferencialmente na porção norte. Os Campos Naturais (0,4%) eram mais representativos na parte sul (mapa 1.3).

MAPA 1.2 - GEOLOGIA DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ



FONTE: MINEROPAR

MAPA 1.3 - REGIÕES FITOGEOGRÁFICAS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ



FONTE: IPARDES

Quanto à hipsometria, as altitudes mais baixas verificadas no território (entre 30 m e 400 m) estão concentradas na parte norte da região e se estendem em direção a oeste, enquanto as altitudes acima de 1.000 m encontram-se mais ao sul da região e em pequena área ao noroeste. As faixas de 500 m a 900 m representam 77% (mapa 1.4).

A classe de declividade predominante é a do intervalo entre 20% e 45%, ocorrendo em cerca de 44,2% de todo território e concentrando-se nas porções noroeste e sul. A classe com intervalo maior que 45% ocupa 41,1% da área total, e se faz representar mais ao centro do território. As classes entre 0 e 10% e entre 10% e 20% representam 14,5% e estão dispersas por todo o território (mapa 1.5).

As temperaturas mínimas predominantes no território ocorrem em duas classes: 12°C a 13°C (79,9%) e 11°C a 12°C (20,1%) – mapa 1.6.

Quanto às temperaturas máximas, o território apresenta um intervalo entre 22°C e 25°C, sendo que o intervalo entre 22°C e 23°C ocorre apenas no extremo noroeste, com 1,4%. O intervalo entre 24°C e 25°C predomina em 65,16% do território, e as temperaturas, entre 23°C e 24°C, em 33,5% (mapa 1.7).

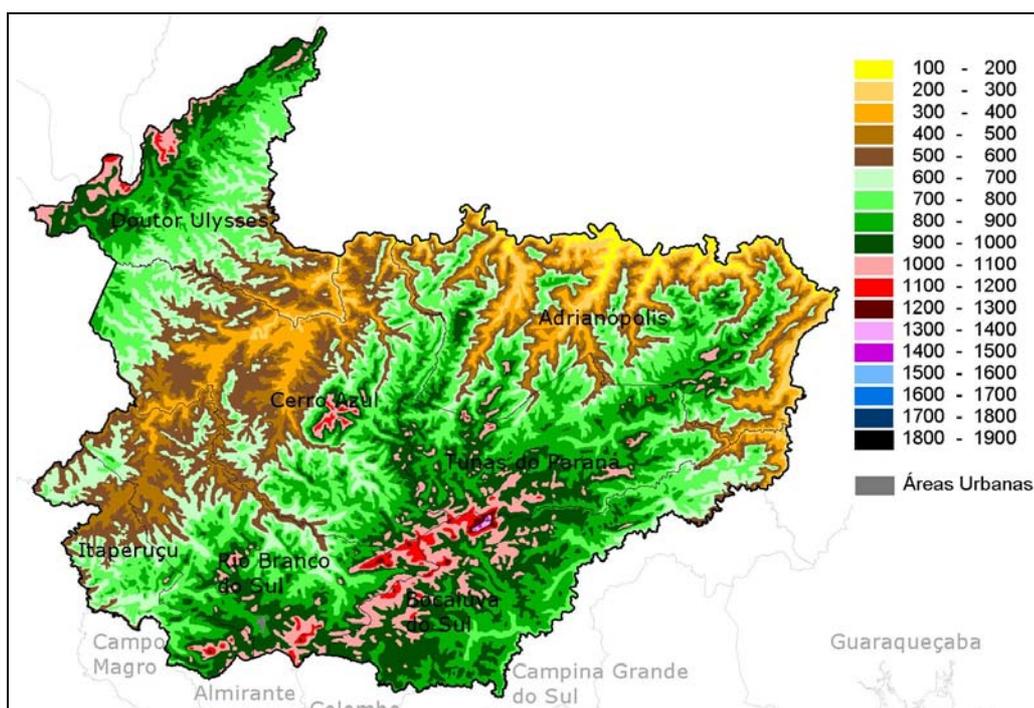
O território Ribeira apresenta 94,3% de seus solos com potencialidade à degradação, devido à alta probabilidade de riscos de erosão, e 5,7% possuem afloramento rochoso (mapa 1.8).

No levantamento de uso do solo, realizado mediante fotografias aéreas de 1980 pelo IPARDES, verificou-se que prevaleciam no território as capoeiras (40,4%), a agricultura (23,8%), as matas (22,6%), o reflorestamento (11%), as pastagens e o campo natural (3,1%), que encontravam-se dispersos por todo o território (mapa 1.9).

Outro levantamento de uso do solo, também realizado pelo IPARDES, utilizou imagens Land Remote Sensing Satellite (LANDSAT) de 2001 e 2002, e desse levantamento é possível verificar que no território predominam as áreas com floresta nativa (29,3%), floresta nativa alterada (25,7%) e reflorestamento (22,3%). Todas as outras unidades juntas não ultrapassam os 20% (mapa 1.10).

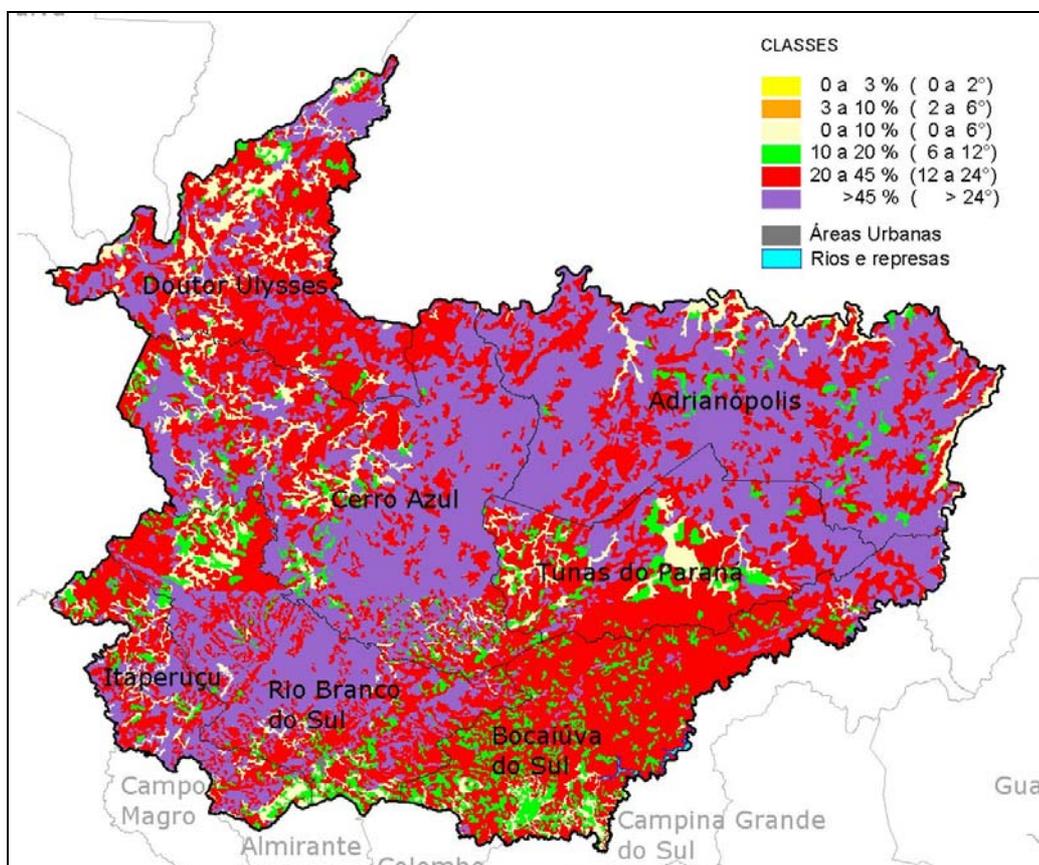
No que tange à extração mineral, apenas no município de Doutor Ulysses não houve produção. Segundo dados da MINEROPAR, no período entre 1995 e 2004 houve extração de areia, argila, calcário, calcário dolomítico, diabásio, filito, fluorita, granito, mármore, saibro, sienito e talco. O município de Rio Branco do Sul produz oito dos 12 minerais extraídos no território (quadro 1.1).

MAPA 1.4 - HIPSOMETRIA DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ



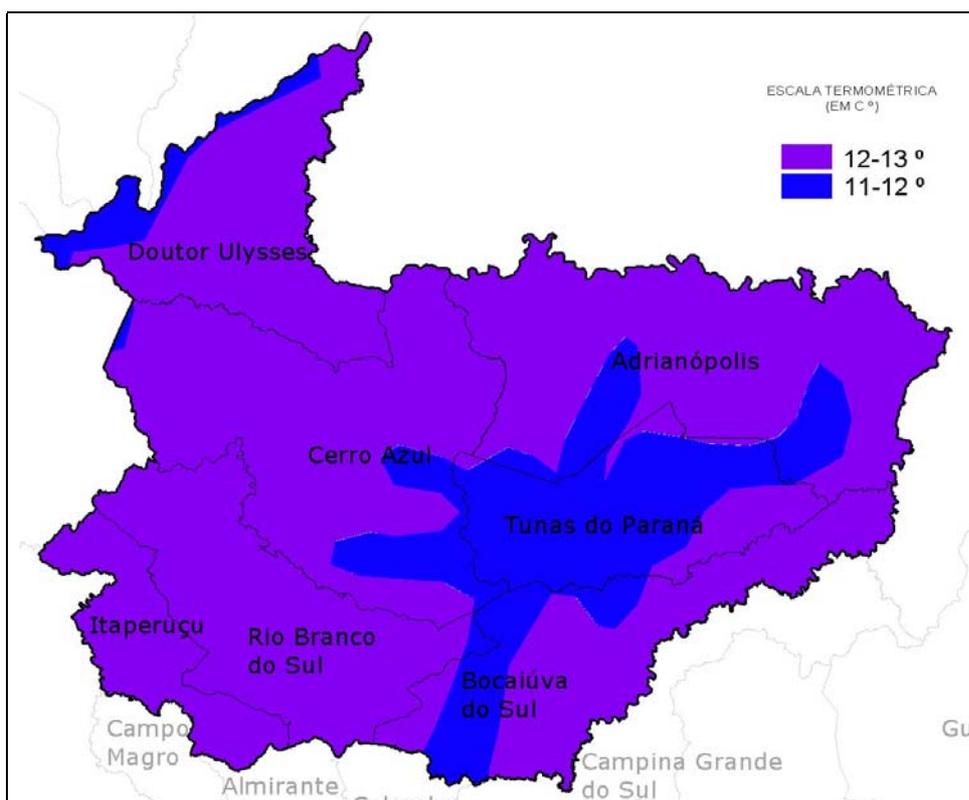
FONTE: IPARDES

MAPA 1.5 - DECLIVIDADE DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ



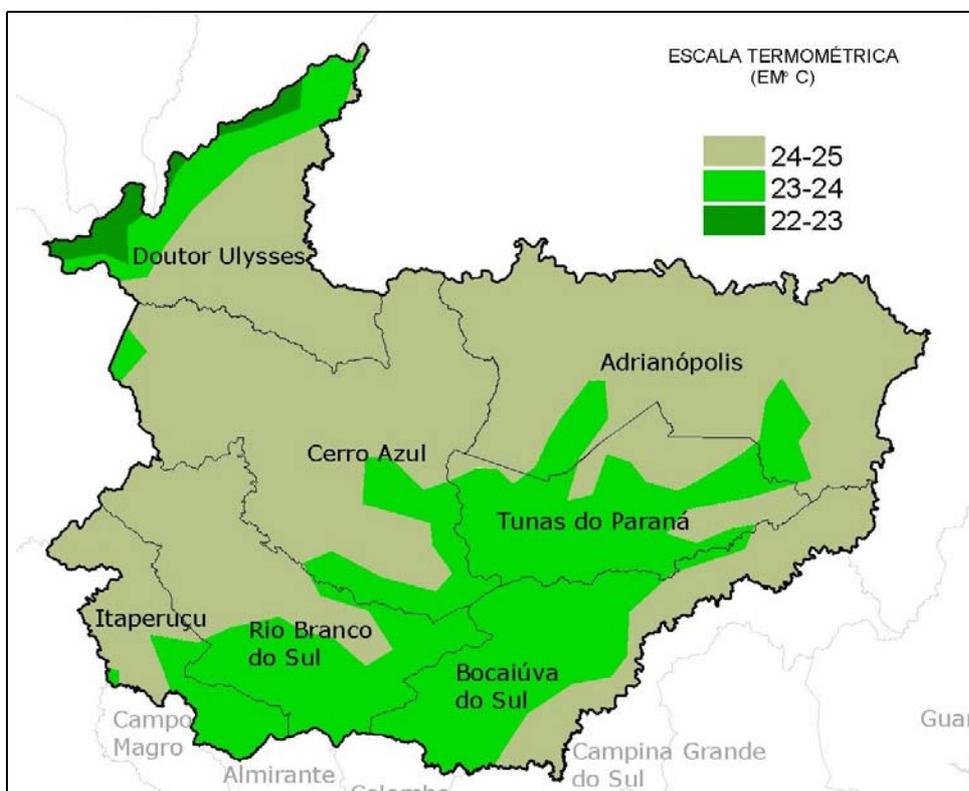
FONTES: EMATER, IPARDES

MAPA 1.6 - MÉDIA ANUAL DAS TEMPERATURAS MÍNIMAS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ



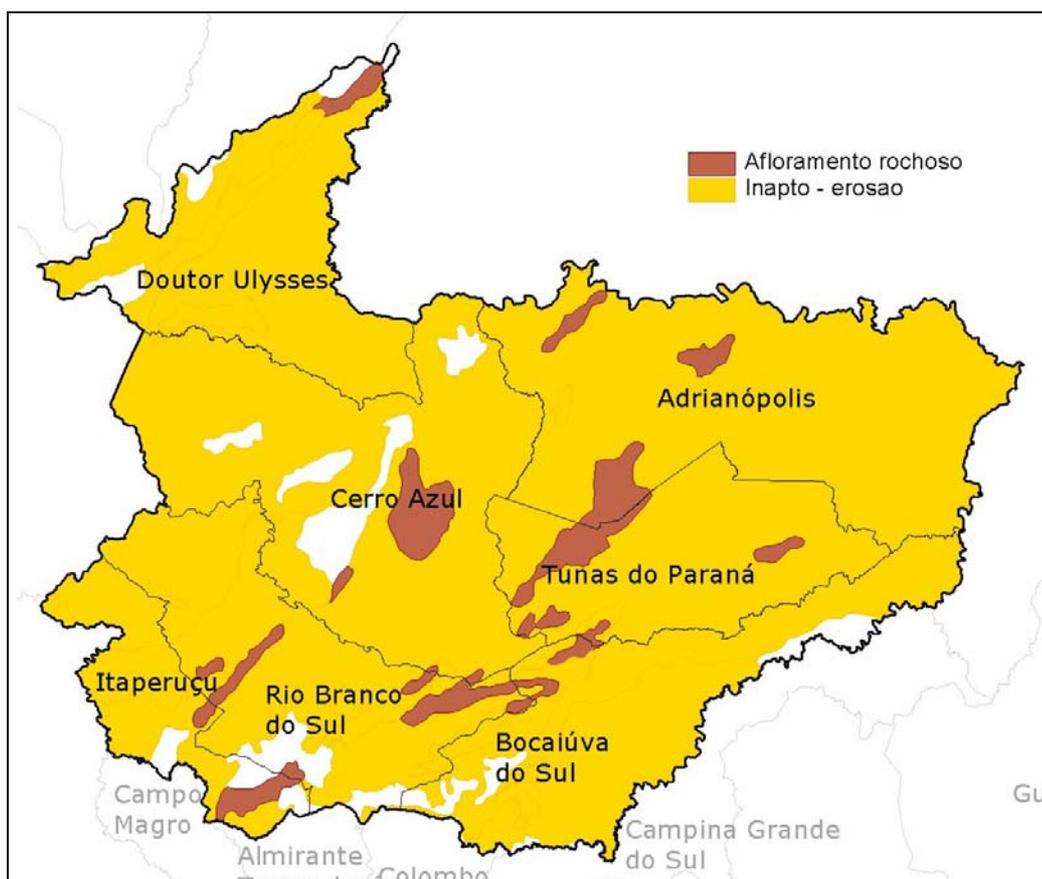
FONTE: IAPAR

MAPA 1.7 - MÉDIA ANUAL DAS TEMPERATURAS MÁXIMAS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ



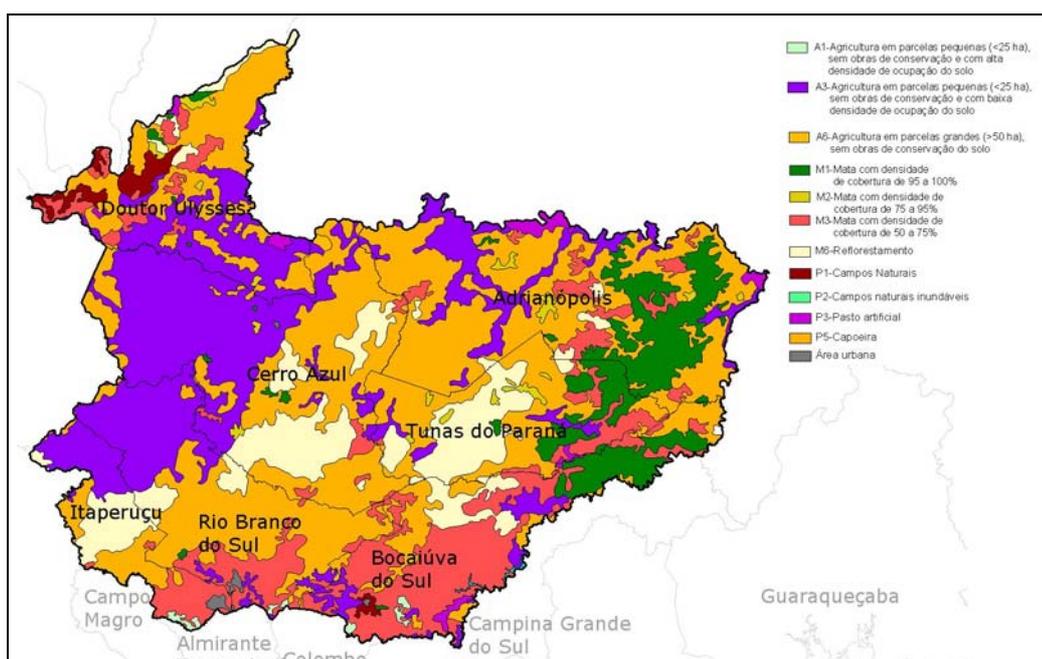
FONTE: IAPAR

MAPA 1.8 - ÁREAS COM POTENCIAL À DEGRADAÇÃO DO SOLO DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ



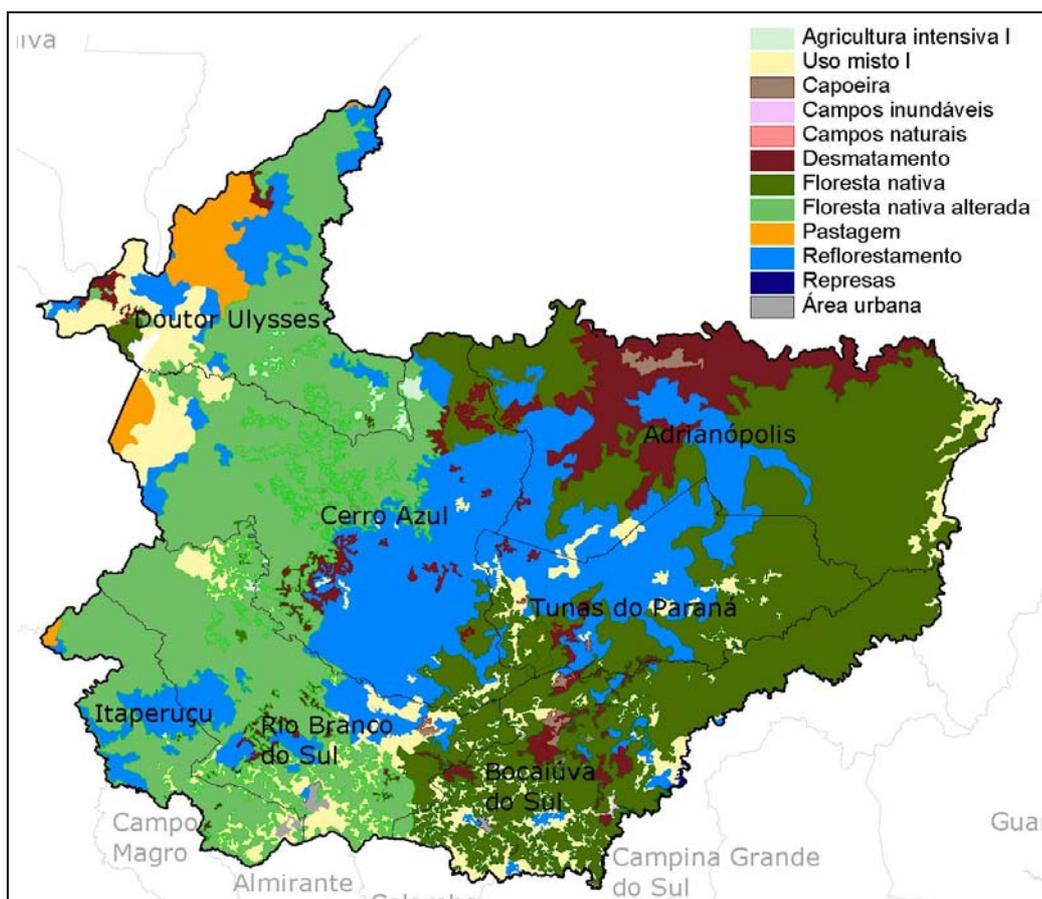
FONTE: IPARDES

MAPA 1.9 - USO DO SOLO NO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1980



FONTE: IPARDES

MAPA 1.10 - USO DO SOLO NO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ



FONTE: IPARDES

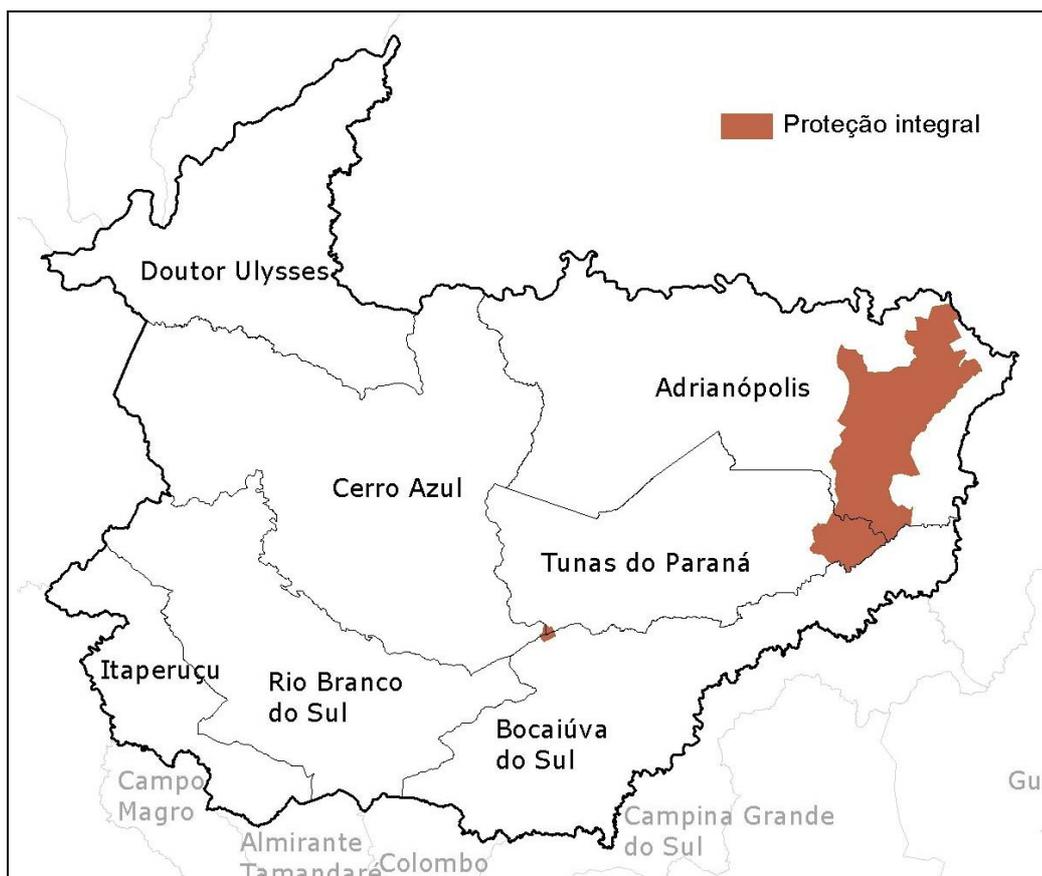
QUADRO 1.1 - PRODUÇÃO MINERAL DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1995-2004

MUNICÍPIO	SUBSTÂNCIA
Adrianópolis	• Areia
Bocaiúva do Sul	• Areia • Calcário Dolomítico • Talco
Cerro Azul	• Argila • Fluorita
Itaperuçu	• Calcário • Calcário Dolomítico • Filito
Rio Branco do Sul	• Argila • Calcário • Calcário Dolomítico • Diabásio • Filito • Granito • Mármore • Saibro
Tunas do Paraná	• Calcário • Calcário Dolomítico • Granito • Mármore • Sienito

FONTE: MINEROPAR

São apenas duas as unidades de conservação existentes no território de jurisdição estadual, na categoria Proteção Integral: o Parque Estadual das Lauráceas (4,5%), abrangendo os municípios de Adrianópolis e Tunas do Paraná, pertencente aos biomas de Floresta Ombrófila Densa e Floresta Ombrófila Mista; e o Parque Estadual de Campinhos (0,03%), pertencente ao bioma Floresta Ombrófila Mista, localizado nos municípios de Cerro Azul, Tunas do Paraná e Bocaiúva do Sul (mapa 1.11).

MAPA 1.11 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ



FONTE: IPARDES

2 PROCESSO DE OCUPAÇÃO E DINÂMICA POPULACIONAL¹

O território Ribeira particulariza-se por duas importantes características. De um lado, reúne um conjunto de municípios de baixa densidade populacional, mas que compõe parte da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) legalmente instituída, urbanizada, industrializada e densa. Por outro lado, está inserido na grande região do Vale do Ribeira, que abrange partes do território paulista e paranaense e se estrutura a partir da bacia hidrográfica do Ribeira do Iguape, estendendo-se desde o litoral sul de São Paulo até o litoral norte do Paraná (IPARDES, 2003c). A porção paranaense caracteriza-se como uma região que permaneceu à margem dos grandes ciclos econômicos do Estado: o ciclo do mate, o ciclo da madeira, a expansão cafeeira do norte paranaense, a expansão da agricultura de grãos para exportação e, mais recentemente, o processo industrial intensivo (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO VALE DO RIBEIRA/GUARAQUEÇABA, 2002).

Apresentando vastas áreas de remanescentes da Mata Atlântica, a região, da qual o território faz parte, foi ocupada a partir da atividade de cata e comercialização do ouro, que deu origem a vários povoados, mais tarde transformados em vilas e cidades.² Mesmo pertencendo à RMC, que apresentou altas taxas de crescimento geométrico e crescente urbanização desde a década de 1970, a maioria dos municípios que integram o território Ribeira apresenta características predominantemente rurais (IPARDES, 2004).

Com esse cenário de fundo, tem-se que o território Ribeira é composto por sete municípios que, em 2000, abrigavam 90,7 mil habitantes, apresentando um grau de urbanização de 52% e uma densidade populacional de 14,9 habitantes/km² (tabela 2.1). Os resultados preliminares da Contagem Populacional de 2007³ indicam um ligeiro crescimento da população do território para 99 mil habitantes e um conseqüente aumento na densidade demográfica para 16,2 habitantes/km². Apesar desse incremento populacional, o território apresenta o menor contingente demográfico e a menor densidade populacional dentre os territórios priorizados pelo projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável (ver Apêndice – tabela A.2.1).

¹ Partes deste texto foram extraídas de IPARDES (2004).

² Importantes estudos descrevem os principais traços históricos da formação dessa região. Ver, entre outros, Bernardes (1952), Westphalen (1968), Balhana, Machado e Westphalen (1969), Padis (1981), Wachowicz (1988) e Ferreira (1996).

³ Resultados divulgados em Diário Oficial da União em 5 de outubro de 2007.

TABELA 2.1 - POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, GRAU DE URBANIZAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2000/2007

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO				GRAU DE URBANIZAÇÃO 2000 (%)	DENSIDADE (hab./km ²)	
	2000			2007		2000	2007
	Urbana	Rural	TOTAL				
Adrianópolis	1 613	5 394	7 007	6 709	23,0	5,2	4,9
Bocaiúva do Sul	3 562	5 488	9 050	9 533	39,4	11,0	11,5
Cerro Azul	3 916	12 436	16 352	17 693	23,9	12,2	12,2
Doutor Ulysses	701	5 302	6 003	6 010	11,7	7,7	7,2
Itaperuçu	16 234	3 110	19 344	22 021	83,9	61,9	67,0
Rio Branco do Sul	20 049	9 292	29 341	31 465	68,3	36,0	34,8
Tunas do Paraná	1 421	2 190	3 611	5 921	39,4	5,4	8,8
TERRITÓRIO RIBEIRA	47 496	43 212	90 708	99 352	52,4	14,9	16,2

FONTE: IBGE - Censo Demográfico e Contagem de População (resultados preliminares de 5/10/2007)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Desde 1970, o conjunto do território tem demonstrado comportamento oscilante nas taxas de crescimento populacional (tabela 2.2). Nesse particular, assemelha-se a outros, e mesmo ao conjunto do Estado, ora registrando elevação nas taxas de crescimento, ora decréscimo (ver Apêndice - tabela A.2.2). Os únicos que vêm sofrendo sucessivas reduções nas taxas ao longo das décadas são Paraná Centro e União da Vitória. Os territórios Norte Pioneiro e Vale do Ivaí destacam-se pelo contínuo declínio nas taxas de decréscimo populacional, alcançando crescimento próximo a zero no período 2000-2007.

TABELA 2.2 - TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1970-2007

MUNICÍPIO	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (%)			
	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2007
Adrianópolis	-0,4	-1,9	-2,7	-0,6
Bocaiúva do Sul	1,3	-3,9	1,7	0,8
Cerro Azul	0,9	-2,0	0,2	1,2
Doutor Ulysses	-	-	2,1	0,0
Itaperuçu	-	-	6,8	2,0
Rio Branco do Sul	2,4	-1,3	0,7	1,1
Tunas do Paraná	-	-	2,7	7,7
TERRITÓRIO RIBEIRA	1,3	0,5	1,6	1,4

FONTE: IBGE - Censo Demográfico e Contagem de População (resultados preliminares de 5/10/2007)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Internamente ao território Ribeira, os municípios de Bocaiúva do Sul, Cerro Azul e Rio Branco do Sul demonstram ritmos oscilantes de evolução populacional. Adrianópolis, no entanto, vem experimentando sucessivas perdas populacionais. Entre os municípios mais novos do território, Tunas do Paraná evidencia expansão demográfica, enquanto Itaperuçu e Doutor Ulysses apresentam declínio nas taxas de crescimento demográfico, sendo que este último apresenta um crescimento zero no período 2000-2007.

Sem dúvida, o componente migratório, dentre os fatores demográficos, vem tendo um peso substantivo na conformação do quadro populacional regional. O já conhecido processo de modernização da agricultura paranaense, deflagrado em algumas regiões, principalmente a partir da década de 1970, foi paulatinamente se estendendo a todas as áreas do Estado, provocando intensos movimentos de evasão populacional das áreas rurais. Os municípios que compõem o território Ribeira não fugiram às características mais gerais que marcaram esse processo. Mais especificamente, ainda que substantivas parcelas dos emigrantes rurais tenham se fixado em centros urbanos próximos de suas áreas de origem, predominaram os deslocamentos de maior distância, resultando em saldos migratórios negativos para fora da região.

Os dados relacionados à movimentação populacional ocorrida no quinquênio 1995-2000 ilustram essa tendência (tabela 2.3). Embora os municípios do território recebam consideráveis fluxos imigratórios, particularmente de âmbito intra-estadual, com destaque para Rio Branco do Sul, Itaperuçu e Bocaiúva do Sul, suas perdas, em alguns casos, são mais volumosas, de modo a provocar um saldo negativo nas trocas populacionais, como registrado para Adrianópolis e Cerro Azul e para o conjunto do território. Sob o ponto de vista dos movimentos intra-estaduais, predominam numericamente os deslocamentos entre os municípios do território e demais municípios do Estado que não integram nenhum dos territórios em estudo, particularmente no que diz respeito aos fluxos de saída (ver Apêndice – tabelas A.2.3 e A.2.4). Entretanto, os deslocamentos entre os municípios do próprio território não são desprezíveis, notando-se que Itaperuçu, Tunas do Paraná, Bocaiúva do Sul e Doutor Ulysses apresentaram saldos positivos no quinquênio 1995-2000, enquanto os demais municípios experimentaram saldos negativos na migração intraterritorial. Quando se comparam os resultados do território Ribeira com os dos demais territórios, várias dessas observações também são válidas (ver Apêndice – tabelas A.2.5 e A.2.6).

TABELA 2.3 - IMIGRANTES, EMIGRANTES E TROCAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS INTRA-ESTADUAIS E INTERESTADUAIS DE DATA FIXA⁽¹⁾, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1995/2000

MUNICÍPIO	IMIGRANTES ⁽²⁾			EMIGRANTES			TROCAS LÍQUIDAS		
	Intra-estaduais	Interes-taduais	TOTAL	Intra-estaduais	Interes-taduais	TOTAL	Intra-estaduais	Interes-taduais	TOTAL
Adrianópolis	174	202	376	803	461	1 264	-629	-259	-888
Bocaiúva do Sul	1 133	177	1 309	657	51	707	476	126	602
Cerro Azul	389	118	506	2 289	76	2 365	-1 900	42	-1 858
Doutor Ulysses	209	69	278	203	60	264	5	9	15
Itaperuçu	1 177	-	1 177	404	28	432	773	-28	745
Rio Branco do Sul	1 368	183	1 552	1 325	81	1 406	43	102	146
Tunas do Paraná	350	48	398	227	-	227	124	48	172
TERRITÓRIO RIBEIRA	4 799	797	5 596	5 907	756	6 663	-1 108	41	-1 067

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) O imigrante de data fixa do período 1995/2000 não residia na localidade em estudo em 1995, e sim em 2000; o emigrante de data fixa informou, na pesquisa censitária, que residia na localidade em estudo em 1995, mas na data do censo (2000) residia em outro local.

(2) Exclui imigrantes procedentes de países estrangeiros.

Subjacentes às alterações na dinâmica de crescimento populacional da região, fortemente condicionadas pelos processos migratórios, interagem também as mudanças no comportamento reprodutivo e no perfil de mortalidade da população, observadas no período. Desde meados da década de 1960, várias regiões do Brasil passaram a experimentar uma trajetória firme e continuada de declínio da fecundidade, inserindo o país em um quadro irreversível de transição demográfica. A população do Paraná acompanhou *pari passu* esse processo e, apesar da existência de diferenciais regionais intra-estaduais, já no início dos anos 1990 demonstrava padrões de controle efetivo e continuado do tamanho de suas proles (MAGALHÃES, 2003). O número médio de filhos tidos nascidos vivos por mulher no transcorrer do período reprodutivo, estimado para o Estado no início da década de 1990, situava-se em 2,6, tendo declinado para 2,3 em torno do ano 2000 (tabela 2.4). Os municípios do território Ribeira evidenciavam nesse período níveis de fecundidade mais elevados do que a média do Estado. No entanto, todos experimentaram quedas nas taxas de fecundidade no intervalo de dez anos em questão, alguns em níveis expressivos.

TABELA 2.4 - TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL E ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1991/2000

MUNICÍPIO	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL ⁽¹⁾		ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER ⁽²⁾	
	1991	2000	1991	2000
Adrianópolis	4,2	3,2	64,7	69,9
Bocaiúva do Sul	3,1	2,7	65,9	67,5
Cerro Azul	3,9	3,0	64,7	70,2
Doutor Ulysses	4,7	3,4	61,3	63,6
Itaperuçu	3,3	3,3	63,7	66,0
Rio Branco do Sul	3,5	3,5	63,7	66,0
Tunas do Paraná	3,7	3,2	67,4	71,1
PARANÁ	2,6	2,3	65,7	69,8

FONTE: PNUD

- (1) Refere-se ao número médio de filhos tidos nascidos vivos por mulher residente na localidade em estudo, ao longo do seu período reprodutivo.
- (2) Expectativa média de vida que uma criança tinha ao nascer na localidade em estudo, dadas as condições socioeconômicas e ambientais vigentes à época.

É interessante observar que, desde os anos 1990, o fenômeno do aumento da gravidez na adolescência tem se alastrado nas mais diversas regiões do país, preocupando famílias, médicos, educadores e desafiando setores públicos e instâncias privadas a proporem programas, projetos e medidas direcionadas a atender e/ou minimizar o problema. A despeito dessa realidade, o processo mais geral de queda da fecundidade não é afetado, pois a contribuição dos nascimentos de mães jovens para o conjunto de nascimentos é, em geral, bastante pequena.

A mortalidade, por seu turno, que desde as primeiras décadas do século XX inicia, no Paraná, forte tendência de declínio, a exemplo do que ocorria em outras áreas brasileiras, prossegue em ritmo de queda ao final do século, se bem que de forma mais lenta. Nesse contexto, a população do Estado, que no início da década de 1990 exibia um índice de expectativa de vida ao nascer próximo de 66 anos, passa a apresentar, dez anos depois, um indicador mais elevado, no patamar de 70 anos. De forma similar à dinâmica da fecundidade, embora a maioria dos municípios do território Ribeira experimentasse níveis de esperança de vida ao nascer abaixo da média estadual, nos anos considerados, demonstraram significativos ganhos médios de anos de vida no transcorrer do decênio.

Todas essas mudanças imprimiram uma nova conformação à estrutura etária e por sexo da população do território, acompanhando a tendência estadual. No transcorrer das últimas décadas do século XX os padrões etários dos municípios paranaenses revelaram um processo paulatino de envelhecimento, com redução do peso dos grupos de idade mais jovens, e aumento, por outro lado, das proporções das idades adultas e idosas (IPARDES, 2004). As taxas anuais de crescimento da população por grandes grupos etários para o período 1991-2000 ilustram bem essas tendências e dimensionam as desigualdades do comportamento etário da população (ver Apêndice – tabelas A.2.7 e A.2.8). Apenas no caso de Itaperuçu pode ser observado que na década de 1990 todos os segmentos etários, inclusive o de jovens, experimentaram elevadas taxas de crescimento, fato que sinaliza o peso dos movimentos migratórios na conformação da estrutura populacional do município.

No limiar dos anos 2000, o grau de envelhecimento da população do Estado, medido por meio do índice de idosos,⁴ atingia quase 20%, indicando que para cada 100 jovens menores de 15 anos de idade que residiam no Paraná, havia 20 idosos com 65 anos e mais de idade (ver Apêndice - tabela A.2.9). O grau de envelhecimento da população do território Ribeira encontra-se em um patamar abaixo ao da média do Estado, próximo ao do território Cantuquiriguaçu, apresentando-se como um dos mais baixos graus de envelhecimento entre os territórios em estudo. No âmbito intraterritorial, apenas os municípios de Itaperuçu, Doutor Ulysses e Rio Branco do Sul apresentavam, em 2000, índices de envelhecimento abaixo da média do território (tabela 2.5).

⁴ O índice de idosos, uma medida do envelhecimento de uma população, mede a relação entre o número de pessoas idosas e o número de pessoas nos grupos etários mais jovens (no presente estudo, pessoas com 65 anos e mais e menores de 15 anos, respectivamente).

TABELA 2.5 - POPULAÇÃO POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS E ÍNDICE DE IDOSOS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	GRUPO ETÁRIO		ÍNDICE DE IDOSOS ⁽¹⁾ (%)
	0 a 14 anos	65 anos e +	
Adrianópolis	2 352	568	24,1
Bocaiúva do Sul	2 887	577	20,0
Cerro Azul	5 688	974	17,1
Doutor Ulysses	2 305	277	12,0
Itaperuçu	6 876	632	9,2
Rio Branco do Sul	9 823	1 278	13,0
Tunas do Paraná	1 304	225	17,3
TERRITÓRIO RIBEIRA	31 235	4 531	14,5

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) O índice de idosos mede a relação, em percentual, entre o número de pessoas idosas (65 anos e mais) e o número de pessoas nos grupos etários mais jovens (menores de 15 anos de idade).

No que tange à composição por sexo da população dos distintos grupos etários, os municípios do território Ribeira, a exemplo dos demais territórios e regiões do Estado (ver Apêndice – tabela A.2.10), evidenciam uma predominância masculina no segmento de crianças e jovens (abaixo de quinze anos) residentes na área, condizente com o padrão em geral percebido na maior parte das estruturas demográficas conhecidas (tabela 2.6).

TABELA 2.6 - POPULAÇÃO MASCULINA, FEMININA E RAZÃO DE SEXO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	GRUPO ETÁRIO								
	0 a 14 anos			15 a 64 anos			65 anos e +		
	População		Razão de Sexo ⁽¹⁾	População		Razão de Sexo ⁽¹⁾	População		Razão de Sexo ⁽¹⁾
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	
Adrianópolis	1 248	1 104	1,13	2 067	2 020	1,02	296	272	1,09
Bocaiúva do Sul	1 519	1 368	1,11	2 939	2 647	1,11	308	269	1,14
Cerro Azul	2 868	2 820	1,02	5 102	4 588	1,11	513	461	1,11
Doutor Ulysses	1 186	1 119	1,06	1 819	1 602	1,14	164	113	1,45
Itaperuçu	3 469	3 407	1,02	5 970	5 866	1,02	330	302	1,09
Rio Branco do Sul	5 015	4 808	1,04	9 434	8 806	1,07	694	584	1,19
Tunas do Paraná	676	628	1,08	1 125	957	1,18	119	106	1,12
TERRITÓRIO RIBEIRA	15 981	15 254	1,05	28 456	26 486	1,07	2 424	2 107	1,15

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) A razão de sexo expressa o número de homens observado na população em relação ao número de mulheres.

Na faixa de idade intermediária prevalece, em todos os municípios, um número maior de homens do que de mulheres residentes, situação mais comumente observada em regiões com menor nível de urbanização. A superioridade numérica masculina no segmento etário em idade de trabalhar é encontrada, via de regra, em áreas rurais. No cômputo geral do território, prevalece, portanto, o contingente masculino nesse intervalo etário.

Na faixa etária superior, que abrange a população considerada idosa, a tendência demográfica internacional é a de predomínio do número de mulheres, principalmente em decorrência dos efeitos da sobremortalidade masculina. Em outras palavras, entre os idosos, as mulheres detêm maiores probabilidades de sobrevivência do que os homens. No entanto, nenhum dos municípios do território Ribeira evidencia esse padrão. Todos apresentam larga superioridade masculina, com destaque para Doutor Ulysses, Rio Branco do Sul e Bocaiúva do Sul, fenômeno condizente com o perfil predominantemente rural dos municípios que compõem o território.

Após essa caracterização, é importante salientar que as disparidades nas estruturas etárias e de sexo observadas entre as distintas populações dos municípios, ou de grupos de municípios, além de constituírem o resultado dos efeitos combinados das respectivas histórias pregressas de evolução dos componentes demográficos – fecundidade, mortalidade e migração –, geram pressões de demanda diferenciadas sobre os serviços públicos de atendimento às necessidades básicas da população, especialmente no que se refere aos setores da educação e da saúde. Clarificá-las constitui, portanto, elemento relevante para a tarefa de planejamento.

3 DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO

Esta seção busca dimensionar as condições de vida da população do território Ribeira por meio de indicadores sintéticos e variáveis socioeconômicas. Com isso, o diagnóstico do território investiga e traz para a discussão um conjunto de dados e informações que apontam para os avanços alcançados e para as fragilidades a serem superadas.

3.1 INDICADORES SINTÉTICOS

3.1.1 Desenvolvimento Humano

O uso do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)⁵ em análises socioeconômicas é relevante pela possibilidade de expor desigualdades entre estruturas político-administrativas e permitir comparações que contribuem para a gestão pública.

Os municípios que integram o território Ribeira acompanharam o movimento de variação positiva do indicador no período 1991-2000 que, de modo geral, abrangeu os municípios brasileiros. No entanto, esse movimento não foi suficiente para melhor posicionar esse conjunto de municípios em relação à média estadual. Mesmo Bocaiúva do Sul, que registra o índice mais elevado (0,719), encontra-se distante da média estadual (0,787). Note-se que todos os municípios situam-se inclusive abaixo da média brasileira (0,766) – tabela 3.1.

TABELA 3.1 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL, *RANKING* E VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS COMPONENTES RENDA, EDUCAÇÃO E LONGEVIDADE, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1991/2000

MUNICÍPIO	IDH-M 1991	IDH-M 2000	<i>RANKING</i> ESTADUAL IDH-M 2000	VARIAÇÃO %			
				<i>Ranking</i> 1991-2000	Índice de Renda <i>per Capita</i> 1991/2000	Índice de Longevidade 2000	Índice de Educação 1991/2000
Adrianópolis	0,613	0,683	374°	31	3,1	13,2	16,7
Bocaiúva do Sul	0,639	0,719	272°	5	12,6	4,0	21,1
Cerro Azul	0,568	0,684	372°	-16	11,0	13,9	38,1
Doutor Ulysses	0,546	0,627	398°	2	7,5	6,4	30,6
Itaperuçu	0,606	0,675	380°	27	8,7	6,1	19,3
Rio Branco do Sul	0,627	0,702	330°	21	9,4	6,1	20,0
Tunas do Paraná	0,582	0,686	369°	-9	13,4	8,6	35,0

FONTE: PNDU/IPEA/FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

A variação entre o patamar máximo e mínimo do IDH-M expressa a desigualdade social neste território. Enquanto Bocaiúva do Sul ocupa a 272.^a posição no *ranking* dos 399

⁵ Elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (PNUD-ONU), é um índice construído com o objetivo de medir o desenvolvimento humano a partir dos componentes educação, saúde e renda. Para uma síntese do detalhamento da construção do IDH-M, ver PNUD (2003) e IPARDES (2003b).

municípios paranaenses, Doutor Ulysses ocupa a 398.^a posição. Porém, todos os municípios do território ocupam posições bastante desfavoráveis nesse *ranking*.

Muitas vezes, os avanços socioeconômicos não se refletiram em conquista de melhor posição no *ranking* estadual. Nesse sentido, vale citar Adrianópolis, Itaperuçu e Rio Branco do Sul, que, embora tenham melhorado seus indicadores, perderam posição relativa.

Os componentes do IDH-M, Esperança de Vida ao Nascer, Taxa de Alfabetização de Adultos, Taxa de Frequência Escolar (pessoas de 7 a 22 anos de idade) e Renda *per Capita* refletem mudanças sociais com desempenhos diferentes nos vários municípios. De modo geral, no território, assim como no Estado, os ganhos do IDH-M tiveram forte influência de investimentos na área da educação, que registrou em seus índices variações percentuais mais elevadas, comparativamente àquelas verificadas para os índices de saúde e de renda. Enquanto para o componente educação os municípios em geral apresentaram ganhos, nas outras áreas Cerro Azul destacou-se em saúde e renda, e Bocaiúva do Sul e Tunas do Paraná apresentaram ganhos mais significativos em termos de renda.

3.1.2 Famílias Pobres

Entre os vários indicadores que quantificam e qualificam a situação de pobreza, a renda familiar constitui um referencial analítico capaz de expressar aspectos da privação humana, relacionados às necessidades básicas insatisfeitas. Neste estudo, esse limiar está relacionado à renda familiar *per capita* até meio salário mínimo⁶.

O total de famílias pobres no território Ribeira, em 2000, era de 9.587, ou seja, 38% do total de famílias – indicador bastante superior à média paranaense, de 20,9%. De modo geral, todos os municípios apresentavam taxas de pobreza extremamente elevadas, que chegam a alcançar o dobro da média estadual (tabela 3.2).

TABELA 3.2 - TOTAL DE FAMÍLIAS E DE FAMÍLIAS POBRES, DISTRIBUIÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E TAXA DE POBREZA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	FAMÍLIAS			FAMÍLIAS POBRES				
	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Distribuição (%)			TOTAL
					Taxa de Pobreza (%)	Urbana	Rural	
Adrianópolis	1 988	108	755	863	43,4	12,5	87,5	100,0
Bocaiúva do Sul	2 544	211	527	738	29,0	28,6	71,4	100,0
Cerro Azul	4 502	337	1 853	2 191	48,7	15,4	84,6	100,0
Doutor Ulysses	1 600	40	876	917	57,3	4,4	95,5	100,0
Itaperuçu	5 371	1 451	463	1 914	35,6	75,8	24,2	100,0
Rio Branco do Sul	8 229	1 373	1 249	2 623	31,9	52,3	47,6	100,0
Tunas do Paraná	963	107	234	341	35,4	31,4	68,6	100,0
TERRITÓRIO RIBEIRA	25 197	3 627	5 957	9 587	38,0	37,8	62,2	100,0
PARANÁ	2 824 283	395 344	194 076	589 420	20,9	67,1	32,9	100,0

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES

⁶ Critério adotado no estudo Famílias Pobres no Estado do Paraná (IPARDES, 2003a).

A forte presença de municípios com predominância de população rural contribui para a maior concentração de famílias pobres nestas áreas. Com grandes proporções, destacam-se: Doutor Ulysses, com 95,5%, e Adrianópolis e Cerro Azul, nos quais mais de 80% das famílias pobres são rurais.

As elevadas taxas de pobreza das famílias rurais não revelam a parcela dos ganhos familiares resultantes da produção para o consumo próprio. De qualquer modo, essa parcela possivelmente não representa acréscimo significativo, capaz de alterar o quadro de carências sociais dessas famílias, considerando a fragilidade das condições de produção em geral.

3.1.3 Desigualdade de Renda

Uma medida clássica de mensuração da desigualdade de renda é a razão entre a renda média domiciliar *per capita* dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres.

No Brasil, essa medida indicou que a renda média *per capita* dos mais ricos, em 1991, era 30 vezes maior, com aumento, na década, para 33 vezes, determinada pela maior velocidade de ganho dos 10% mais ricos. A renda média *per capita* dos 40% mais pobres passou de R\$ 38,58, em 1991, para R\$ 47,26, em 2000. A renda média *per capita* dos 10% mais ricos, por sua vez, cresceu de R\$ 1.174,20 para R\$ 1.556,24. Nessa evolução, a variação percentual, respectivamente de 22,5% e 32,5%, confirma o maior ganho do grupo de maior renda (tabela 3.3).

TABELA 3.3 - RAZÃO ENTRE A RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS E 40% MAIS POBRES E VALORES DA RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* MÉDIA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1991/2000

MUNICÍPIO	RAZÃO ENTRE A RENDA DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS E DOS 40% MAIS POBRES		RENDA DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> MÉDIA DOS 40% MAIS POBRES (R\$ de 2000)		RENDA DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS (R\$ de 2000)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Adrianópolis	16	27	29,33	18,46	470,82	496,02
Bocaiúva do Sul	13	18	35,90	46,46	468,60	837,33
Cerro Azul	15	31	25,20	19,74	386,02	615,00
Doutor Ulysses	11	17	22,19	20,26	250,25	337,24
Itaperuçu	11	14	33,23	34,24	365,13	489,91
Rio Branco do Sul	17	18	34,46	44,34	588,19	787,15
Tunas do Paraná	13	22	26,65	32,25	355,88	703,97
MÉDIA TERRITÓRIO RIBEIRA	14	21	29,57	30,82	412,13	609,52
PARANÁ	23	24	48,16	66,92	1 090,75	1 595,38
BRASIL	30	33	38,58	47,26	1 174,20	1 556,24

FONTE: IPEA/IPEADATA

No Paraná, a renda média *per capita* dos mais ricos, em 1991, era 23 vezes maior, com pequeno aumento na década para 24 vezes, determinada também pela maior velocidade de ganho dos 10% mais ricos. A renda média *per capita* dos 40% mais pobres manteve-se mais elevada que a brasileira, passando de R\$ 48,16, em 1991, para R\$ 66,92, em 2000. Por sua vez, a renda média *per capita* dos 10% mais ricos alcança a renda média *per capita* brasileira em 2000, passando de R\$ 1.090,75 para R\$ 1.595,38. Nessa evolução, a variação percentual foi superior às médias nacionais – 38,9% e 46,2%, respectivamente, para os segmentos mais pobres e mais ricos.

No território Ribeira, a dinâmica econômica também favoreceu a renda dos 10% mais ricos. Em 1991, a razão entre os extremos era de 14, bem abaixo da média estadual. Em 2000 este indicador era de 21, ainda inferior à média do Estado. O aumento da desigualdade foi generalizado no território (ver tabela 3.3).

É importante notar que essa medida de desigualdade se dá sobre uma base muito baixa de renda domiciliar *per capita* dos 40% mais pobres. Apesar dos ganhos verificados na década, em 2000 nenhum município alcançou a média de renda domiciliar *per capita* de um terço do salário mínimo⁷, enquanto no topo da pirâmide os ganhos foram elevados e, em consequência, definiram valores substanciais, com variações de 14 a 31 na razão de desigualdade.

Com níveis de desigualdade mais elevados que a média estadual estão três dos sete municípios deste território. Entre os municípios que apresentam maior desigualdade no ano de 2000 estão Cerro Azul, Adrianópolis e Tunas. Inversamente, Itaperuçu e Doutor Ulysses situam-se como os menos desiguais em termos de renda (ver tabela 3.3).

Em síntese, comparativamente ao Brasil, no Paraná o segmento de menor renda obteve acréscimos que podem ser considerados substanciais e que contribuíram para amenizar os níveis de desigualdade. Por sua vez, no território, ainda que tenham ocorrido acréscimos, o segmento de menor renda permanece com média *per capita* bastante inferior à paranaense e mesmo à brasileira. Esse resultado não é diferente para o segmento mais rico, que apresenta médias de ganho muito abaixo do Paraná e do Brasil, o que revela a trajetória de dificuldades associadas à dinâmica regional.

3.1.4 Trabalho Infanto-Juvenil

A presença do trabalho infanto-juvenil é mais um forte indicativo das dificuldades socioeconômicas das famílias que dependem da contribuição do trabalho ou da renda de seus filhos (IPARDES, 2007). A condição de uma ocupação precoce pressupõe que este segmento se encontra comprometido com obrigações que, de modo geral, o penalizam pelos riscos à saúde, pela perda de oportunidade de investimentos na formação e, sobretudo, pela supressão da infância como momento fundamental para atender à integralidade do desenvolvimento humano.

⁷ Salário mínimo vigente no período entre 03/04/2000 e 01/04/2001 era de R\$ 151,00.

No território Ribeira, segundo dados do IBGE de 2000, encontravam-se ocupados 3.161 trabalhadores com idade entre 10 e 17 anos, 19,7% do total desse grupo etário, um percentual superior à média estadual, de 16,9%. Assim como para o Estado, nesse conjunto predominam os adolescentes de 14 a 17 anos (tabela 3.4).

TABELA 3.4 - TOTAL DE PESSOAS E DE OCUPADOS, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	PESSOAS								
	TOTAL			Ocupados					
	10 a 17 anos	10 a 13 anos	14 a 17 anos	10 a 17 anos		10 a 13 anos		14 a 17 anos	
				Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Adrianópolis	1 335	674	661	230	17,2	62	9,3	167	25,3
Bocaiúva do Sul	1 505	739	767	332	22,1	54	7,3	278	36,2
Cerro Azul	3 088	1 504	1 584	752	24,3	213	14,2	538	34,0
Doutor Ulysses	1 173	617	556	638	54,4	270	43,7	368	66,3
Itaperuçu	3 279	1 594	1 685	209	6,4	36	2,3	173	10,3
Rio Branco do Sul	5 099	2 509	2 590	911	17,9	195	7,8	716	27,7
Tunas do Paraná	600	279	321	88	14,7	4	1,3	85	26,4
TERRITÓRIO RIBEIRA	16 079	7 915	8 164	3 161	19,7	835	10,5	2 326	28,5
PARANÁ	1 502 974	746 331	756 642	253 256	16,9	36 458	4,9	216 798	28,7

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES

No âmbito dos municípios, Doutor Ulysses apresentou as maiores proporções de crianças que trabalham. Na faixa de 10 a 13 anos chegou a atingir 43,7%, e no grupo de 14 a 17 anos, chegou a atingir 66,3%. Acompanharam esses níveis os municípios de Bocaiúva e Cerro Azul, onde a proporção dos ocupados é superior a 30%.

O maior número registrado em Rio Branco do Sul está associado à dimensão populacional desse município, uma vez que os ocupados em relação ao total do grupo etário atingem 17,9%, percentual abaixo da média do território, mas superior à do Estado (ver tabela 3.4).

De modo geral, a grande maioria das crianças encontrava-se ocupada em atividades agrossilvopastoris. No município de Cerro Azul sobressai a ocupação no cultivo de cítricos, enquanto nos demais encontravam-se distribuídos em diferentes atividades desse setor, de acordo com o cultivo predominante do município. E em termos de atividades urbanas a distribuição estava relativamente esparsa, à exceção da ocupação em serviços domésticos.

Neste território, os adolescentes, do mesmo modo que as crianças, encontravam-se, em maioria, nas ocupações rurais. Os municípios de Cerro Azul (com atividades na citricultura e em lavouras de milho) e de Doutor Ulysses (que apresenta ocupações disseminadas entre vários cultivos) contribuem significativamente no sentido de inferir essa marca rural às ocupações infanto-juvenis do território.

Em relação às ocupações urbanas, 40,1% delas encontravam-se concentradas em Rio Branco do Sul, distribuídas principalmente nas atividades de Serviços Domésticos e da Construção Civil. Em Tunas do Paraná, e em menor proporção nos demais municípios, destaca-se a ocupação na produção de derivados da madeira, importante atividade regional.

3.2 HABITABILIDADE

Este item busca traçar um quadro das condições mais gerais de habitação da população do território Ribeira. Para tanto, foram analisados indicadores de densidade por cômodo, infra-estrutura dos domicílios e déficit habitacional.

Em relação à densidade por cômodo, a diminuição nos percentuais de inadequação, entre 1991 e 2000, pode ser verificada tanto para o Estado do Paraná quanto para o Brasil.

No território Ribeira, observa-se que o percentual de domicílios com densidade superior a duas pessoas por cômodo⁸ era superior à média nacional, que, por sua vez, era superior à média paranaense, nos dois anos analisados. Note-se que, a despeito de a maioria dos municípios do território ter evidenciado expressivos decréscimos nesse percentual, todos os municípios continuaram a apresentar participação percentual superior à média estadual (tabela 3.5).

TABELA 3.5 - PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM DENSIDADE SUPERIOR A DUAS PESSOAS POR CÔMODO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - 1991/2000

MUNICÍPIO	DOMICÍLIOS (%)	
	1991	2000
Adrianópolis	38,7	30,4
Bocaiúva do Sul	31,8	26,3
Cerro Azul	37,9	24,5
Doutor Ulysses	46,1	28,7
Itaperuçu	49,5	23,2
Rio Branco do Sul	40,3	27,1
Tunas do Paraná	44,5	44,8
PARANÁ	21,7	14,7
BRASIL	26,5	21,1

FONTE: PNUD/IPEA/FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Os municípios que apresentaram os maiores percentuais de inadequação em 1991 e 2000 foram Itaperuçu (49,5% e 23,2%, respectivamente), Doutor Ulysses (46,1% e 28,7%, respectivamente) e Tunas do Paraná (44,5% em 1991 e 44,8% em 2000) – ver tabela 3.5.

A análise da infra-estrutura associada às condições de habitação adota o enfoque da inadequação e, portanto, da demanda, e tem como objetivo apontar as necessidades mais imediatas da população. Esse indicador foi construído a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000.

Foram considerados inadequados todos os domicílios particulares permanentes que não tinham água encanada em pelo menos um cômodo, independentemente da condição de acesso (rede geral, poço ou nascente). Também foram considerados inadequados quanto ao esgotamento sanitário os domicílios não ligados à rede geral de esgoto ou fossa séptica.

⁸ Critério de adequação adotado pelo estudo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2003).

Do mesmo modo, foram tomados como inadequados aqueles domicílios em que o lixo não é coletado e há ausência de energia elétrica.⁹

A análise das condições mais gerais de habitabilidade no território Ribeira deve considerar o fato de que a população encontrava-se, predominantemente, na zona rural. As exceções ficam por conta dos municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul, com percentual de domicílios na zona urbana de 84,3% e 68%, respectivamente. Esta característica rural confere especificidades à realidade analisada, pois sabe-se que o rural brasileiro é marcado pela inequidade social. As variáveis selecionadas (tabela 3.6) apontam a demanda potencial dos municípios e indicam que é na zona rural que o déficit é maior.

TABELA 3.6 - TOTAL DE DOMICÍLIOS E PERCENTUAL DE INADEQUAÇÃO DE ÁGUA, ESGOTO, COLETA DE LIXO E ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	DOMICÍLIOS					DOMICÍLIOS INADEQUADOS (%)						
	TOTAL	Abs.		%		Água		Esgotamento		Lixo		Energia Elétrica
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
Adrianópolis	1 863	456	1 407	24,5	75,5	1,3	12,0	30,0	76,9	3,1	73,8	20,2
Bocaiúva	2 443	941	1 502	38,5	61,5	1,0	9,2	22,0	42,5	-	67,4	7,4
Cerro Azul	4 348	1 115	3 233	25,6	74,4	6,7	14,9	25,7	81,0	17,3	89,5	25,4
Doutor Ulysses	1 511	186	1 325	12,3	87,7	12,4	19,5	91,9	89,4	10,2	92,4	31,5
Itaperuçu	5 209	4 391	818	84,3	15,7	8,5	18,2	41,5	84,7	3,6	98,5	3,6
Rio Branco do Sul	7 877	5 360	2 517	68,0	32,0	5,4	13,9	55,2	85,3	7,2	80,5	8,7
Tunas do Paraná	907	367	540	40,5	59,5	41,4	10,4	80,4	99,1	0,5	85,7	21,7
TERRITÓRIO RIBEIRA	24 158	12 816	11 342	53,1	46,9	7,2	14,1	45,9	78,4	6,0	83,4	13,3
Total de domicílios inadequados (abs.)	929	1 601	5 878	8 897	773	9 464	3 208
PARANÁ (abs.)	2 664 276	2 209 536	454 740	57 008	51 488	856 345	394 890	64 072	383 087	56 796

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Sinal convencional utilizado:

.. Não se aplica dado numérico.

A inadequação no abastecimento de água nos domicílios urbanos do município de Tunas do Paraná foi de 41,4%, seguido por Doutor Ulysses, com 12,4%, sendo que a média do território Ribeira para a zona urbana foi de 7,2%. Pode-se destacar os municípios de Bocaiúva do Sul (1%) e Adrianópolis (1,3%) como aqueles que apresentaram as menores taxas de inadequação no abastecimento de água nos domicílios urbanos. Na zona rural, os municípios que registraram os maiores percentuais de inadequação no abastecimento de

⁹ Neste estudo foram adotados os seguintes parâmetros para a análise da infra-estrutura habitacional: domicílios particulares permanentes, construídos para servir exclusivamente à habitação e com finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas. Em relação ao acesso à água, foram considerados inadequados os domicílios urbanos abastecidos por: rede geral canalizada só na propriedade ou terreno; poço ou nascente (na propriedade) canalizada só na propriedade ou terreno; poço ou nascente (na propriedade) não canalizada; canalizada em pelo menos um cômodo; canalizada só na propriedade ou terreno; e não canalizada. Os domicílios rurais inadequados são aqueles abastecidos por poço ou nascente (na propriedade) não canalizada; água canalizada só na propriedade ou terreno e água não canalizada. Quanto ao esgotamento sanitário, foram considerados inadequados: fossa rudimentar; vala; rio, lago ou mar; outro escoadouro; domicílios que não tinham banheiro ou sanitário. E, quanto ao destino do lixo, foram considerados inadequados: queimado (na propriedade); enterrado (na propriedade); jogado em terreno baldio ou logradouro; jogado em rio, lago ou mar; outro destino.

água foram Doutor Ulysses, Itaperuçu e Cerro Azul, sendo que a média do território para a zona rural foi de 14,1% (ver tabela 3.6).

No que se refere a esgotamento sanitário e destino do lixo, chama a atenção a magnitude da inadequação. Observa-se que, em 2000, na zona urbana, os municípios com as maiores taxas de inadequações eram Doutor Ulysses (91,9%) e Tunas do Paraná (80,4%). Os municípios com maiores percentuais de domicílios rurais inadequados para o esgotamento sanitário eram Tunas do Paraná (99,1%), Doutor Ulysses (89,4%) e Rio Branco do Sul (85,3%). Os demais municípios da zona rural também apresentaram taxas bastante significativas de inadequação dos domicílios.

Quanto ao destino do lixo, é na zona rural que esse serviço demanda uma política mais efetiva, uma vez que a maioria dos municípios adotava práticas inadequadas, registrando taxas bem elevadas de inadequação. Sobre esse ponto, é preciso ressaltar que o padrão de consumo das populações rurais com acesso a produtos industrializados está cada vez mais próximo do padrão urbano, o que coloca a necessidade de se discutir isso e dotar essas populações de serviços de coleta de lixo. Na zona urbana, o percentual médio de inadequação para a coleta de lixo no território foi de 6%; os municípios de Cerro Azul, Doutor Ulysses e Rio Branco do Sul, apresentaram as piores taxas nos domicílios urbanos (ver tabela 3.6).

Verifica-se que, para alguns municípios, o acesso à energia elétrica mostrava déficits expressivos, a exemplo de Doutor Ulysses (31,5%), Cerro Azul (25,4%) e Adrianópolis (20,2%). No entanto, segundo dados da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), vem se verificando também uma expansão significativa no total de consumidores residenciais desse serviço no território, destacando-se os municípios de Tunas do Paraná, Doutor Ulysses, Cerro Azul, todos com expressivos percentuais (tabela 3.7).

TABELA 3.7 - CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA RESIDENCIAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1996/2006

MUNICÍPIO	CONSUMIDORES						
	TOTAL			Variação			
	1996	2000	2006	1996/2000		2000/2006	
				Abs.	%	Abs.	%
Adrianópolis	936	925	1 076	-11	-1,28	151	16,3
Bocaiúva do Sul	1 149	1 298	1 817	149	13,0	519	40,0
Cerro Azul	1 358	1 418	2 020	60	4,4	602	42,5
Doutor Ulysses	241	265	594	24	10,0	329	124,2
Itaperuçu	3 123	3.727	4 741	604	19,3	1014	27,2
Rio Branco do Sul	4 828	5 667	6 892	839	17,4	1225	21,6
Tunas	408	535	1 354	127	31,1	819	153,1

FONTE: COPEL

O consumo de energia elétrica na zona rural cresceu significativamente, podendo-se destacar os municípios de Doutor Ulysses e Rio Branco do Sul, que tiveram expansão para os

dois períodos considerados – 1996/2000 e 2000/2006. Nesse caso, vale lembrar que o consumo elétrico na zona rural compreende tanto o consumo doméstico como o produtivo (tabela 3.8).

TABELA 3.8 - CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - 1996/2006

MUNICÍPIO	CONSUMIDORES						
	TOTAL			Variação			
	1996	2000	2006	1996/2000		2000/2006	
				Abs.	%	Abs.	%
Adrianópolis	269	382	489	113	42,0	107	28,0
Bocaiúva do Sul	590	933	1 216	343	58,1	283	30,3
Cerro Azul	833	1 107	1 550	274	32,9	443	40,0
Doutor Ulysses	267	516	767	249	93,3	251	48,6
Itaperuçu	393	395	562	2	0,51	167	42,3
Rio Branco do Sul	736	1 036	1 539	300	40,8	503	48,6
Tunas do Paraná	80	99	132	19	23,8	33	33,3

FONTE: COPEL

O conceito de déficit habitacional está ligado diretamente ao conceito de deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas moradias sem condições de habitabilidade devido à precariedade das construções ou em virtude de desgaste da estrutura física.

A partir dos resultados, observou-se que o déficit para o Paraná era de 3,5% do total de domicílios do Estado, que totalizavam 169.227 domicílios particulares permanentes existentes no Paraná para o ano de 2000.

Cabe notar, no entanto, que os maiores percentuais de déficit no território Ribeira concentravam-se nos municípios de Tunas do Paraná e Doutor Ulysses (tabela 3.9).

TABELA 3.9 - POPULAÇÃO, TOTAL DE DOMICÍLIOS E DÉFICIT HABITACIONAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	TOTAL DE DOMICÍLIOS	DÉFICIT HABITACIONAL	
			Abs.	%
Adrianópolis	7.007	1 863	11	0,6
Bocaiúva do Sul	9 050	2 420	0	0,0
Cerro Azul	16 352	4 387	0	0,0
Doutor Ulysses	6 003	1 498	51	3,4
Itaperuçu	19 344	5 217	0	0,0
Rio Branco do Sul	29 341	7.851	36	0,5
Tunas do Paraná	3 611	895	55	6,1
TERRITÓRIO RIBEIRA	90 708	24 130	153	0,6
PARANÁ	9 563 458	4 875 645	169 227	3,5

FONTES: IBGE - Censo Demográfico, IPARDES

Comparando os resultados dos demais municípios do território Ribeira com a média do déficit habitacional do Estado, observa-se que a maioria dos municípios encontrava-se numa situação relativamente mais favorável que a média do Estado.

3.3 SAÚDE

O perfil da saúde de uma população resulta do padrão demográfico que a caracteriza, bem como reflete o contexto socioeconômico-ambiental mais amplo em que ela se insere. Isso significa dizer que, no quadro das doenças e óbitos que afetam essa população, têm peso o grau de desenvolvimento e a abrangência do nível de bem-estar social.

Os dados relacionados a óbitos e a internações hospitalares, associados a outros indicadores, tais como a cobertura da rede de atenção básica e hospitalar, fornecem elementos necessários para o conhecimento da saúde da população, oferecendo subsídios para o planejamento das ações das políticas de atenção à saúde.

Um dos principais indicadores de qualidade de vida e assistência à saúde é o coeficiente de mortalidade infantil¹⁰. Porém, apesar da tendência continuada de declínio dos níveis de mortalidade infantil no país, ainda se observam profundas desigualdades sociais e espaciais.

Dos sete municípios que compõem o território Ribeira, quatro deles apresentam coeficientes de mortalidade infantil acima da média do Estado (15,5 por mil nascidos vivos) e do território (17,7 por mil nascidos vivos). Estes municípios são: Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu e Rio Branco do Sul. O pior coeficiente de mortalidade infantil é o do município de Doutor Ulysses, que foi de 27,2 por mil nascidos vivos para os três anos (tabela 3.10).

TABELA 3.10 - TOTAL DE NASCIDOS VIVOS, E TOTAL E COEFICIENTE DE MORTALIDADE NEONATAL, INFANTIL TARDIA E INFANTIL DE MENORES DE 1 ANO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2003-2004-2005

MUNICÍPIO	TOTAL DE NASCIDOS VIVOS 2003-2004-2005	MORTALIDADE INFANTIL - 2003-2004-2005					
		Neonatal (A)		Infantil Tardia (B)		Infantil Menor que 1 Ano (A + B)	
		Abs.	Coef./ 1 000n.v.	Abs.	Coef./ 1 000n.v.	Abs.	Coef./ 1 000n.v.
Adrianópolis	279	1	3,6	2	7,2	3	10,8
Bocaiúva do Sul	509	4	7,9	-	-	4	7,9
Cerro Azul	896	11	12,3	6	6,7	17	19,0
Doutor Ulysses	294	7	23,8	1	3,4	8	27,2
Itaperuçu	1 419	17	12,0	11	7,8	28	19,7
Rio Branco do Sul	2 135	20	9,4	18	8,4	38	17,8
Tunas do Paraná	512	6	11,7	3	5,9	9	17,6
TERRITÓRIO RIBEIRA	6 044	66	10,9	41	6,8	107	17,7
PARANÁ	483 948	5 162	10,7	2 353	4,9	7 515	15,5

FONTES: SESA/ISEP/CIDS - Departamento de Sistemas de Informação em Saúde, SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade; SINASC - Sistema de Informação de Nascidos Vivos

NOTA: Dados calculados pelo IPARDES.

¹⁰ O coeficiente de mortalidade infantil, bem como o coeficiente de mortalidade neonatal (mortes entre nascidos vivos durante os primeiros 28 dias completos de vida) e o coeficiente de mortalidade infantil tardia (mortes entre nascidos vivos de 1 a 11 meses completos de vida), foram calculados pela soma dos anos de 2003, 2004 e 2005.

Vale lembrar que as mortes infantis incidem, principalmente, no grupo de causas das afecções originadas no período perinatal¹¹, que são transtornos específicos do feto ou recém-nascido ocorridos no período perinatal. É preciso assinalar que, em áreas sociais deprimidas, parcelas expressivas desse conjunto de óbitos poderiam ser evitadas se os serviços básicos de atendimento à saúde da mulher no período da gestação fossem mais eficientes. Outra parcela da mortalidade infantil decorre das doenças infecto-parasitárias, também incluídas no rol das causas evitadas, causadas pela desnutrição e pelas precárias condições habitacionais, de saneamento básico e de padrão de vida das famílias dessas crianças.

A análise do padrão de morbimortalidade segundo grupos de causas sinaliza alguns pontos de pressão de demanda sobre áreas específicas do sistema público de atendimento à saúde. Nesse sentido, observa-se que o perfil das causas de óbitos se diferencia, em maior ou menor grau, daquele resultante das demandas por internações hospitalares, mostrando, de forma geral, a aparente complexidade que envolve esse setor.

No que se refere ao quadro de mortalidade¹², os óbitos decorrentes das doenças circulatórias predominam como primeira causa em seis dos sete municípios do território, sendo que em Adrianópolis, Bocaiúva do Sul e Tunas do Paraná as proporções são superiores às encontradas no Estado e no território.

As neoplasias (tumores) predominam como segundo e terceiro principal grupo de causa em quatro dos sete municípios do território, sendo que apenas em Bocaiúva do Sul o grupo foi responsável por 17,1% das mortes ocorridas no município, proporção acima do encontrado no Estado e no território. Vale lembrar que as neoplasias aparecem como quarto principal grupo de causas dos óbitos ocorridos no território Ribeira, enquanto no Estado apontam como segundo principal grupo de causas de mortalidade (ver Apêndice – tabela A.3.1).

As causas externas de morbidade e mortalidade (mortes violentas)¹³ aparecem como segundo principal grupo de causas de mortalidade nos municípios de Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná, com 15,9% e 23,3%, respectivamente, e apontam como terceira principal *causa mortis* nos municípios de Bocaiúva do Sul, Doutor Ulysses e Itaperuçu, sendo que, neste último município, o percentual de mortes chega a 16,8%, superior à média encontrada no Estado (13,8%) e no território (14,2%) – ver Apêndice – tabela A.3.1.

Cabe destacar que a segunda principal causa dos óbitos sucedidos no território Ribeira pertence ao grupo dos sintomas, sinais e achados anormais (causas mal definidas)¹⁴,

¹¹ O período perinatal começa com 22 semanas completas (154 dias) de gestação (época em que o peso de nascimento é normalmente de 500 g) e termina com 7 dias completos após o nascimento.

¹² Os dados de mortalidade foram calculados pela média dos óbitos dos anos de 2003, 2004 e 2005.

¹³ As causas externas de morbidade e de mortalidade são: acidentes de transporte; quedas; afogamentos e submersões acidentais; exposição à fumaça, ao fogo e às chamas; envenenamento acidental por exposição a substâncias nocivas; lesões autoprovocadas voluntariamente; agressões; eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada; intervenções legais e operações de guerra; todas as outras causas externas.

¹⁴ As causas mal definidas são: senilidade; morte sem assistência médica; restante de sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratórios não classificados em outra parte.

responsável por 15,8% das mortes ocorridas no território. O grupo se destaca como principal *causa mortis* no município de Doutor Ulysses (26%). Em Cerro Azul e Itaperuçu, as mal definidas aparecem como o segundo principal grupo de causas das mortes ocorridas nesses municípios, e em Adrianópolis e Rio Branco do Sul, esse mesmo grupo aponta como o terceiro principal, relativo às causas dos óbitos sucedidos nos dois municípios. Esse grupo de causa constitui um importante indicador do grau de eficiência/ineficiência do sistema, ao sinalizar problemas no preenchimento dos atestados de óbitos, no sistema de informações e na estrutura da rede de assistência à saúde, comprometendo a análise da real estrutura de causas de mortalidade da população (ver Apêndice – tabela A.3.1).

Os dados de morbidade hospitalar¹⁵ servem para orientar as ações de vigilância em saúde, acompanhar as mudanças nos fatores condicionantes do processo saúde-doença, orientar o planejamento de ações e recomendar medidas para prevenção e controle das doenças.

Entre as demandas hospitalares na rede pública ou conveniada do SUS, as internações decorrentes das doenças do aparelho respiratório aparecem como segundo principal grupo de causas no território Ribeira, destacam-se como principal causa nos municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul, com proporções acima das apontadas no Estado e no território. Em Cerro Azul, as doenças do aparelho respiratório aparecem como o segundo principal grupo de internações, e em Doutor Ulysses destacam-se como o terceiro principal grupo de internações hospitalares no município (tabela 3.11).

As internações decorrentes da gravidez, parto e puerpério são o principal grupo de causas em cinco dos sete municípios do território Ribeira e o segundo principal grupo de causas nos outros dois municípios que compõem o território. Nos municípios de Adrianópolis, Doutor Ulysses e Tunas do Paraná, atingem proporções acima das médias encontradas no Estado e no território. Este quadro pode estar vinculado à ineficiência dos programas de atendimento básico caracterizados pela expansão dos serviços de atenção primária (ver tabela 3.11).

Os dados referentes à rede hospitalar do SUS (DATASUS, julho de 2003) mostram que a oferta de serviços médicos e de leitos hospitalares encontra-se concentrada em apenas quatro municípios do território Ribeira: Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Itaperuçu e Rio Branco do Sul.

¹⁵ A morbidade hospitalar foi calculada a partir da média mensal das internações hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS) ocorridas durante o ano de 2006.

TABELA 3.11 - NÚMERO TOTAL E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS INTERNAÇÕES HOSPITALARES DO SUS, SEGUNDO OS GRUPOS DE CAUSAS (CID-10) E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2006

MUNICÍPIO	INTERNAÇÕES HOSPITALARES																					
	Doenças Infeciosas e Parasitárias		Neoplasias		Doenças Sangue Org. Hemat. e Transtornos Imunitários		Doenças Endócrinas Nutricionais e Met.		Transtornos Mentais e Comportamentais		Doenças do Sistema Nervoso		Doenças do Olho e Anexos		Doenças do Ouvido e Apófise		Doenças do Aparelho Circulatório		Doenças do Aparelho Respiratório		Doenças do Aparelho Digestivo	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Adrianópolis	11	2,9	14	3,6	8	2,1	1	0,3	12	3,1	11	2,9	-	0,0	-	0,0	67	17,4	33	8,6	43	11,2
Bocaiúva do Sul	88	9,7	34	3,8	3	0,3	38	4,2	16	1,8	18	2,0	2	0,2	-	0,0	142	15,7	84	9,3	73	8,1
Cerro Azul	76	6,0	48	3,8	3	0,2	33	2,6	29	2,3	21	1,6	5	0,4	-	0,0	179	14,0	238	18,7	105	8,2
Doutor Ulysses	22	5,3	11	2,7	1	0,2	3	0,7	4	1,0	2	0,5	-	0,0	-	0,0	65	15,7	63	15,2	48	11,6
Itaperuçu	221	10,2	83	3,8	6	0,3	8	0,4	30	1,4	23	1,1	5	0,2	2	0,1	276	12,7	593	27,3	138	6,4
Rio Branco do Sul	105	4,4	145	6,1	17	0,7	36	1,5	63	2,6	24	1,0	10	0,4	3	0,1	310	13,0	527	22,1	185	7,8
Tunas do Paraná	13	2,2	19	3,2	2	0,3	2	0,3	21	3,5	15	2,5	-	0,0	1	0,2	62	10,3	56	9,3	70	11,7
TERRITÓRIO RIBEIRA	536	6,6	354	4,4	40	0,5	121	1,5	175	2,2	114	1,4	22	0,3	6	0,1	1 101	13,5	1 594	19,6	662	8,1
PARANÁ	48 713	6,72	45 700	6,30	4 593	0,63	16 278	2,24	31 616	4,36	12 728	1,75	2 619	0,36	1 197	0,17	92 931	12,81	129 471	17,85	60 320	8,32

MUNICÍPIO	INTERNAÇÕES HOSPITALARES																					
	Doenças da Pele e Tecido Subcutâneo		Doenças do Sistema Ósteo-muscular e Tecido Conj.		Doenças do Ap. Geniturinário		Gravidez, Parto e Puerpério		Algumas Afec. Origin. Per. Perinatal		Malf. Cong. Deform. e Anom. Cromos.		Sint. Sinais e Achados Anormais		Lesões e Envenenamentos		Causas Externas de Morb. e Mort.		Contatos com Serviços de Saúde		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Adrianópolis	7	1,8	5	1,3	13	3,4	113	29,4	9	2,3	4	1,0	5	1,3	24	6,2	-	0	5	1,3	385	100,0
Bocaiúva do Sul	13	1,4	32	3,5	37	4,1	196	21,7	25	2,8	13	1,4	4	0,4	60	6,6	-	0	25	2,8	903	100,0
Cerro Azul	15	1,2	19	1,5	104	8,2	274	21,5	21	1,6	11	0,9	7	0,5	83	6,5	-	0	4	0,3	1 275	100,0
Doutor Ulysses	3	0,7	13	3,1	30	7,2	108	26,1	8	1,9	2	0,5	2	0,5	27	6,5	-	0	2	0,5	414	100,0
Itaperuçu	30	1,4	32	1,5	80	3,7	440	20,3	21	1,0	17	0,8	12	0,6	124	5,7	-	0	31	1,4	2 172	100,0
Rio Branco do Sul	18	0,8	37	1,6	138	5,8	479	20,1	24	1,0	14	0,6	15	0,6	174	7,3	-	0	58	2,4	2 382	100,0
Tunas do Paraná	27	4,5	8	1,3	14	2,3	176	29,3	30	5,0	9	1,5	5	0,8	66	11,0	-	0	4	0,7	600	100,0
TERRITÓRIO RIBEIRA	113	1,4	146	1,8	416	5,1	1 786	22,0	138	1,7	70	0,9	50	0,6	558	6,9	0	0	129	1,6	8 131	100,0
PARANÁ	9 518	1,31	18 929	2,61	41 250	5,69	116 531	16,06	9 957	1,37	5 658	0,78	7 715	1,06	53 693	7,40	49	0,01	15 968	2,20	725 434	100,00

FONTE: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Neste território existem quatro hospitais, um em cada município acima citado, e 129 leitos hospitalares, distribuídos entre leitos de clínica médica (48,8%), leitos obstétricos (20,9%), leitos cirúrgicos (17,1%) e leitos de pediatria (13,2%). O município de Rio Branco do Sul concentra 56,6% do total dos leitos hospitalares do território, excluindo os leitos de UTI, ausentes em todo o território Ribeira até o período analisado. É interessante notar que no município de Rio Branco do Sul, o hospital local possui 15 leitos obstétricos, entretanto não existe ali um único leito de pediatria. Esse fato acaba por trazer à tona algumas indagações sobre a gestão das unidades da rede ambulatorial do SUS no município, alertando principalmente para algumas questões pertinentes ao planejamento das ações de saúde (tabela 3.12).

TABELA 3.12 - NÚMERO DE HOSPITAIS E OFERTA DE LEITOS HOSPITALARES VINCULADOS À REDE DO SUS, SEGUNDO ESPECIALIDADES MÉDICAS E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - JUL 2003

MUNICÍPIO	LEITOS HOSPITALARES (por mil habitantes)	NÚMERO DE HOSPITAIS	LEITOS HOSPITALARES							TOTAL DE LEITOS HOSPITALARES (INCLUSIVE LEITOS DE UTI)
			Leitos Cirúrgicos	Leitos Obstétricos	Leitos de Pediatria	Leitos de Clínica Médica	Outros Leitos Hospitalares ⁽¹⁾	Total Leitos Hospitalares (exclusive leitos de UTI)	Leitos de UTI	
Bocaiúva do Sul	1,8	1	3	3	5	6	0	17	-	17
Cerro Azul	1,6	1	2	4	5	15	0	26	-	26
Itaperuçu	1,7	1	5	5	7	19	0	36	-	36
Rio Branco do Sul	1,8	1	12	15	0	23	0	50	-	50
TERRITÓRIO RIBEIRA	1,9	4	22	27	17	63	0	129	-	129
PARANÁ	2,8	475	5 078	4 268	5 183	8 534	5 456	28 519	772	29 291

FONTE: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

(1) Leitos psiquiátricos; leitos para cuidados prolongados; leitos fisiologia; leitos hospital/dia.

A rede ambulatorial do território Ribeira é composta por 42 unidades, sendo que aproximadamente 60% delas estão distribuídas entre postos de saúde e unidades mistas. As unidades de saúde da família estão presentes em apenas dois municípios, e as unidades de vigilância sanitária existem em três dos sete municípios do território. Entre os municípios do território Ribeira, Cerro Azul concentra 28,6% das unidades da rede ambulatorial do SUS, sendo a metade composta por postos de saúde (tabela 3.13).

TABELA 3.13 - REDE AMBULATORIAL DO SUS, SEGUNDO TIPOS DE UNIDADES E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - JUL 2003

MUNICÍPIO	REDE AMBULATORIAL DO SUS								TOTAL
	Postos de Saúde	Centros de Saúde	Policlínicas	Ambulatórios de Unidade Hospitalar Geral	Unidades Mista	Unidades de Saúde da Família	Unidades de Vigilância Sanitária	Unidades não Especificadas	
Adrianópolis	4	1	-	-	3	-	-	-	8
Bocaiúva do Sul	1	-	-	2	2	-	-	1	6
Cerro Azul	6	2	-	1	-	2	1	-	12
Doutor Ulysses	3	-	-	-	2	-	-	-	5
Itaperuçu	-	1	1	-	2	-	1	-	5
Rio Branco do Sul	1	-	-	1	1	-	2	-	5
Tunas do Paraná	-	-	-	-	-	1	-	-	1
TERRITÓRIO RIBEIRA	15	4	1	4	10	3	4	1	42
PARANÁ	920	924	50	374	138	716	270	80	5 115

FONTE: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

NOTA: Incluídas no total do Estado as seguintes unidades da rede ambulatorial do SUS: pronto socorro especializado, centro/núcleo de reabilitação psicossocial, unidade móvel terrestre para programas emergenciais e traumas, ambulatório de unidade hospitalar especializada, pronto socorro geral, consultório, clínica especializada, centro/núcleo de reabilitação, outros serviços auxiliares de diagnose e terapia, unidade móvel terrestre p/atendimento médico/odontológico e farmácia p dispensação de medicamentos.

Outro aspecto importante a ser analisado é a capacidade estrutural da rede de atenção básica atualmente concentrada na Estratégia de Saúde da Família (ESF), Estratégia de Saúde Bucal (ESB) e Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

A Atenção Básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, nos âmbitos individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde.

Os municípios, como gestores dos sistemas locais de saúde, são responsáveis pelo cumprimento dos princípios da Atenção Básica, pela organização e execução das ações em seu território, em parceria com o Ministério da Saúde, que destina recursos financeiros a fim de estimular a implantação das estratégias nacionais de reorganização do modelo de atenção à saúde.

Nesse contexto, há necessidade de participação permanente dos gestores da saúde planejando, executando e avaliando se os objetivos e metas estão sendo alcançados dentro dos recursos e tempo previstos, uma vez que o modelo de gestão está diretamente ligado à melhoria dos indicadores básicos de saúde¹⁶.

A avaliação da cobertura da rede de assistência básica à saúde caracteriza-se, entre outros fatores, pela comparação entre o número de equipes de agentes comunitários de saúde, de equipes de saúde da família e de saúde bucal preconizado pelo Ministério da Saúde e o número de equipes realmente implantadas pelos municípios.

Como a implantação dessas políticas de saúde dependem da organização e da vontade política dos gestores municipais, tem-se verificado até mesmo a superação das metas estabelecidas. No território Ribeira, observa-se esse fenômeno em Adrianópolis (tabela 3.14).

¹⁶ O Ministério da Saúde recomenda, para municípios maiores, o parâmetro de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) para até 30 mil habitantes, localizada dentro do território pelo qual tem responsabilidade sanitária. Para UBS com Saúde da Família em grandes centros urbanos, recomenda-se a cobertura de 12 mil habitantes. No entanto, no caso dos municípios menores, o recomendado é no mínimo uma UBS com saúde da família, e cobertura de uma equipe de saúde da família para cada 4.500 pessoas.

A implantação da estratégia da Saúde da Família, da Saúde Bucal e Agentes Comunitários de Saúde (ACS) é recomendada como uma possibilidade para a reorganização da Atenção Básica. Os municípios podem implantar as três estratégias em conjunto, ou, em determinadas áreas, implantar cada uma separadamente. A equipe mínima multiprofissional da Estratégia da Saúde da Família é composta por médico, enfermeiro, cirurgião dentista, auxiliar de consultório dentário ou técnico em higiene dental, auxiliar de enfermagem ou técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde.

Um grupo de até 30 ACS constitui uma equipe de ACS. A definição das microáreas sob responsabilidade de cada ACS não deve ser superior a 750 pessoas. O número de ACS por equipe de Saúde da Família não deve ser superior a 12 agentes.

A equipe da ESB modalidade 1 é composta por um cirurgião-dentista e auxiliar de consultório dentário. A equipe de ESB modalidade 2 é composta por no mínimo um cirurgião-dentista, um auxiliar de consultório dentário e um técnico de higiene dental. Seu trabalho deve ser integrado a uma ou duas ESFs.

TABELA 3.14 - COBERTURA DA REDE DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE, PROPOSTA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E EFETIVADA PELOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - AGO 2007

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	REDE DE ATENÇÃO BÁSICA														
		Agente Comunitário de Saúde			Equipes de Saúde da Família			Equipes de Saúde Bucal								
		Creden- ciamento ⁽¹⁾	Cobertura ⁽⁴⁾	%	Creden- ciamento ⁽²⁾	Cobertura ⁽⁴⁾	%	Creden- ciamento ⁽³⁾	Cobertura ⁽⁴⁾							
									Cobertura Mod. I	%	Cobertura Mod. II	%	Cobertura Total	%		
Adrianópolis	5 582	14	16	114	2	3	150,0	2	3	150,0	-	-	3	150,0		
Bocaiúva do Sul	9 050	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Cerro Azul	16 559	41	41	100	7	4	57,1	7	-	-	2	28,6	2	28,6		
Doutor Ulysses	6 744	17	14	82	3	2	66,7	3	1	33,3	-	-	1	-		
Itaperuçu	25 692	64	30	47	11	1	9,1	11	-	-	-	-	-	-		
Rio Branco do Sul	30 671	77	72	94	13	8	61,5	13	6	46,2	-	-	6	46,2		
Tunas do Paraná	4 159	10	9	90	2	2	100,0	2	1	50,0	1	50,0	2	100,0		
TERRITÓRIO RIBEIRA	98 457	223	182	82	38	20	52,6	38	11	28,9	3	7,9	14	37,0		
PARANÁ	10 288 081	25 723	11 137	43,3	4 292	1 572	37,0	4 292	622	14,5	353	8,2	975	22,8		

FONTE: Ministério da Saúde - Relatório de Municípios credenciados ao PACS/ ESF/ Saúde Bucal até a competência agosto/2007

NOTAS: ESB - Equipe de Saúde Bucal modalidade I (composta por cirurgião-dentista e auxiliar de consultório dental).

ESB - Equipe de Saúde Bucal modalidade II (composta por cirurgião-dentista, técnico de higiene dental e auxiliar de consultório dental).

(1) Credenciamento ACS - Cobertura de ACS - Agente Comunitário de Saúde preconizado pelo Ministério da Saúde.

(2) Credenciamento ESF - Cobertura de ESF - Equipe Saúde da Família preconizado pelo Ministério da Saúde.

(3) Credenciamento ACS - Cobertura de ESB - Equipe Saúde Bucal preconizado pelo Ministério da Saúde.

(4) Número de equipes implantadas pelo município.

Entre os indicadores de acompanhamento da qualidade da atenção básica estão as taxas de cobertura populacional por equipes de agentes comunitários de saúde, equipes de saúde da família e saúde bucal, coeficientes de mortalidade infantil/neonatal, e taxas de óbito e de internamento.

Nesse sentido, os indicadores analisados estão apontando a necessidade de consolidar os programas voltados à atenção básica, uma vez que os municípios de Doutor Ulysses, Itaperuçu, Bocaiúva do Sul e Doutor Ulysses apresentam índices de mortalidade infantil acima da média do Paraná (15,5/1.000 nv) e, ao mesmo tempo, uma baixa adesão aos programas. A maior ou menor adesão a programas de saúde básica pode ser relacionada, também, ao número de internamentos. (ver tabelas 3.10, 3.11 e tabela 3.14).

Com relação à implantação da Estratégia de Saúde Bucal, ressalte-se o bom desempenho dos municípios de Adrianópolis (150%) e Tunas do Paraná (100%) – ver tabela 3.14.

A precariedade de dados na área de Saúde Bucal, bem como a baixa cobertura nos demais municípios do território Ribeira, devem-se, em parte, à recente destinação dos incentivos para implantação do referido Programa.

Por fim, é importante lembrar a condição desafiadora para os gestores da saúde de acompanhar a evolução desses indicadores e organizar programas, projetos de estruturação de serviços, captação de recursos financeiros e qualificação de pessoal, promovendo uma gestão mais efetiva e equânime da saúde.

3.4 EDUCAÇÃO

A educação, assim como as outras dimensões analisadas, cumpre um importante papel no desenvolvimento, cabendo ao poder público garantir a educação pública a todos, num trabalho articulado entre as três esferas de governo.

No entanto, as informações disponíveis revelam, para o ano 2000, um número ainda elevado do analfabetismo na população de 15 anos e mais no território Ribeira. Enquanto a média estadual atinge 9,5%, todos os municípios do território apresentaram taxas superiores à média do Estado. De modo geral, a maior concentração de analfabetos está na área rural. O município de Bocaiúva do Sul apresentou taxas urbanas e rurais próximas à média estadual (tabela 3.15).

TABELA 3.15 - POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS DE IDADE, TOTAL E TAXA DE ANALFABETOS, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, DE ANALFABETOS FUNCIONAIS E NÚMERO MÉDIO DE SÉRIES CONCLUÍDAS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO COM 15 ANOS E MAIS	TAXA DE ANALFABETOS (%)			TOTAL DE ANALFABETOS FUNCIONAIS ⁽¹⁾		NÚMERO MÉDIO DE SÉRIES CONCLUÍDAS
		TOTAL	Urbana	Rural	Abs.	Taxa (%)	
Adrianópolis	4 655	25,9	11,6	30,4	2 121	45,6	4,6
Bocaiúva do Sul	6 163	13,4	9,2	16,2	2 141	34,7	4,7
Cerro Azul	10 664	24,5	15,8	27,3	5 122	48,0	3,8
Doutor Ulysses	3 698	24,2	15,7	25,4	1 964	53,1	3,2
Itaperuçu	12 468	15,8	12,9	30,4	4 588	36,8	4,5
Rio Branco do Sul	19 518	16,7	13,0	24,8	6 217	31,9	5,0
Tunas do Paraná	2 307	28,1	19,5	33,7	1 309	56,7	3,2
PARANÁ	6 816 328	9,5	8,2	15,4	1 669 624	24,5	6,5

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados), INEP - Censo Escolar, Organização das Nações Unidas

(1) São consideradas analfabetas funcionais as pessoas com 15 anos e mais de idade com menos de 4 anos de estudo (séries concluídas) - Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1999).

Como agravante dessa realidade, tem-se o analfabetismo funcional, que se aplica à pessoa maior de quinze anos que possui escolaridade inferior a quatro anos de estudo ou que, mesmo tendo aprendido a ler e a escrever, não desenvolve a habilidade de elaboração e interpretação de textos. A taxa média de analfabetismo funcional estadual era de 24,5%, em 2000. Os dados mostram que os municípios de Tunas do Paraná, Doutor Ulysses e Cerro Azul possuem aproximadamente metade da população na condição de analfabeta funcional.

O indicador do número médio de séries concluídas para a população de 15 anos e mais mostra o grau de escolaridade da população regional. A média de séries concluídas no Estado era, no período analisado, de 6,5 anos de estudo; já no território, a maior média atingida equivale a 5,0 para Rio Branco do Sul, correspondendo ao Ensino Fundamental incompleto. As médias de séries concluídas inferiores a quatro, isto é, sem sequer completar o primeiro segmento do Ensino Fundamental, eram observadas em Tunas do Paraná (3,2), Doutor Ulysses (3,2) e Cerro Azul (3,8) – ver tabela 3.15.

O indicador de freqüência à escola ou creche no Paraná, por parte das crianças de 0 a 3 anos, era de 9,7%. No território, os municípios de Tunas do Paraná e Doutor Ulysses não ofertavam esse tipo de serviço, e o município de Adrianópolis possuía uma freqüência à creche inferior a 1% (tabela 3.16).

TABELA 3.16 - TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA OU CRECHE, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA OU CRECHE					
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 22 anos	Mais de 22 anos
Adrianópolis	0,7	34,9	91,3	63,8	23,7	4,9
Bocaiúva do Sul	1,9	35,5	86,9	56,9	18,2	2,5
Cerro Azul	3,9	24,9	88,7	50,9	17,4	0,6
Doutor Ulysses	0,0	9,8	85,8	41,5	13,3	5,2
Itaperuçu	1,4	29,4	87,0	51,0	15,5	1,6
Rio Branco do Sul	1,5	34,3	91,2	57,5	21,0	3,6
Tunas do Paraná	0,0	16,7	85,2	51,6	29,7	5,3
PARANÁ	9,7	53,3	95,7	73,1	33,5	6,0

FONTES: IBGE, Censo Demográfico (microdados), INEP - Censo Escolar, Organização das Nações Unidas

Para crianças na faixa etária de 4 a 6 anos, correspondente à Pré-escola, a média estadual de frequência à escola era de 53,3%, entretanto, todos os municípios do território Ribeira apresentaram taxas inferiores à estadual.

Com relação ao Ensino Fundamental, correspondente à faixa etária de escolarização obrigatória de 7 a 14 anos, a média verificada no Estado era de 95,7% em 2000. Os municípios de Adrianópolis (91,3%) e Rio Branco (91,2%) registraram as melhores taxas do território, porém ainda inferiores à estadual. As menores taxas foram encontradas nos municípios de Tunas do Paraná (85,2%), Doutor Ulysses (85,5%) e Bocaiúva do Sul (86,9%) – tabela 3.16.

A frequência média à escola dos jovens de 15 a 17 anos no Estado, em 2000, era de 73,1%. No território, nenhum município ultrapassou esse valor. As menores taxas de frequência à escola pelos jovens foram registradas para os municípios de Doutor Ulysses (41,5%), Cerro Azul (50,9%), Itaperuçu (51%) e Tunas do Paraná (51,6%), indicando que a metade dos jovens de 15 a 17 anos, no território, não frequentaram a escola.

Com relação à frequência à escola por parte dos jovens de 18 a 22 anos, nenhum município apresentou taxa média superior à do Paraná (33,5%). Já para os com mais de 22 anos, o município de Tunas do Paraná (5,3%) registrou taxa próxima à estadual (6%) – ver tabela 3.16.

Quanto à estrutura de serviços educacionais à disposição da população, os dados de 2005 indicam que, no território Ribeira, existem dez estabelecimentos que atendem a crianças em Creche; na Pré-escola, são 26 os estabelecimentos municipais, que, somados aos estabelecimentos particulares, perfazem um total de 30 estabelecimentos pré-escolares. O número total de estabelecimentos de Ensino Fundamental é 183, sendo que 156 estão na rede municipal e 24 estabelecimentos na rede estadual. Com relação ao número de estabelecimentos de Ensino Médio, o território possui um total de 15 estabelecimentos da rede estadual. Verifica-se que todos os municípios do território ofertam os serviços de ensinos de Creche, Pré-escola, Fundamental e Médio (tabela 3.17).

TABELA 3.17 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, POR NÍVEL, DA REDE MUNICIPAL, ESTADUAL E PARTICULAR, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO							
	Total de Creches	Pré-escola		Ensino Fundamental			Ensino Médio	
		Total ⁽¹⁾	Rede municipal	Total ⁽¹⁾	Rede estadual	Rede municipal	Total ⁽¹⁾	Rede estadual
Adrianópolis	1	5	5	21	3	18	2	2
Bocaiúva do Sul	1	1	1	19	1	18	1	1
Cerro Azul	1	3	2	43	2	41	1	1
Doutor Ulysses	1	1	1	26	2	24	2	2
Itaperuçu	2	5	4	14	5	8	3	3
Rio Branco do Sul	2	13	11	49	9	38	5	5
Tunas do Paraná	2	2	2	11	2	9	1	1
TERRITÓRIO RIBEIRA	10	30	26	183	24	156	15	15
PARANÁ	2 216	4 633	3 211	6 373	1 839	3 809	1 454	1 134

FONTE: INEP

(1) Inclui estabelecimentos públicos e privados.

Sustenta-se a generalização da municipalização das matrículas do primeiro segmento do Ensino Fundamental (1.^a a 4.^a série), bem como a oferta de serviços de Educação Infantil por meio de Creches e Pré-escola no território Ribeira; e o segundo segmento do Ensino Fundamental (5.^a a 8.^a série), Ensino Médio e Profissionalizante fica sob a responsabilidade da esfera estadual.

Com relação ao aproveitamento escolar dos estudantes, utilizou-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB), obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino, ou seja, 4.^a e 8.^a séries do Ensino Fundamental e 3.^o ano do Ensino Médio, com informações sobre rendimento escolar (aprovação)¹⁷.

No território Ribeira, o município de Bocaiúva do Sul foi o que alcançou o melhor índice do IDEB na educação fundamental, nos anos iniciais, atendidos pela rede municipal, com índice 4,0, o qual está próximo à média estadual, que corresponde a 4,4. No Paraná, o maior índice registrado em um município foi de 6,0, e o menor, de 1,2.

Com relação ao Ensino Fundamental, nos anos finais, atendidos pela rede estadual, os melhores índices foram alcançados em Adrianópolis (3,5) e Rio Branco do Sul (3,4). O conjunto dos demais municípios apresentaram índice igual e inferior a 3,0, abaixo do índice médio estadual, que correspondia a 3,3. O menor índice registrado no Estado, nesse segmento, foi de 2,1, e o maior, de 4,9 (tabela 3.18).

¹⁷ A definição e o método utilizados para a construção do IDEB encontram-se na publicação Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (FERNANDES, 2007).

TABELA 3.18 - VALOR DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) NOS ANOS INICIAIS E FINAIS E TAXA DE APROVAÇÃO MÉDIA NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL NAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	ENSINO FUNDAMENTAL			
	IDEB		Taxa de Aprovação Média	
	Rede municipal (anos iniciais)	Rede estadual (anos finais)	Rede municipal (anos iniciais)	Rede estadual (anos finais)
Adrianópolis	-	3,5	87,0	88,9
Bocaiúva do Sul	4,0	2,7	82,6	54,8
Cerro Azul	3,6	2,9	83,5	70,3
Doutor Ulysses	3,1	2,4	84,2	72,1
Itaperuçu	3,1	2,9	73,7	69,5
Rio Branco do Sul	3,6	3,4	79,8	80,7
Tunas do Paraná	2,9	3,0	71,6	78,1
PARANÁ	4,4	3,3	-	-

FONTES: INEP

NOTAS: O IDEB foi calculado a partir da base corrigida da Prova Brasil (2005). Ver nota explicativa em: www.inep.gov.br/basica/saeb/prova_brasil/

Os municípios do Paraná apresentam a maior taxa de aprovação na rede municipal (anos iniciais), de 100%, e a menor em 24,4%; na rede estadual (anos finais) a maior é de 98,4%, e a menor, de 49,2%.

Quanto à taxa de aprovação média nos anos iniciais na educação fundamental da rede municipal, Tunas do Paraná e Itaperuçu registraram as menores taxas de aprovação no território (71,6% e 73,7%, respectivamente). Já a maior taxa de aprovação entre os municípios do Estado atingiu 100%, e a menor, 24,4%. Na rede estadual, referente aos anos finais do Ensino Fundamental, observaram-se as melhores taxas em Adrianópolis (88,9%) e Rio Branco do Sul (80,7%). As taxas mais baixas do território estavam nos municípios de Bocaiúva do Sul (54,8%) e Itaperuçu (69,5%).

3.5 PROGRAMAS SOCIAIS E DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Este tópico visa informar de que modo os moradores do território Ribeira são atendidos pelos diversos programas sociais e de transferência de renda. De início, é importante destacar que os recursos desses programas têm origem tanto no Governo Estadual como no Federal.

Nessa perspectiva, faz-se a seguir um breve relato dos programas desenvolvidos pelo Governo Estadual e se analisam dados sobre os beneficiários desses programas.

O Programa Luz Fraterna¹⁸ é um programa social que isenta de pagamento a conta de luz dos domicílios que consomem até 100 kWh de eletricidade por mês. Para poder participar do Programa, além de atender ao requisito do limite de consumo, o domicílio deve ter ligação de luz monofásica, pertencer à subclasse residencial de baixa renda e estar cadastrado no

¹⁸ Parte dos recursos do Programa Luz Fraterna provém do Governo Federal.

Programa Social da COPEL ou ser beneficiário de algum dos Programas Sociais do Governo Federal (como Bolsa-Família ou Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Vale-Gás).

No território Ribeira são 5.443 os domicílios beneficiários do Programa Luz Fraterna e cerca de 40% desses domicílios estão situados na zona rural. A maior participação de beneficiários em áreas rurais é encontrada em Doutor Ulysses, onde aproximadamente 90% dos domicílios atendidos encontram-se na zona rural. Vêm a seguir Adrianópolis, Bocaiúva do Sul e Cerro Azul, onde pouco mais de 50% dos domicílios beneficiados pelo Programa encontram-se na zona rural. Já em Itaperuçu apenas cerca de 10% dos domicílios beneficiados pelo Programa são rurais.

Do total de domicílios atendidos pelo Programa no território, a maior concentração é encontrada em Rio Branco do Sul, com cerca de 37% do total de domicílios atendidos. São expressivas também as participações dos municípios de Cerro Azul e Itaperuçu – cerca de 20%. O município que apresenta a menor participação no total de domicílios beneficiados pelo Programa no território é Tunas do Paraná, com apenas 1,2% dos domicílios atendidos (tabela 3.19).

TABELA 3.19 - BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA LUZ FRATERNA, SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - AGO 2005

MUNICÍPIO	BENEFICIÁRIOS				
	TOTAL		Situação de Domicílio		
	Abs.	%	Urbana	Rural	
				Abs.	%
Adrianópolis	262	4,8	90	163	62,2
Bocaiúva do Sul	433	8,0	190	243	56,1
Cerro Azul	1 134	20,8	533	601	53,0
Doutor Ulysses	468	8,6	50	418	89,3
Itaperuçu	1 092	20,1	969	123	11,3
Rio Branco do Sul	1 986	36,5	1 508	478	24,1
Tunas do Paraná	68	1,2	50	18	26,5
TERRITÓRIO RIBEIRA	5 443	100,0	3 399	2 044	37,6

FONTE: SETP, COPEL

A Tarifa Social da Água é um benefício de redução do pagamento da conta da água para famílias residentes em imóveis com área construída de até 70 m² e que tenham renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de no máximo dois salários mínimos por família, vigente na data de solicitação do benefício. Além disso, o consumo mensal de água deverá ser de até 10 m³ (sendo o valor da tarifa social fixado em R\$ 5,00).

São 4.881 os domicílios atendidos pelo Programa Tarifa Social da Água no território Ribeira, e cerca da metade deles pode ser encontrada no município de Itaperuçu, seguido do município de Cerro Azul, que concentra 25,9% dos domicílios atendidos pelo Programa no território.

Tomando como meta de atendimento o número de famílias pobres urbanas identificadas pelo Censo Demográfico de 2000, verifica-se que, no conjunto do território, a meta foi ultrapassada mais de duas vezes, isso porque em todos os municípios atendidos a meta foi ultrapassada.¹⁹ Cabe mencionar, ainda, que os municípios de Doutor Ulysses e Rio Branco do Sul não têm nenhum domicílio atendido pelo Programa (tabela 3.20).

TABELA 3.20 - ECONOMIAS CADASTRADAS NO PROGRAMA TARIFA SOCIAL DE ÁGUA E TOTAL DE FAMÍLIAS POBRES E PARTICIPAÇÃO DAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - JUL 2007

MUNICÍPIO	ECONOMIAS CADASTRADAS		FAMÍLIAS POBRES ⁽¹⁾	
	Abs.	%	Total em 2000	Atendidas pelo Programa em Relação à Previsão Inicial (%)
Adrianópolis	403	8,3	108	373
Bocaiúva do Sul	477	9,8	211	226
Cerro Azul	1 266	25,9	337	376
Itaperuçu	2 359	48,3	1 451	163
Tunas do Paraná	376	7,7	107	353
TERRITÓRIO RIBEIRA	4 881	100,0	2 214	221
PARANÁ	334 111		358 659	93,2

FONTE: SANEPAR

(1) Estimativa do número de famílias pobres urbanas, com base no Censo Demográfico em 2000, calculada pelo IPARDES, correspondente à previsão inicial do Programa.

O Programa Leite das Crianças é destinado à diminuição da desnutrição, sendo prioritário o atendimento de crianças de 6 a 36 meses de idade, pertencentes a famílias com renda média *per capita* mensal inferior a meio salário mínimo, por meio da distribuição de leite fluido pasteurizado, com teor mínimo de gordura de 3% e enriquecido com ferro e vitaminas A e D.

No território Ribeira são atendidas 3.680 crianças, concentradas principalmente em Rio Branco do Sul, com quase 30% das crianças atendidas. Seguem-se os municípios de Itaperuçu e Cerro Azul, com cerca de 20% das crianças beneficiadas em cada município.

Confrontando-se o número de crianças atendidas com as metas previstas inicialmente para cada município, verifica-se que, no território, a meta foi ultrapassada em cerca de 17%. Porém, observa-se que em Adrianópolis e Doutor Ulysses o atendimento ainda está aquém das metas. O maior índice de superação da meta foi observado em Tunas do Paraná, com 128% (tabela 3.21).

¹⁹ Há três hipóteses para a superação da meta: 1) dada a valorização do salário mínimo, nem sempre acompanhada pelo crescimento da renda familiar, um número maior de famílias passou a se enquadrar no Programa; 2) famílias com até três membros e com renda de até 2 s.m. podem não ser enquadradas como pobres pelo critério de meio s.m. de renda *per capita*, mas são elegíveis pelo programa; 3) há um problema de extravasamento do programa, atendendo a outros grupos sociais.

TABELA 3.21 - CRIANÇAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA LEITE DAS CRIANÇAS E ESTIMATIVA DE CRIANÇAS EM FAMÍLIAS POBRES E PARTICIPAÇÃO DAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - JUL 2007

MUNICÍPIO	CRIANÇAS ATENDIDAS		CRIANÇAS EM FAMÍLIAS POBRES	
	Abs.	%	Estimativa em 2000 ⁽¹⁾	Defasagem em relação à previsão inicial ⁽²⁾ (%)
Adrianópolis	223	6,1	286	-22,0
Bocaiúva do Sul	303	8,2	248	22,2
Cerro Azul	768	20,9	767	0,1
Doutor Ulysses	255	6,9	296	-13,9
Itaperuçu	763	20,7	596	28,0
Rio Branco do Sul	1 049	28,5	816	28,6
Tunas do Paraná	319	8,7	140	127,9
TERRITÓRIO RIBEIRA	3 680	100,0	3 149	16,9
PARANÁ	170 893		157 853	8,3

FONTES: SEAB-PR, IBGE - Censo Demográfico

(1) Estimativa do número de crianças em famílias pobres com base no Censo Demográfico 2000, calculada pelo IPARDES, correspondente à previsão inicial do Programa.

Convém lembrar que, para todas essas relações estabelecidas com base na população registrada no Censo Demográfico de 2000, os resultados preliminares da Contagem Populacional, feita pelo IBGE em 2007, estão indicando, para todos os municípios do território, taxas anuais entre 0 e 1% de crescimento populacional, no período 2000-2007; a exceção é Itaperuçu, cujo crescimento está em 2% a.a., e Tunas do Paraná, que cresce anualmente a 7,7%.

Dentre os programas do Governo Federal, destaca-se, por sua abrangência, o Programa Bolsa-Família, que é um programa de transferência de renda que concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 120,00 e R\$ 60,00, respectivamente. O Bolsa-Família está unificando todos os benefícios sociais (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio-Gás) do Governo Federal num único programa. No território Ribeira, mais de 98% dos benefícios repassados correspondem ao Bolsa-Família. No conjunto dos municípios do território há uma concentração de beneficiários em Rio Branco do Sul, Cerro Azul e Itaperuçu, que são também os municípios mais populosos. Ainda há um pequeno número de beneficiários remanescentes do Auxílio-Gás (249) e do Bolsa-Escola (17) nos municípios do território.

Por outro lado, é possível ter como referência de meta a ser atingida por esses programas o número total de famílias pobres, identificado por meio do Censo Demográfico 2000, para os municípios do território. Confrontando essa meta com o número de atendimentos do Bolsa-Família (ao qual foram incorporados os beneficiários do Vale-Gás e Bolsa-Escola), verifica-se que, no território, atingiram-se 90% da meta, enquanto no Estado cumpriram-se 80%. Três municípios se destacam com um percentual de atendimento da meta superior ao do território: Tunas do Paraná (105,9%), Rio Branco do Sul (104,1%) e Bocaiúva do Sul

(102%). No extremo oposto, com índices inferiores ao do Estado, encontram-se Adrianópolis (71,8%) e Doutor Ulysses (68,8%) – tabela 3.22.

TABELA 3.22 - TOTAL DE FAMÍLIAS POBRES E PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - AGO 2007

MUNICÍPIO	TOTAL DE FAMÍLIAS POBRES ⁽¹⁾ 2000	FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA ⁽²⁾	
		Total	% em Relação à Previsão Inicial
Adrianópolis	863	620	71,8
Bocaiúva do Sul	738	753	102,0
Cerro Azul	2 191	1 866	85,2
Doutor Ulysses	917	631	68,8
Itaperuçu	1 914	1 703	89,0
Rio Branco do Sul	2 623	2 731	104,1
Tunas do Paraná	341	361	105,9
TERRITÓRIO RIBEIRA	9 587	8 665	90,4
PARANÁ	589 428	471 482	80,0

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

- (1) Estimativa do total de famílias pobres, com base no Censo Demográfico em 2000, calculada pelo IPARDES, correspondente à previsão inicial do Programa.
- (2) Inclui também o Bolsa-Escola, o Vale-Gás e o Bolsa-Alimentação.

O Programa Agente Jovem do Desenvolvimento Social e Humano do Governo Federal é uma ação de assistência social destinada a jovens entre 15 e 17 anos, visando ao desenvolvimento pessoal social e comunitário. Proporciona capacitação teórica e prática, por meio de atividades que não configuram trabalho, mas que possibilitam a permanência do jovem no sistema de ensino, preparando-o para futuras inserções no mercado. O valor do benefício é de R\$ 65,00, e no território Ribeira apenas o município de Rio Branco do Sul trabalha com esse benefício, atendendo a 13 jovens.

Outro importante programa de transferência direta de renda do Governo Federal é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), destinado a famílias de crianças e adolescentes (entre 7 e 15 anos) envolvidos no trabalho precoce. O objetivo é erradicar as chamadas piores formas de trabalho infantil no país, aquelas consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes. Em contrapartida, as famílias têm que matricular seus filhos na escola e fazê-los freqüentar a jornada ampliada. Famílias cujas crianças exercem atividades típicas da área urbana têm direito à bolsa mensal no valor de R\$ 40,00 por criança. As que exercem atividades típicas da área rural recebem R\$ 25,00 ao mês, para cada criança cadastrada.²⁰ No território Ribeira são distribuídos 153 benefícios, atendendo a praticamente todos os municípios. Apenas Bocaiúva do Sul e Cerro Azul não participam do PETI (tabela 3.23).

²⁰ O Ministério de Desenvolvimento Social considera como área urbana somente as capitais, regiões metropolitanas e municípios com mais de 250 mil habitantes.

TABELA 3.23 - NÚMERO E VALOR DE BENEFÍCIOS SOCIAIS, SEGUNDO TIPO DE PAGAMENTO DISPONIBILIZADO E MUNICÍPIOS NO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - AGO 2007

MUNICÍPIO	BENEFÍCIOS										TOTAL DISPONIBILIZADO			
	Agente jovem		Auxílio-Gás		Bolsa-Escola		Bolsa-Família		PETI ⁽¹⁾		Número		Valor	
	N.º	Valor (R\$)	N.º	Valor (R\$)	N.º	Valor (R\$)	N.º	Valor (R\$)	N.º	Valor (R\$)	Abs.	%	R\$	%
Adrianópolis	-	-	7	105	-	-	613	43 690	19	620	639	7,2	44 415	7,2
Bocaiúva do Sul	-	-	29	435	1	15	723	45 422	-	-	753	8,5	45 872	7,4
Cerro Azul	-	-	33	495	4	75	1 829	136 969	-	-	1 866	21,1	137 539	22,3
Doutor Ulysses	-	-	-	-	-	-	631	49 589	5	290	636	7,2	49 879	8,1
Itaperuçu	-	-	28	420	4	60	1 671	132 952	6	240	1 709	19,4	133 672	21,7
Rio Branco do Sul	13	845	143	2 145	5	150	2 583	173 761	112	4 050	2 856	32,3	180 951	29,4
Tunas do Paraná	-	-	9	135	3	60	349	23 412	11	350	372	4,2	23 957	3,9
TERRITÓRIO RIBEIRA	13	845	249	3 735	17	360	8 399	605 795	153	5 550	8 831	100,0	616 285	100,0
PARANÁ	1 490	96 850	14 763	221 445	400	7 560	456 310	29 494 727	6 953	326 465	479 991	-	30 150 482	-

FONTE: SETP-PR

(1) PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

(2) PCA - Programa Cartão Alimentação

De forma complementar a esse conjunto de programas, tem-se o Programa Compra Direta da Agricultura Familiar, que não apenas estimula o produtor, mas também atende a instituições e populações necessitadas. Esse programa é coordenado pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP), com recursos do MDA.

No território Ribeira, o Programa Compra Direta da Agricultura Familiar evoluiu significativamente nos últimos três anos, transformando-se numa política pública estruturante e estratégica para o desenvolvimento sustentável da região. O programa, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), aplicou R\$ 76.856,30 em 2004 e evoluiu para R\$ 884.370,40 em 2006. No mesmo período, o número de agricultores familiares beneficiados passou de 47 para 455, enquanto o acesso aos alimentos produzidos aumentou de 3.520 para 139.892 pessoas beneficiadas com o referido Programa. Ressalta-se que o programa expandiu para além da fronteira territorial, beneficiando pessoas da capital (tabela 3.24).

TABELA 3.24 - NÚMERO DE ENTIDADES, FAMÍLIAS E PESSOAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR E VALOR TOTAL ACESSADO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2004-2006

MUNICÍPIO	PROGRAMA COMPRA DIRETA			
	Valor Total do Projeto (R\$)	N.º de Entidades Beneficiadas	N.º de Pessoas Beneficiadas ⁽¹⁾	N.º de Famílias Beneficiadas ⁽²⁾
2004				
Cerro Azul	76 856,30	9	3 520	47
PARANÁ	1 664 170,11	341	96 514	943
2005				
Adrianópolis	59 516,20	4	4 697	56
Cerro Azul	387 343,90	27	32 579	236
Dr. Ulysses	26 977,88	18	3 166	14
Itaperuçu	69 990,50	10	3 902	28
Rio Branco do Sul	69 984,50	15	8 959	28
TERRITÓRIO RIBEIRA	613 812,98	74	53 303	362
PARANÁ	4 888 364,64	976	369 248	2 836
2006				
Adrianópolis	179 997,60	4	29 170	100
Bocaiúva do Sul	99 949,46	4	13 500	40
Cerro Azul	404 15,39	18	57 026	198
Itaperuçu	99 945,20	14	16 312	57
Rio Branco do Sul	99 962,75	21	23 884	60
TERRITÓRIO RIBEIRA	884 370,40	61	139 892	455
PARANÁ	10 630 738,20	1 997	791 907	5 666

FONTE: SETP-PR - Programa Compra Direta da Agricultura Familiar

NOTA: Dados obtidos no banco de dados.

(1) Abarca também parte da população de Curitiba.

(2) Famílias beneficiadas na condição de fornecedoras de produtos.

3.6 SÍNTESE DAS CONDIÇÕES SOCIAIS NO TERRITÓRIO RIBEIRA

Com a finalidade de sintetizar as análises feitas nos tópicos precedentes, procedeu-se a uma hierarquização dos municípios do território segundo alguns indicadores sociais selecionados das análises anteriores (quadro 3.1). Cada um desses indicadores foi numerado de 1 a 7, de acordo com seu valor, considerando-se o 1 como a situação mais favorável e o 7 como a mais desfavorável.

A visualização do quadro 3.1 permite observar a hierarquização dos municípios de acordo com o valor do conjunto de indicadores. Para facilitar a análise, utilizaram-se quatro cores, que representam, na escala de 1 a 7, quatro grupos de situações: mais favorável, favorável, desfavorável e mais desfavorável, de tal forma que a simples observação das cores obtidas pelo município já revela sua situação social.

Em termos das condições sociais dos municípios, quanto menor a pontuação em cada categoria, melhor a situação relativa do município.

Complementarmente a essa análise, a tabela 3.25 apresenta o mesmo conjunto de indicadores, com seus valores originais, e comparados às respectivas médias estaduais, indicando-se, para cada município, se a sua situação é mais favorável ou mais desfavorável do que a média do Estado.

3.7 TURISMO E EQUIPAMENTOS CULTURAIS

A grande diversidade de paisagens e costumes e as características da sua população, formada por descendentes de diversas etnias, tornam o Paraná um potencial atrativo turístico. Sabe-se que o turismo, em seus diversos tipos, possui elevada capacidade de gerar empregos, renda e divisas. A Secretaria de Estado do Turismo (SETU) classifica o turismo em dez tipos²¹: ecoturismo, aventura, rural, histórico-cultural, técnico, sol e praia, esportivo, religioso, negócios e eventos, saúde.

O território Ribeira apresenta poucas opções turísticas estruturadas. Em quatro municípios, dos sete que compõem o território, possui algum tipo de turismo, além do religioso (quadro 3.2).

²¹ No quadro A.3.1, em Apêndice, encontram-se listados os tipos de turismo e as principais atividades ligadas a cada um.

QUADRO 3.1 - POSICIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS

Municípios	Indicadores													
	IDHM (2000)	Taxa de pobreza (2000)	Desigualdade de renda (1991-2000)	IDEB rede municipal (2005)	IDEB rede estadual (2005)	Mortalidade Infantil (2003-2004-2005)	Cobertura de PSF (ago. 2007)	Inadequação água urbana (2000)	Inadequação água rural (2000)	Inadequação esgoto urbano (2000)	Inadequação esgoto rural (2000)	Inadequação lixo urbano (2000)	Inadequação lixo rural (2000)	
Bocaiúva do Sul	1	1	3	1	6	1	7	1	1	1	1	1	1	
Adrianópolis	3	5	6		1	2	1	2	3	3	2	3	2	
Rio Branco do Sul	2	2	4	2	2	4	4	3	4	5	5	5	3	
Tunas do Paraná	5	3	5	6	3	3	2	7	2	6	7	2	4	
Cerro Azul	6	6	7	2	4	5	5	4	5	2	3	7	5	
Doutor Ulysses	7	7	2	4	7	7	3	6	7	7	6	6	6	
Itaperçu	4	4	1	4	4	6	6	5	6	4	4	4	7	

FONTES: PNUD, IBGE - Censo Demográfico (microdados), INEP, MINISTÉRIO DA SAÚDE/DATASUS

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

LEGENDA:

1	e	3	favorável
2	e	5	desfavorável
4	e	7	muito desfavorável

TABELA 3.25 - POSICIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA EM RELAÇÃO À MÉDIA DO ESTADO, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS - PARANÁ

MUNICÍPIO	INDICADOR												
	IDH-M (2000)	Taxa de Pobreza (2000)	Desigualdade de Renda (2000)	IDEB Rede Municipal (2005)	IDEB Rede Estadual (2005)	Mortalidade Infantil (2003-2004-2005)	Cobertura de PSF (ago. 2007)	Inadequação de Água Urbana (2000)	Inadequação de Água Rural (2000)	Inadequação de Esgoto Urbano (2000)	Inadequação de Esgoto Rural (2000)	Inadequação de Lixo Urbano (2000)	Inadequação de Lixo Rural (2000)
Adrianópolis	0,613	43,4	27	-	3,5	10,8	150,0	1,3	12,0	30,0	76,9	3,1	73,8
Bocaiúva do Sul	0,639	29,0	18	4,0	2,7	7,9	0,0	1,0	9,2	22,0	42,5	0,0	67,4
Cerro Azul	0,568	48,7	31	3,6	2,9	19,0	57,1	6,7	14,9	25,7	81,0	17,3	89,5
Doutor Ulysses	0,546	57,3	17	3,1	2,4	27,2	66,7	12,4	19,5	91,9	89,4	10,2	92,4
Itaperuçu	0,606	35,6	14	3,1	2,9	19,7	9,1	8,5	18,2	41,5	84,7	3,6	98,5
Rio Branco do Sul	0,627	31,9	18	3,6	3,4	17,8	61,5	5,4	13,9	55,2	85,3	7,2	80,5
Tunas do Paraná	0,582	35,4	22	2,9	3,0	17,6	100,0	41,4	10,4	80,4	99,1	0,5	85,7
PARANÁ	0,787	20,9	24	4,4	3,3	15,5	37,0	2,6	11,3	38,8	86,8	2,9	84,4

FONTES: PNUD, IBGE - Censo Demográfico (microdados), INEP, Ministério da Saúde/DATASUS

NOTAS: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Os dados em azul e em vermelho representam, respectivamente, as situações mais favoráveis e mais desfavoráveis em relação à média do Estado para cada indicador.

QUADRO 3.2 - TIPOS DE TURISMO QUE OCORREM NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2006

MUNICÍPIO	TIPO DE TURISMO	OBSERVAÇÕES
Adrianópolis	<ul style="list-style-type: none"> Religioso 	<ul style="list-style-type: none"> Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
Bocaiúva do Sul	<ul style="list-style-type: none"> Ecoturismo Rural Religioso 	<ul style="list-style-type: none"> Atrativos naturais Festa de Santo Antônio
Cerro Azul	<ul style="list-style-type: none"> Religioso Rural 	<ul style="list-style-type: none"> Festa de Nossa Senhora da Guia Festa da laranja e da poncã
Doutor Ulysses	<ul style="list-style-type: none"> Religioso 	<ul style="list-style-type: none"> Festa de São João Batista
Itaperuçu	<ul style="list-style-type: none"> Religioso 	<ul style="list-style-type: none"> Festa de São Pedro
Rio Branco do Sul	<ul style="list-style-type: none"> Ecoturismo Religioso 	<ul style="list-style-type: none"> Atrativos naturais Festa de Nossa Senhora do Amparo
Tunas do Paraná	<ul style="list-style-type: none"> Ecoturismo Cultural Religioso 	<ul style="list-style-type: none"> Parque Estadual de Campinhos Festa de São Francisco

FONTE: SETU-PR/Paraná Turismo - Banco de dados da pesquisa - CPT

Em quatro municípios (Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná) existe órgão municipal de turismo. Apenas Bocaiúva do Sul possui conselho municipal de turismo.

A Secretaria de Estado da Cultura realizou, em 2006, um inventário cultural dos municípios do Paraná. Esse levantamento registra as instalações disponíveis à cultura, de acesso irrestrito à população em geral. Foram considerados equipamentos culturais “[...] os espaços que se destinam à produção, guarda, gestão e exibição de produtos culturais dos mais diversos gêneros. Tanto aqueles de produção denominada erudita, quanto popular” (PARANÁ, 2007b).

O levantamento sobre as instalações disponíveis à cultura no território Ribeira constatou em cinco dos sete municípios a existência de apenas um equipamento cultural. O total de 13 equipamentos culturais encontrados neste território equivale a menos de 1% dos equipamentos existentes no Paraná (tabela 3.26).

No território não há cinemas, coretos, museus ou centros de pesquisas. Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Doutor Ulysses, Itaperuçu e Rio Branco do Sul registraram apenas um equipamento cultural.

Sabe-se que a existência de equipamentos culturais desacompanhada de uma política cultural pouco acrescenta para viabilizar a construção de uma identidade cultural, bem como para a manutenção e divulgação do patrimônio imaterial. Contudo, a ausência desses equipamentos é um elemento a mais para a manutenção da desigualdade no acesso à cultura e ao lazer.

TABELA 3.26 - EQUIPAMENTOS CULTURAIS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2006

MUNICÍPIO	EQUIPAMENTOS CULTURAIS											TOTAL		
	Anfiteatro e Auditório	Arquivo e Centro de Pesquisa	Biblioteca	Casa de Cultura, Centro Cultural e Casa da Memória	Cinema e Cineteatro	Sala de Cinema	Concha Acústica e Coreto	Museu	Galeria de Arte e Sala Exposição	Teatro	Outros ⁽¹⁾	Abs.	%	
Adrianópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	7,7
Bocaiúva do Sul	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7,7
Cerro Azul	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	3	23,1
Doutor Ulysses	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7,7
Itaperuçu	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7,7
Rio Branco do Sul	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7,7
Tunas do Paraná	1	-	1	1	-	-	-	-	1	1	-	-	5	38,5
TERRITÓRIO RIBEIRA	2	-	5	2	-	-	-	-	1	1	2	-	13	0,6
PARANÁ	256	34	483	179	56	111	65	145	104	73	578	-	2 084	

FONTE: SEEC-PR - Inventário Cultural do Paraná - Programa Paraná da Gente

(1) Estão incluídos equipamentos originalmente destinados a outras atividades, mas que eventualmente são utilizados para atividades culturais; ginásio e estádios, parques de exposição, salões paroquiais e praças públicas.

4 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA

Essa seção apresenta dados e indicadores que procuram traduzir a realidade econômica do território Ribeira.

Para cumprir esse objetivo, foram analisadas variáveis relativas à evolução da estrutura produtiva e de emprego, à caracterização setorial das atividades, aos meios e instrumentos de intervenção e à infra-estrutura, e, por último, fez-se uma análise das perspectivas econômicas territoriais.

4.1 ESTRUTURA PRODUTIVA E EMPREGO

4.1.1 PIB Total e PIB *per Capita*

O Produto Interno Bruto (PIB) do território Ribeira somou R\$ 675,2 milhões em 2004, o que correspondeu a 0,6% do total das riquezas geradas pelo Estado (tabela 4.1). No exercício de 2000, a participação da região no produto paranaense atingiu 0,8%, evidenciando o declínio da representatividade econômica do território nos últimos anos.

TABELA 4.1 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO ESTADO E DO TERRITÓRIO RIBEIRA
- PARANÁ - 1999-2004

ANO	PRODUTO INTERNO BRUTO (R\$ mil)		PARTICIPAÇÃO (%)
	Território Ribeira	Paraná	
1999	449 170	61 723 959	0,7
2000	536 083	65 968 713	0,8
2001	525 360	72 770 350	0,7
2002	579 865	81 449 312	0,7
2003	705 091	98 999 740	0,7
2004	675 219	108 698 901	0,6

FONTES: IBGE, IPARDES

NOTAS: PIB a preços correntes.

Fórmula (ver tabela 4.2).

A indústria é predominante na renda local, respondendo por 40,7% do valor adicionado. A seguir, surgem os setores de serviços e agropecuário, com pesos relativos de 36,5% e 22,7%, respectivamente, na economia regional (tabela 4.2).

No período recente, observa-se mudança na composição do valor adicionado territorial, com a elevação da importância relativa da indústria e dos serviços e o decréscimo do setor primário, o que pode ser explicado, entre outros fatores, pelo baixo desenvolvimento da agropecuária comercial e pelo dinamismo de alguns segmentos manufatureiros relevantes em termos de geração de renda, como a indústria de minerais não-metálicos.

TABELA 4.2 - VALOR ADICIONADO, SEGUNDO SETORES ECONÔMICOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1999/2004

SETOR	VALOR ADICIONADO			
	1999		2004	
	R\$ mil	Part. (%)	R\$ mil	Part. (%)
Agropecuária	112 384	27,1	131 291	22,7
Indústria	157 540	37,9	235 051	40,7
Serviços	145 318	35,0	210 778	36,5
TERRITÓRIO RIBEIRA	415 242	100,0	577 121	100,0

FONTES: IBGE, IPARDES

NOTAS: Valor adicionado + impostos - *dummy* financeiro = produto interno bruto.

Valor adicionado a preços correntes.

Entre os municípios que compõem o território Ribeira, destaca-se Rio Branco do Sul, com um PIB de R\$ 371,6 milhões, o que corresponde a 55% do produto interno da região. Responsável por 12,3% do PIB do território, o município de Cerro Azul é a segunda maior economia, seguido de Itaperuçu, que responde por 11,3% do total dos bens e serviços produzidos no território (tabela 4.3).

TABELA 4.3 - PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1999/2004

MUNICÍPIO	PRODUTO INTERNO BRUTO			
	1999		2004	
	R\$ mil	Part. (%)	R\$ mil	Part. (%)
Adrianópolis	20 202	4,5	32 679	4,8
Bocaiúva do Sul	29 688	6,6	46 928	7,0
Cerro Azul	83 957	18,7	83 158	12,3
Doutor Ulysses	37 916	8,4	43 615	6,5
Itaperuçu	55 964	12,5	76 469	11,3
Rio Branco do Sul	213 705	47,6	371 613	55,0
Tunas do Paraná	7 739	1,7	20 757	3,1
TERRITÓRIO RIBEIRA	449 170	100,0	675 219	100,0

FONTES: IBGE, IPARDES

NOTA: PIB a preços correntes.

O predomínio econômico de Rio Branco do Sul reflete, em grande medida, a operação de importante fabricante de cimento no município, levando a uma expressiva participação da indústria na renda local. Em 2004, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do IPARDES, o peso relativo do setor secundário no valor adicionado de Rio Branco do Sul alcançou 64,1%, enquanto as participações da agropecuária e dos serviços atingiram 6,2% e 29,7%, respectivamente.

Em relação ao PIB *per capita*, verifica-se que os municípios do território, à exceção de Rio Branco do Sul, contabilizam números inferiores à média paranaense. Itaperuçu é o caso mais crítico, não apenas por conta do atual patamar da renda por habitante, mas devido também à inexpressiva evolução nominal do produto *per capita* nos últimos anos (tabela 4.4).

TABELA 4.4 - PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL *PER CAPITA*, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1999/2004

MUNICÍPIO	PIB <i>PER CAPITA</i> (R\$ mil)	
	1999	2004
Adrianópolis	3 155	5 430
Bocaiúva do Sul	3 207	4 839
Cerro Azul	4 431	5 041
Doutor Ulysses	6 211	6 692
Itaperuçu	2 851	3 220
Rio Branco do Sul	9 947	12 279
Tunas do Paraná	2 106	5 200
TERRITÓRIO RIBEIRA	5 253	6 980
PARANÁ	6 489	10 725

FONTES: IBGE, IPARDES

NOTA: PIB *per capita* a preços correntes.

Cabe destacar, ainda, os municípios de Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul e Tunas do Paraná, todos com renda inferior a R\$ 6 mil por habitante. Porém, Adrianópolis e Tunas do Paraná apresentaram importante evolução nominal do PIB *per capita*, no período 1999/2004.

4.1.2 Ocupação e Renda

A análise sobre a estrutura do mercado de trabalho apresenta-se em dois níveis. O primeiro envolve a totalidade do mercado de trabalho, compreendendo o conjunto de pessoas inseridas em ocupações formais/informais ou desempregadas, ou seja, a População Economicamente Ativa (PEA), fundamentada em indicadores construídos a partir dos dados do Censo Demográfico do ano de 2000. O segundo nível concentra-se apenas no mercado formal, destacando-se sua evolução no período recente (2000-2007), por meio da análise dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

4.1.2.1 Indicadores gerais

Um importante indicador²² sobre o mercado de trabalho procura relacionar a População em Idade Ativa (PIA), a qual compreende as pessoas com dez anos e mais de idade, com a PEA, constituída de pessoas com dez anos e mais de idade inseridas no ou em busca de inserção no mercado de trabalho.

No território Ribeira, em 2000, do total de 69.528 pessoas com dez anos e mais de idade, 53% eram consideradas economicamente ativas, pois exerciam alguma atividade ou estavam buscando inserir-se no mercado de trabalho, por meio da procura de emprego (tabela 4.5).

²² Trata-se da taxa de participação, que indica a pressão para inserção no mercado de trabalho.

TABELA 4.5 - PESSOAS COM 10 ANOS E MAIS DE IDADE, POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE NA SEMANA DE REFERÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO POR SEXO E SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	PESSOAS COM 10 ANOS E MAIS DE IDADE - PIA										
	TOTAL	Distribuição por Sexo		Condição de Atividade na Semana de Referência e Sexo							
		Homens (%)	Mulheres (%)	Economicamente ativas - PEA				Não-economicamente ativas - PNEA			
				Total		Homens (%)	Mulheres (%)	Total		Homens (%)	Mulheres (%)
				Abs.	%			Abs.	%		
Adrianópolis	5 500	50,6	49,4	2 508	45,6	30,1	15,5	2 992	54,4	20,5	33,9
Bocaiúva do Sul	7 092	52,4	47,6	3 949	55,7	38,9	16,8	3 143	44,3	13,5	30,8
Cerro Azul	12 564	52,2	47,8	6 951	55,3	37,6	17,7	5 613	44,7	14,5	30,1
Doutor Ulysses	4 464	53,4	46,6	3 392	76,0	47,5	28,5	1 072	24,0	5,9	18,1
Itaperuçu	14 542	50,4	49,6	6 832	47,0	31,5	15,5	7 711	53,0	19,0	34,1
Rio Branco do Sul	22 676	52,0	48,0	12 067	53,2	36,9	16,3	10 609	46,8	15,1	31,7
Tunas do Paraná	2 690	53,5	46,5	1 129	42,0	33,6	8,4	1 561	58,0	20,0	38,1
TERRITÓRIO RIBEIRA	69 528	51,8	48,2	36 828	53,0	36,1	16,8	32 701	47,0	15,7	31,4
PARANÁ	7 753 440	49,2	50,8	4 651 850	60,0	36,2	23,8	3 101 592	40,0	13,0	27,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

A condição de atividade nos municípios do território indica Doutor Ulysses, Bocaiúva do Sul e Cerro Azul como os que apresentaram os maiores percentuais de pessoas incluídas na PEA: 76,0%, 55,7%, e 55,3%, respectivamente, sendo que apenas o primeiro registrou percentual superior à média do Estado, em torno de 60%. O menor percentual foi verificado em Tunas do Paraná (42,0%).

Quanto à participação por sexo, observa-se que os homens constituíam, em todos os municípios, a maioria da PIA e da PEA, enquanto as mulheres predominavam entre as pessoas não-economicamente ativas.

O setor agropecuário concentrou a maior parte das ocupações do território (40,6%). Para corroborar essa elevada representatividade, destaque-se que em quase a totalidade dos municípios (à exceção de Itaperuçu) a ocupação no setor agropecuário foi superior à média do Estado (em torno de 20%). Nesta análise, cabe destacar a elevada representatividade dessas ocupações nos municípios de Doutor Ulysses e Cerro Azul – respectivamente, 83,0% e 66,7% (tabela 4.6).

TABELA 4.6 - TOTAL DE OCUPAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DE OCUPAÇÕES	DISTRIBUIÇÃO (%)					
		Agropecuário	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Mal Definidas
Adrianópolis	1 959	47,8	6,1	3,9	8,1	32,4	1,7
Bocaiúva do Sul	3 574	38,7	11,3	6,0	9,9	32,3	1,8
Cerro Azul	6 485	66,7	4,3	3,1	7,8	16,1	1,9
Doutor Ulysses	3 288	83,0	2,1	1,3	4,7	8,8	0,2
Itaperuçu	5 301	9,7	12,9	19,6	15,5	41,2	1,2
Rio Branco do Sul	10 661	28,0	16,6	10,8	11,6	32,6	0,4
Tunas do Paraná	1 025	23,9	37,3	2,9	7,3	25,2	3,4
TERRITÓRIO RIBEIRA	32 293	40,6	11,5	8,5	10,2	28,0	1,1
PARANÁ	4 055 739	20,1	15,1	7,2	17,1	39,1	1,3

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

O setor de serviços absorveu 28% dos trabalhadores do território, e entre os municípios, apareceu com maior expressão em Itaperuçu, onde representou 41,2% do total de ocupações.

O número de ocupações vinculadas ao setor industrial correspondeu a 11,5% do total do território, percentual inferior àquele verificado para o Estado (15,1%). Nesse segmento, os municípios de Tunas do Paraná e Rio Branco do Sul apresentaram percentuais superiores ao do Paraná, valendo-se um destaque para o primeiro, visto que neste as ocupações industriais representaram 37,3% do total do município.

A análise da situação de trabalho demanda outras informações capazes de qualificar as formas de inserção ocupacional. Assim, apresentam-se dados da parcela da PEA que

estava ocupada, indicando, para o território, algumas particularidades quando comparado ao total do Estado.

O percentual de pessoas ocupadas na condição de empregadas no território Ribeira (55,3%) foi menor do que o verificado para o Estado (66,4%). Os dados desagregados por município indicam que somente Tunas do Paraná e Itaperuçu registraram participação dessa categoria superior à do Estado, sendo o segundo o único município onde os empregados com carteira de trabalho assinada superaram o percentual verificado para o Paraná – respectivamente, 55,6% e 40,5% (tabela 4.7).

No caso dos empregados sem carteira de trabalho assinada, esse território apresentou percentual (20,9%) relativamente inferior ao do Estado (22,6%). Na realidade, na maioria dos municípios os empregados sem registro em carteira superaram o número de assalariados com vínculo empregatício formalizado.

Além dos ocupados exercendo funções por conta própria (24,6%), participação próxima da média estadual (23,8%), as categorias de trabalhadores não-remunerados em ajuda a membro do domicílio e os trabalhadores na produção para o próprio consumo, comparativamente com o Estado, apresentaram percentuais significativamente superiores. Em boa medida, essas três categorias estavam relacionadas à importância, em vários municípios, das atividades agropecuárias como base para a inserção ocupacional da população, principalmente em Cerro Azul e Doutor Ulysses.

TABELA 4.7 - TOTAL DE PESSOAS COM 10 ANOS DE IDADE E MAIS OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL E POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	PESSOAS COM 10 ANOS E MAIS DE IDADE OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA												
	TOTAL	Posição na Ocupação no Trabalho Principal (%)							Empregador	Conta própria	Não-remunerado em ajuda a membro do domicílio	Trabalhador na produção para o próprio consumo	
		Empregado				Empregador	Conta própria	Não-remunerado em ajuda a membro do domicílio					Trabalhador na produção para o próprio consumo
		Categoria do emprego no trabalho formal			Total								
Com carteira de trabalho assinada	Militar e funcionário público estatutário	Outro sem carteira de trabalho assinada	Total	Empregador		Conta própria	Não-remunerado em ajuda a membro do domicílio	Trabalhador na produção para o próprio consumo					
Adrianópolis	1 959	58,3	25,0	3,1	30,3	1,0	23,5	3,4	13,9				
Bocaiúva do Sul	3 574	64,7	34,0	2,8	27,9	1,1	25,9	6,5	1,8				
Cerro Azul	6 485	35,1	12,4	2,6	20,0	0,8	30,1	16,7	17,3				
Doutor Ulysses	3 288	28,9	8,7	4,0	16,2	1,2	23,3	30,2	16,4				
Itaperuçu	5 301	75,0	55,6	1,4	18,0	0,3	23,8	0,5	0,3				
Rio Branco do Sul	10 661	60,1	40,5	1,4	18,3	1,6	22,8	3,1	12,4				
Tunas do Paraná	1 025	77,0	31,3	2,5	43,2	0,0	14,3	0,7	8,0				
TERRITÓRIO RIBEIRA	32 293	55,3	32,1	2,2	20,9	1,1	24,6	8,5	10,6				
PARANÁ	4 055 739	66,4	40,5	3,3	22,6	3,6	23,8	4,7	1,4				

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

A análise do rendimento mensal²³ da população em idade ativa aponta para uma circunstância bastante restritiva no território Ribeira, uma vez que os maiores percentuais são observados nas classes sem rendimento²⁴ (49,3%) e até um salário mínimo (18,9%), sendo que em ambos os casos esses percentuais superam a média estadual (tabela 4.8).

Em quatro municípios (Itaperuçu, Cerro Azul, Adrianópolis e Doutor Ulysses), mais de 50% da população em idade ativa encontrava-se na classe sem rendimento. Cabe ressaltar que todos os demais municípios do território apresentaram percentuais superiores à média do Estado nessa categoria, que foi de 38,6%. Esse dado reforça a fragilidade do território, visto que a grande maioria da população enquadrava-se em faixas inferiores de renda.

TABELA 4.8 - PESSOAS COM 10 ANOS E MAIS DE IDADE E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	PESSOAS COM 10 ANOS E MAIS DE IDADE								
	TOTAL	Distribuição (%)							
		Até 1 s.m.	Mais de 1 a 2 s.m.	Mais de 2 a 3 s.m.	Mais de 3 a 5 s.m.	Mais de 5 a 10 s.m.	Mais de 10 a 20 s.m.	Mais de 20 s.m.	Sem rendimento
Adrianópolis	5 500	23,5	13,2	3,5	4,1	2,4	0,6	0,1	52,6
Bocaiúva do Sul	7 092	19,5	20,1	6,6	6,0	3,8	1,5	0,5	42,0
Cerro Azul	12 564	23,2	12,2	3,6	3,3	3,7	1,1	0,3	52,7
Doutor Ulysses	4 464	28,8	14,2	2,2	2,4	1,3	0,3	0,0	50,9
Itaperuçu	14 542	13,0	15,8	9,3	5,7	2,8	0,3	0,2	52,9
Rio Branco do Sul	22 676	17,2	15,9	7,9	6,1	4,2	1,4	0,7	46,6
Tunas do Paraná	2 690	18,6	17,8	6,0	5,8	3,3	0,4	0,5	47,5
TERRITÓRIO RIBEIRA	69 528	18,9	15,4	6,5	5,1	3,4	0,9	0,4	49,3
PARANÁ	7 753 440	16,5	16,8	8,2	8,2	7,1	3,0	1,7	38,6

FONTES: IBGE - Censo Demográfico

4.1.3 Evolução do Emprego Formal

As informações relativas a emprego formal são importantes por permitirem acompanhar o desempenho de um conjunto de atividades econômicas, principalmente as de base urbana, possibilitando a construção de indicadores sobre o dinamismo das economias locais/regionais.

Entretanto, não se deve esquecer que esse tipo de informação não permite caracterizar a situação de parcela expressiva dos ocupados, principalmente onde o peso das atividades agrícolas organizadas em molde familiar ainda é significativo, como é o caso desse território.

²³ Considera todas as modalidades de rendimento auferidas pelas pessoas.

²⁴ Como são consideradas todas as pessoas de dez anos de idade e mais, os sem rendimento podem estar relacionados à situação de inativos sem renda, mas também ao importante contingente de trabalhadores em ajuda a membros do domicílio ou autoconsumo.

Com respeito ao estoque de emprego formal no território Ribeira, observa-se que o mesmo apresentou, entre os anos de 2000 e 2005, um incremento de 67,9%, expressivamente superior ao crescimento do Estado (27,6%). Essa taxa corresponde, em termos absolutos, à geração de 4.274 postos de trabalho adicionais no território no período de cinco anos (tabela 4.9).

TABELA 4.9 - EMPREGO FORMAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2000/2005

MUNICÍPIO	EMPREGOS FORMAIS			
	2000	2005	Variação	
			Abs.	%
Adrianópolis	379	549	170	44,9
Bocaiúva do Sul	693	1 171	478	69,0
Cerro Azul	595	1 332	737	123,9
Doutor Ulysses	450	724	274	60,9
Itaperuçu	922	1 586	664	72,0
Rio Branco do Sul	2 912	3 574	662	22,7
Tunas do Paraná	341	1 630	1 289	378,0
TERRITÓRIO RIBEIRA	6 292	10 566	4 274	67,9
PARANÁ	1 653 435	2 109 348	455 913	27,6

FONTE: MTE - RAIS

Em termos relativos, todos os municípios, à exceção de Rio Branco do Sul, apresentaram incremento no emprego superior ao do Estado. Merece especial destaque o município de Tunas do Paraná, por exibir o melhor desempenho no território (378%), sendo responsável por 30% dos postos de trabalhos gerados no território nos anos de 2000 e 2005.

Quanto ao desempenho dos setores de atividade econômica, verifica-se que aqueles que mais incorporaram trabalhadores no território, entre 2000 e 2005, foram o agrícola e o comercial, crescendo, respectivamente, 146,3% e 114,9% (tabela 4.10). De modo geral, à exceção do segmento da construção civil, todos os setores mostraram-se relevantes nos últimos anos, visto que cresceram a taxas expressivamente superiores às do Estado.

TABELA 4.10 - EMPREGO FORMAL, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO ESTADO E DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2000/2005

SETOR DE ATIVIDADE	EMPREGOS FORMAIS							
	Território Ribeira				Paraná			
	2000	2005	Variação		2000	2005	Variação	
			Abs.	%			Abs.	%
Indústria	1 805	2 906	1 101	61,0	368 919	510 350	141 431	27,7
Construção Civil	347	170	-177	-51,0	64 528	56 391	-8 137	-14,4
Comércio	787	1 691	904	114,9	290 006	431 821	141 815	32,8
Serviços	889	1 355	466	52,4	512 996	645 718	132 722	20,6
Administração Pública	1 829	2 880	1 051	57,5	328 194	366 273	38 079	10,4
Agricultura	635	1 564	929	146,3	88 792	98 795	10 003	10,1
TOTAL	6 292	10 566	4.274	67,9	1 653 435	2 109 348	455 913	21,6

FONTE: MTE - RAIS

O incremento do emprego no setor agrícola do território, em termos absolutos, demonstra que o território concentrou aproximadamente 9% do acréscimo de empregos formais agrícolas gerados nos últimos anos, no Paraná.

No caso do setor industrial (excetuando-se a construção civil), também se registrou crescimento significativo no território Ribeira, comparativamente com o Estado, visto que a expansão do emprego neste foi de 27,7%, e naquele, de 61%. A Administração Pública, outro importante setor concentrador de empregos formais do território (especialmente nos municípios de menor porte), igualmente apresentou incremento na geração de postos de trabalho (57,5%) superior àquela verificada no Estado (10,4%).

4.1.3.1 Desempenho recente

Com o fim de verificar o desempenho recente do mercado de trabalho no Estado, incorporaram-se à análise os dados do CAGED, referentes ao período de janeiro de 2006 a julho de 2007. Compararam-se os dados de estoque de emprego da RAIS para o ano de 2000 ao estoque de 2005, acrescido do saldo de emprego do CAGED disponível até o mês de julho de 2007.

Sob essa perspectiva, percebe-se que o território Ribeira apresentou, relativamente ao ano de 2000, incremento de 81,7% no estoque de emprego, significativamente superior ao registrado pelo Estado e pela grande maioria dos demais territórios. Os números do CAGED revelam que o território, no período mais recente, vem acompanhando a dinâmica do mercado de trabalho paranaense, mantendo o nível de crescimento de empregos verificado em anos anteriores (tabela 4.11).

TABELA 4.11 - EMPREGO FORMAL, SEGUNDO TERRITÓRIOS PRIORITÁRIOS - PARANÁ - 2000/JUL 2007

TERRITÓRIO	EMPREGOS FORMAIS			B+C / A (%)
	RAIS 2000 (A)	RAIS 2005 (B)	CAGED (JAN/06 A JUL/07) (C)	
Cantuquiriguaçu	15 489	20 312	1 288	39,5
Centro-Sul	21 299	26 789	1 903	34,7
Norte Pioneiro	31 182	40 197	6 006	48,2
Caminhos do Tibagi	18 159	28 102	3 505	74,1
Paraná Centro	32 374	42 718	791	34,4
Ribeira	6 292	10 566	868	81,7
União da Vitória	18 866	23 309	552	26,5
Vale do Ivaí	35 672	48 820	4 794	50,3
Demais territórios	1 474 237	1 868 778	171 966	38,4
PARANÁ	1 653 435	2 109 348	191 679	39,2

FONTES: MTE - RAIS e CAGED

4.2 CARACTERIZAÇÃO SETORIAL DAS ATIVIDADES

Neste tópico são apresentados indicadores setoriais do território Ribeira, além de breves considerações acerca do desempenho econômico da região no período recente. Nos segmentos industrial e de serviços, as avaliações têm como base o detalhamento das estatísticas relativas ao emprego formal e ao número de estabelecimentos, sendo que, no caso específico do setor manufatureiro, são feitas adicionalmente análises a partir dos dados de valor adicionado.

Já em relação à agropecuária, os comentários concentram-se na questão da agricultura familiar, havendo, ainda, considerações sobre a evolução da produção e do faturamento do setor primário.

4.2.1 Indústria

Os municípios de Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná concentram a maior parte dos empregos industriais da região. Entre os anos de 1995 e 2005, o estoque de empregos industriais praticamente dobrou nos sete municípios da Ribeira – eram 1.561 em 1995 e 3.076 uma década depois. O discreto crescimento no número absoluto de empregos entre 2000 e 2005 explica a queda na participação da região, em relação aos empregos industriais criados no Estado (tabela 4.12). Porém, como destacado anteriormente, este desempenho deve-se basicamente à redução do emprego na construção civil, enquanto outros segmentos da indústria cresceram.

TABELA 4.12 - EMPREGO FORMAL E ESTABELECIMENTOS DO SETOR INDUSTRIAL, NO ESTADO E NO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1995/2005

ANO	EMPREGOS FORMAIS			ESTABELECIMENTOS		
	Território Ribeira	Paraná	Participação (%)	Território Ribeira	Paraná	Participação (%)
1995	1 561	384 970	0,4	105	23 546	0,4
2000	2 613	433 447	0,6	147	28 891	0,5
2005	3 076	566 741	0,5	199	33 025	0,6

FONTE: MTE - RAIS

A indústria de produtos de madeira é a que mais emprega na região, responsável por 39,8% dos registros na RAIS de 2005. Os 1.183 empregos gerados pela fabricação de produtos de minerais não-metálicos correspondem a 38,5% dos registros da região. Essa atividade está relacionada à produção de cimento, concentrada no município de Rio Branco do Sul. A extração de minerais não-metálicos, ainda que altamente mecanizada, responde por 243 empregos, com significativa participação de 7,9% dos registros (tabela 4.13).

TABELA 4.13 - EMPREGO FORMAL E ESTABELECIMENTOS DO SETOR INDUSTRIAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	EMPREGOS FORMAIS		ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%	Abs.	%
Adrianópolis	31	1,0	6	3,0
Bocaiúva do Sul	280	9,1	29	14,6
Cerro Azul	131	4,3	8	4,0
Doutor Ulysses	24	0,8	3	1,5
Itaperuçu	351	11,4	42	21,1
Rio Branco do Sul	1 445	47,0	76	38,2
Tunas do Paraná	814	26,5	35	17,6
TERRITÓRIO RIBEIRA	3 076	100,00	199	100,00

FONTE: MTE - RAIS

Os 1.223 empregos ligados à indústria de produtos de madeira estão distribuídos em 73 estabelecimentos, o que constitui um setor produtivo mais difuso do que o relacionado à fabricação de produtos de minerais não-metálicos – 1.183 registros de emprego concentrados em 27 estabelecimentos (tabela 4.14).

TABELA 4.14 - EMPREGO FORMAL E ESTABELECIMENTOS DO SETOR INDUSTRIAL, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS NO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2005

ATIVIDADE ECONÔMICA	EMPREGOS		ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%	Abs.	%
Extração de minerais metálicos	9	0,3	2	1,0
Extração de minerais não-metálicos	243	7,9	25	12,6
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	15	0,5	6	3,0
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	58	1,9	2	1,0
Fabricação de produtos de madeira	1 223	39,8	73	36,7
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	4	0,1	1	0,5
Edição, impressão e reprodução de gravações	10	0,3	3	1,5
Fabricação de produtos químicos	42	1,4	6	3,0
Fabricação de artigos de borracha e plástico	2	0,1	2	1,0
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	1 183	38,5	27	13,6
Fabricação de produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos	56	1,8	13	6,5
Fabricação de máquinas e equipamentos	48	1,6	2	1,0
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-	-	1	0,5
Fabricação de equipamentos de instrumentação para usos médico-hospitalares	-	-	1	0,5
Fabricação de móveis e indústrias diversas	9	0,3	3	1,5
Reciclagem	1	0,0	1	0,5
Captação, tratamento e distribuição de água	3	0,1	1	0,5
Construção	170	5,5	30	15,1
TERRITÓRIO RIBEIRA	3 076	100,00	199	100,00

FONTE: MTE - RAIS

O aparelho industrial do território Ribeira registra reduzido tamanho quando comparado ao do total do Estado, perfazendo 1,3% do valor adicionado industrial paranaense (tabela 4.15). Pela sua evolução desde a segunda metade dos anos noventa, observa-se reduzido dinamismo econômico, assentado apenas em algumas atividades baseadas na exploração de recursos naturais.

TABELA 4.15 - PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DO TERRITÓRIO RIBEIRA NO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DO ESTADO - PARANÁ - 1997/2005

ANO	PARTICIPAÇÃO (%)
1997	1,4
2000	1,6
2005	1,3

FONTE: SEFA-PR

Na realidade, todo o território tem sua atividade produtiva baseada na extração e na produção de minerais não-metálicos, que, em conjunto, compõem em 2005 cerca de 95% da valor industrial local (tabela 4.16). As principais unidades ali instaladas operam em elevado regime de escala e, nos últimos dez anos, realizaram expressivos investimentos em modernização e ampliação da capacidade instalada.

Entretanto, foram investimentos que produziram poucos ou nenhum efeito positivo sobre outras atividades, de modo que a matriz produtiva do território permanece pouco complexa, com poucas atividades adquirindo alguma importância local, a exemplo da fabricação de produtos de madeira, que atingiu, em 2005, 6,1% de participação do valor adicionado da indústria local.

TABELA 4.16 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO VALOR ADICIONADO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO TERRITÓRIO RIBEIRA, SEGUNDO ATIVIDADES - PARANÁ - 2005

ATIVIDADE ECONÔMICA	DISTRIBUIÇÃO (%)
Extração de minerais não-metálicos	3,4
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	0,3
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	0,1
Fabricação de produtos de madeira	6,1
Fabricação de produtos químicos	0,6
Fabricação de artigos de borracha e plástico	0,1
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	88,9
Fabricação de máquinas e equipamentos	0,4
TERRITÓRIO RIBEIRA	100,0

FONTE: SEFA-PR

Especificamente, essas atividades estão localizadas no município de Rio Branco do Sul, que detém quase 90% do valor adicionado industrial de todo o território Ribeira, enquanto os cerca de 10% restantes distribuem-se em Itaperuçu, Tunas do Paraná e Bocaiúva do Sul (tabela 4.17). A propósito, note-se a participação nula do município de Adrianópolis, em virtude do encerramento das atividades de extração de chumbo desde o final da década passada.

TABELA 4.17 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO VALOR ADICIONADO FISCAL DA INDÚSTRIA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	DISTRIBUIÇÃO (%)
Rio Branco do Sul	89,5
Itaperuçu	3,9
Tunas do Paraná	3,4
Bocaiúva do Sul	1,9
Doutor Ulysses	0,7
Cerro Azul	0,5
Adrianópolis	0,0
TERRITÓRIO RIBEIRA	100,0

FONTE: SEFA-PR

4.2.2 Serviços

O setor de serviços do território manteve, nos três períodos analisados, discreta participação nos empregos formais no setor terciário do Paraná, de acordo com a RAIS. A participação dos estabelecimentos do Ribeira no Estado cresceu em maior proporção do que o número de empregos por eles registrados. Assim, houve significativa queda na relação entre o número de empregos e de estabelecimentos. Essa razão, de quinze empregos por estabelecimento, em 1995, caiu para 10,3 no ano de 2005 (tabela 4.18).

TABELA 4.18 - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS E DE ESTABELECIMENTOS DO SETOR DE SERVIÇOS DO ESTADO E DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1995/2005

ANO	EMPREGOS FORMAIS			ESTABELECIMENTOS		
	Território Ribeira	Paraná	Part. (%)	Território Ribeira	Paraná	Part. (%)
1995	2 944	987 429	0,3	196	88 153	0,2
2000	3 505	1 130 971	0,3	304	119 951	0,3
2005	5 926	1 443 518	0,4	572	157 858	0,4

FONTE: MTE - RAIS

Provavelmente, esse fenômeno se relaciona à expansão mais acelerada de outras atividades dos serviços, principalmente o comércio (ver tabela 4.10). Comparativamente ao ritmo de crescimento da Administração Pública, em 1995, esta atividade representava 70% dos empregos neste setor, participação reduzida para 48,6%, em 2005. O dinamismo recente apresentado pelo comércio reflete o crescimento do emprego em geral no território, bem como em parte impacto dos programas de transferência de renda.

Em 2005, metade dos estabelecimentos de serviços do território estava ligada ao comércio varejista. Os municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu concentravam a maior parte dos empregos e estabelecimentos registrados na RAIS (tabela 4.19). A Administração Pública e o comércio varejista exercem papel preponderante no número de empregos formais desses municípios e do território.

TABELA 4.19 - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS E DE ESTABELECIMENTOS DO SETOR DE SERVIÇOS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	EMPREGOS FORMAIS		ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%	Abs.	%
Adrianópolis	417	7,0	26	4,5
Bocaiúva do Sul	665	11,2	83	14,5
Cerro Azul	760	12,8	59	10,3
Doutor Ulysses	261	4,4	12	2,1
Itaperuçu	1 190	20,1	135	23,6
Rio Branco do Sul	2 091	35,3	224	39,2
Tunas do Paraná	542	9,1	33	5,8
TERRITÓRIO RIBEIRA	5 926	100,0	572	100,0

FONTE: MTE - RAIS

A atividade de transporte terrestre demonstrava alguma relevância, com 10,7% dos estabelecimentos e 6,4% dos empregos. Estava, contudo, concentrada em Rio Branco do Sul, que possuía 246 dos 382 empregos e 39 dos 61 estabelecimentos do território ligados à atividade (tabela 4.20).

TABELA 4.20 - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS E DE ESTABELECIMENTOS DO SETOR DE SERVIÇOS, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - 2005

ATIVIDADE ECONÔMICA	EMPREGOS FORMAIS		ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%	Abs.	%
Comércio e reparação de veículos e comércio a varejo de combustíveis	119	2,0	41	7,2
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	211	3,6	34	5,9
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	1 361	23,0	286	50,0
Alojamento e alimentação	105	1,8	20	3,5
Transporte terrestre	382	6,4	61	10,7
Correio e telecomunicações	18	0,3	7	1,2
Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada	42	0,7	10	1,7
Atividades auxiliares da intermediação financeira	1	0,0	1	0,2
Aluguel de veículos e máquinas sem condutores e de objetos pessoais e domésticos	12	0,2	4	0,7
Atividades de informática e conexas	16	0,3	2	0,3
Serviços prestados principalmente às empresas	414	7,0	43	7,5
Administração pública, defesa e seguridade social	2 880	48,6	11	1,9
Educação	95	1,6	8	1,4
Saúde e serviços sociais	22	0,4	7	1,2
Limpeza urbana e esgoto, e atividades conexas	2	0,0	1	0,2
Atividades associativas	219	3,7	19	3,3
Atividades recreativas, culturais e desportivas	10	0,2	6	1,0
Serviços pessoais	5	0,1	4	0,7
Serviços domésticos	12	0,2	7	1,2
TOTAL	5 926	100,0	572	100,0

FONTE: MTE - RAIS

4.2.3 Agropecuária

Neste item são identificados e quantificados os tipos de estabelecimentos agropecuários, bem como analisadas as variáveis selecionadas com a estratificação da área segundo os tipos de estabelecimentos; a evolução do nível de concentração do acesso à terra; o uso e a procedência da força de tração, máquinas e equipamentos; o uso da terra pelos estabelecimentos familiares; o valor bruto da produção dos principais produtos das lavouras e criações; a evolução da área e o rendimento das lavouras; a evolução do rebanho animal; e os principais produtos da silvicultura em termos de valor bruto da produção.

É necessário chamar a atenção para o fato de que essa análise está baseada nos dados do Censo Agropecuário de 1995/1996 – o último disponível. Retrata, portanto, uma realidade de mais de dez anos. No entanto, acredita-se que os dados analisados dão conta de questões estruturais que, somadas ao conjunto dos dados analisados nesse estudo, compõem um quadro geral do setor.

4.2.3.1 Tipologia dos estabelecimentos agropecuários

O território Ribeira possuía 6.104 estabelecimentos agropecuários em 1995/1996, que representavam 1,9% do total dos estabelecimentos do Estado do Paraná (tabela 4.21). Esse conjunto de estabelecimentos estava distribuído desigualmente entre os sete municípios que compõem o referido território, sendo que Tunas do Paraná tinha o menor número (69), e Cerro Azul, o maior (2.472). Além da marcante diferença no número de estabelecimentos, decorrência evidente das diferentes áreas municipais, há também distinção entre os estabelecimentos no que concerne ao relevo, à fertilidade natural e às atividades produtivas empreendidas em cada município.

TABELA 4.21 - ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO OS TIPOS DE ESTABELECIMENTO NO ESTADO E NO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1995/1996

TIPO DE ESTABELECIMENTO	PARANÁ		TERRITÓRIO RIBEIRA	
	Abs.	%	Abs.	%
Familiar	216 069	66,0	4 747	77,8
Familiar empregador	78 696	24,0	1 019	16,7
Não-familiar	32 846	10,0	338	5,5
TOTAL	327 611	100,0	6 104	100,0

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IAPAR.

No território, há evidente predominância do tipo de estabelecimento agropecuário familiar, que congrega unidades produtivas que utilizam exclusivamente mão-de-obra doméstica. A segunda categoria mais freqüente no território é o estabelecimento familiar empregador, que complementa sua mão-de-obra com contratação de terceiros. Finalmente,

tem-se o estabelecimento não-familiar, que utiliza a maior parte da mão-de-obra contratada nos trabalhos agrários. Estes últimos são os menos freqüentes. A distribuição é a mesma observada em todo o Estado, mas no Ribeira o tipo familiar ocorre com maior freqüência (77,8%) em relação aos outros dois tipos, quando comparado ao que se verifica para o total do Paraná (66%) – ver tabela 4.21.

Para efeito da descrição que segue, são agregados em um único tipo o estabelecimento familiar e o familiar empregador, em contraste com o não-familiar.

4.2.3.2 Estrutura fundiária

A identificação da estrutura fundiária corresponde à distribuição dos tipos de estabelecimento por meio de sua freqüência relativa e da respectiva área total, segundo a estratificação utilizada para efetuar o enquadramento dos agricultores beneficiários dos programas de crédito do Governo Federal. Nela, inicialmente, nota-se que o tipo de estabelecimento não-familiar, tanto no Estado do Paraná (10%) quanto no território Ribeira (5,5%), apropria-se proporcionalmente da maior parcela da área total, ou seja, 44,3% e 29,2%, respectivamente (tabela 4.22).

TABELA 4.22 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E DA ÁREA, SEGUNDO OS TIPOS DE ESTABELECIMENTO NO ESTADO E NO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1995/1996

TIPO DE ESTABELECIMENTO	PARTICIPAÇÃO (%)			
	Paraná		Território Ribeira	
	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)
Familiar	90,0	55,7	94,5	70,8
De 4 módulos fiscais ⁽¹⁾ e menos	85,4	35,5	89,3	41,2
Maior que 4 módulos fiscais	4,6	20,2	5,1	29,7
Não-familiar	10,0	44,3	5,5	29,2
De 4 módulos fiscais e menos	5,7	3,9	3,7	3,5
Maior que 4 módulos fiscais	4,4	40,4	1,9	25,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IAPAR.

(1) O módulo fiscal varia de 18 a 20 hectares (INCRA).

O tipo familiar é relativamente mais freqüente no território Ribeira, em relação ao Estado, com predomínio de unidades produtivas com área total de quatro módulos fiscais e menos (89,3%). Por outro lado, as unidades familiares e não-familiares do território, acima de quatro módulos fiscais, que representam 7% dos estabelecimentos, ocupam um pouco mais da metade da área total do território (ver tabela 4.22).

Em termos gerais, a área média dos estabelecimentos agropecuários do território, apesar de próxima, é inferior à do Estado (tabela 4.23).

TABELA 4.23 - ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO OS TIPOS DE ESTABELECIMENTO E A ESTRATIFICAÇÃO DOS MÓDULOS FISCAIS, NO ESTADO E NO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1995/1996

TIPO DE ESTABELECIMENTO E ESTRATIFICAÇÃO	ÁREA MÉDIA (ha)	
	Paraná	Território Ribeira
Familiar	23,4	24,7
De 4 módulos fiscais ⁽¹⁾ e menos	15,7	15,2
Maior que 4 módulos fiscais	166,1	190,8
Não-familiar	166,8	173,7
De 4 módulos fiscais e menos	26,0	31,3
Maior que 4 módulos fiscais	348,9	453,4
TOTAL	37,8	33,0

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IAPAR.

(1) O módulo fiscal varia de 18 a 20 hectares (INCRA).

O tipo de estabelecimento familiar do território Ribeira apresenta-se com área média (24,7 ha) muito próxima da verificada para o Estado do Paraná (23,4 ha). Da mesma forma, a área média dos estabelecimentos não-familiares é 4,1% superior à do Estado. Por outro lado, observa-se que a área média para os dois tipos no estrato “maior que quatro módulos fiscais” é consideravelmente maior no território Ribeira (ver tabela 4.23).

Essa característica territorial (de áreas médias maiores e maior proporção de área total nos estratos de área acima de quatro módulos fiscais) constitui elemento indicativo da ocorrência de concentração do acesso a terra, mensurada pelo Índice de Gini (tabela 4.24).

Os municípios do território Ribeira apresentaram em 1995 níveis de concentração muito forte, exceto Rio Branco do Sul, inclusive Doutor Ulysses, Itaperuçu e Tunas do Paraná, que foram emancipados na primeira metade dos anos de 1990. Os municípios de Bocaiúva do Sul e Cerro Azul acompanharam a mesma trajetória dos níveis de concentração ocorrida no Estado do Paraná, ou seja, crescente entre 1970 e 1985 e decrescente em 1995.

TABELA 4.24 - ÍNDICE DE GINI DO ACESSO A TERRA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1970/1995

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE GINI ⁽¹⁾			
	1970	1980	1985	1995
Adrianópolis	0,708	0,812	0,860	0,781
Bocaiúva do Sul	0,671	0,855	0,796	0,769
Cerro Azul	0,688	0,807	0,829	0,744
Doutor Ulysses	-	-	-	0,788
Itaperuçu	-	-	-	0,709
Rio Branco do Sul	-	-	0,806	0,690
Tunas do Paraná	-	-	-	0,798
PARANÁ	0,634	0,686	0,692	0,686

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) Medida de desigualdade que mensura a distância do real acesso a terra com a perfeita equidistribuição dos estabelecimentos com a área (ha), variando de 0 (zero) a 1. Níveis de concentração: fraca - menor de 0,251; média - de 0,251 a 0,500; forte - de 0,501 a 0,700; muito forte - de 0,701 a 0,900; absoluta - de 0,901 a 1.

4.2.3.3 Procedência da força de tração e de maquinaria

Diferentemente do que acontece em outras localidades do Paraná, neste território é insignificante o processo de terceirização na execução dos trabalhos agrários (tabela 4.25). Tanto para o tipo familiar (80,0%) quanto para o não-familiar (67,2%) predominam os estabelecimentos agropecuários sem uso de força de tração. Esses percentuais para o Estado são de 18,7% e 18,6%, respectivamente.

TABELA 4.25 - ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO OS TIPOS DE ESTABELECIMENTO E A PROCEDÊNCIA DA FORÇA DE TRAÇÃO, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NO ESTADO E NO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1995/1996

TIPO DE ESTABELECIMENTO E PROCEDÊNCIA DA FORÇA DE TRAÇÃO, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	PARANÁ		TERRITÓRIO RIBEIRA	
	Abs.	%	Abs.	%
Familiar	294.765	100,0	5.766	100,0
Próprios	113.446	38,5	992	17,2
Terceiros	126.179	42,8	164	2,8
Sem uso de tração	55.140	18,7	4610	80,0
Não-familiar	32.846	100,0	338	100,0
Próprios	17.056	51,9	88	26,0
Terceiros	9.692	29,5	23	6,8
Sem uso de tração	6.098	18,6	227	67,2
TOTAL	327.611	-	6.442	-

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IAPAR.

A predominância dos estabelecimentos agropecuários que somente fazem uso da força humana nos trabalhos agrários está relacionada diretamente com as limitações existentes no recurso natural, principalmente o relevo fortemente ondulado.

4.2.3.4 Uso da terra

O uso da terra pelos estabelecimentos agropecuários familiares do território Ribeira foi analisado a partir de vários cruzamentos, contemplando pecuária, pastagem e matas (tabela 4.26).

O conjunto de estabelecimentos familiares com a presença de pecuária representa 92,3% dos estabelecimentos, acessa 96,7% da área total, utiliza 94,9% do pessoal ocupado e detém 90% do valor bruto da produção vendida. Nos estabelecimentos com pecuária, verificou-se que a combinação das atividades mais freqüentes foi com grandes e pequenos animais, com pastagem e com mata. Por outro lado, vale destacar que cerca de 38% dos estabelecimentos familiares possuem áreas de matas, independentemente de constituírem áreas de preservação permanente, proteção de nascentes ou mata ciliar. Dessa forma, trata-se de uma freqüência de estabelecimentos com matas muito aquém do esperado, principalmente considerando-se o relevo fortemente ondulado que torna o solo mais susceptível à erosão e à necessidade de conservação dos mananciais de água.

TABELA 4.26 - ÁREA TOTAL, PESSOAL OCUPADO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO VENDIDA NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES, SEGUNDO O USO DA TERRA, NO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1995/1996

USO DA TERRA	ESTABELECIMENTOS			
	Total	Área (ha)	E.H. ⁽¹⁾	V.B.P.V. ⁽²⁾ (R\$ mil)
Com pecuária (A)	5 323	137 999	15 805	14 392
Grandes animais ⁽³⁾	113	7 018	235	401
Com pastagem	99	6 660	206	381
Com mata	54	4 988	122	194
Sem mata	45	1 672	84	187
Sem pastagem	8	341	16	14
Com mata	3	312	8	1
Sem mata e outra condição	5	29	8	13
Sem declaração	6	18	13	6
Pequenos animais ⁽⁴⁾	150	1 276	337	253
Com pastagem	45	713	96	142
Com mata	25	627	56	129
Sem mata	20	85	40	13
Sem pastagem	80	470	169	94
Com mata	52	408	112	64
Sem mata e outra condição	28	62	58	30
Sem declaração	25	93	73	17
Grandes e pequenos animais ⁽³⁾⁽⁴⁾	5 060	129 705	15 232	13 738
Com pastagem	2 869	114 118	8 936	9 378
Com mata	1 564	86 528	4 918	5 750
Sem mata	1 305	27 590	4 018	3 628
Sem pastagem	1 219	11 419	3 604	2 590
Com mata	438	6 532	1 350	1 041
Sem mata e outra condição	781	4 886	2 254	1 548
Sem declaração	972	4 168	2 692	1 770
Sem pecuária (B)	443	4 659	852	1 595
Com pastagem	57	1 081	123	178
Com mata	30	760	71	96
Sem mata	27	321	52	82
Sem pastagem	188	2 986	383	752
Com mata	75	2 081	137	379
Sem mata e outra condição	113	905	246	373
Sem declaração	198	592	346	665
Total com pastagem ⁽⁵⁾	3 070	122 572	9 360	10 080
Com mata ⁽⁶⁾	1 673	92 904	5 168	6 170
Sem mata	1 397	29 668	4 192	3 910
Total sem pastagem	1 495	15 216	4 173	3 450
Com mata	568	9 334	1 607	1 485
Sem mata e outra condição ⁽⁷⁾	927	5 882	2 566	1 965
Total sem declaração ⁽⁸⁾	1 201	4 871	3 124	2 457
TOTAL GERAL (A+B)	5 766	142 658	16 657	15 987

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IAPAR.

(1) Corresponde a uma jornada anual de 300 dias de trabalho de um homem adulto.

(2) Valor Bruto da Produção Vendida menos a receita recebida com a venda de máquinas.

(3) Estab. com a presença de um ou mais dos tipos de animais: asininos, bovinos, bubalinos, eqüinos e muare.

(4) Estab. com a presença de um ou mais dos tipos de animais: abelhas, aves, caprinos, coelhos, bicho-da-seda, ovinos e suínos.

(5) Estabelecimento com pastagem natural e/ou plantada.

(6) Estabelecimento com mata natural e/ou plantada.

(7) Estabelecimento com terras em descanso, terras produtivas não utilizadas e terras inaproveitáveis.

(8) Estabelecimento sem informação de área de pastagem, mata e outra condição.

4.2.3.5 Valor bruto da produção agropecuária

Quatro atividades pecuárias e seis de lavouras destacam-se no território Ribeira. No período 2003-2005, esses dez produtos representaram mais de 90% do total do valor bruto da produção agropecuária (tabela 4.27). Dentre eles, destaca-se a madeira, que supera a metade do valor bruto da produção seguida pelas frutas. Entre as frutas cultivadas no território, há predomínio das cítricas, principalmente tangerina e laranja.

TABELA 4.27 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DAS LAVOURAS E REBANHOS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2003-2005

PRODUTO	VBP (R\$ mil)	%	PRODUTO	VBP (R\$ mil)	%	PRODUTO	VBP (R\$ mil)	%
2003			2004			2005		
Madeira	196 704,00	56,3	Madeira	280 532,90	61,1	Madeira	378 567,30	69,6
Frutas ⁽¹⁾	50 470,90	14,5	Frutas ⁽¹⁾	53 824,60	11,7	Frutas ⁽¹⁾	44 133,70	8,1
Milho	30 906,50	8,9	Milho	33 248,40	7,2	Milho	28 699,00	5,3
Mandioca	10 868,60	3,1	Mandioca	14 430,90	3,1	Leite	16 466,40	3,0
Feijão	8 655,30	2,5	Leite	10 956,10	2,4	Feijão	12 855,30	2,4
Bovino	8 109,70	2,3	Feijão	9 711,00	2,1	Mandioca	10 230,20	1,9
Leite	7 220,10	2,1	Bovino	8 772,50	1,9	Bovino	9 280,10	1,7
Suíno	5 042,50	1,4	Aves	7 459,30	1,6	Suíno	5 799,70	1,1
Resina	4 158,80	1,2	Suíno	7 035,70	1,5	Aves	3 557,60	0,7
Aves	2 674,40	0,8	Resina	2 794,70	0,6	Resina	3 287,20	0,6
TOTAL	324 810,70	93,0	TOTAL	428 766,10	93,4	TOTAL	512 876,60	94,2
TERRITÓRIO RIBEIRA	349 100,40	100,0	TERRITÓRIO RIBEIRA	459 068,20	100,0	TERRITÓRIO RIBEIRA	544 237,70	100,0

FONTE: SEAB-PR/DERAL

(1) Abacate, abacaxi, ameixa, atemóia, banana, caqui, goiaba, laranja, lúcia, limão, maçã, manga, maracujá, melancia, melão, morango, pêssego, pinhão e uva.

A madeira tem se transformado numa opção de renda para os agricultores, em virtude do crescimento de sua demanda para a composição de outros produtos manufaturados, além do papel, celulose e lenha. A espécie arbórea mais cultivada, pela sua rusticidade e baixa exigência de fertilidade é o pinus. Pelos requerimentos de capital e pelo retorno do investimento no médio prazo, seu cultivo é condicionado aos agricultores familiares com área superior a quatro módulos fiscais e aos não-familiares.

A produção de leite está em expansão induzida pela disponibilidade dos recursos do PRONAF, principalmente entre os agricultores familiares que normalmente produzem em torno de 50 litros diários. Trata-se de atividade que ainda utiliza raças de dupla aptidão, mas que tem recebido apoio dos programas governamentais, como inseminação artificial, tecnologias de produção de capineiras para alimentação, transporte e resfriamento do leite (ver tabela 4.27).

4.2.3.6 Produção e área das principais culturas

No território Ribeira são cultivadas apenas algumas das lavouras temporárias dentre as que fazem parte da pauta dos produtos de outros municípios de diferentes condições edafoclimáticas do Paraná. Da tabela 4.28 constam o montante da área cultivada e o rendimento médio obtido no período de 2003 a 2005.

TABELA 4.28 - ÁREA E RENDIMENTO MÉDIO DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2003-2005

PRINCIPAIS LAVOURAS	ÁREA MÉDIA (ha)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Arroz-sequeiro	300	273	250	1 096	1 095	1 094
Feijão (safra da seca)	1 615	1 665	1 670	880	1 095	1 094
Feijão (safra da água)	6 100	8 850	9 050	977	903	978
Mandioca (consumo humano)	1 563	1 513	1 537	13 397	15 777	13 315
Mandioca (indústria)	625	1 239	1 258	13 397	13 299	13 315
Milho	35 400	34 750	32 850	3 262	3 500	3 497
Soja	240	493	330	2 900	2 276	2 316

FONTE: SEAB-PR/DERAL

A lavoura de milho ocupa a maior parte da área cultivada. Entre as principais lavouras temporárias, observou-se pequena expansão na área cultivada de feijão, mandioca (indústria) e soja. Processo semelhante ocorreu com os produtos que obtiveram decréscimo no montante de área cultivada, ou seja, no milho, mandioca (consumo humano) e arroz. Em relação ao rendimento físico das lavouras, nota-se que somente para o milho e o feijão, apesar das oscilações, houve pequeno acréscimo da produtividade. As quedas nos rendimentos podem ser atribuídas a condições climáticas adversas e/ou à redução no uso da tecnologia recomendada, ocasionada pela elevação nos custos de produção para seu emprego.

4.2.3.7 Rebanho

Considerando-se o efetivo do rebanho das principais criações no território, constata-se que, no período de 2003 a 2005, o maior plantel era o de bovinos, seguido pelo de suínos (tabela 4.29). O destaque para esses dois rebanhos é de que, enquanto o de bovinos está em expansão, o de suínos teve pequeno decréscimo.

TABELA 4.29 - NÚMERO DE CABEÇAS E VARIAÇÃO DOS PRINCIPAIS REBANHOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2003-2005

REBANHO	N.º DE CABEÇAS			VARIAÇÃO (%)	
	2003	2004	2005	2004/2003	2005/2004
Bovino	78 002	81 136	93 500	4,0	15,2
Bubalino	2 390	2 070	5 145	-13,4	148,6
Caprino	4 330	4 782	4 380	10,4	-8,4
Eqüino	-	-	640	-	-
Ovino	2 506	1 958	2 828	-21,9	44,4
Suíno	49 430	48 090	44 220	-2,7	-8,0

FONTE: SEAB-PR/DERAL

Os rebanhos de bubalinos e ovinos tiveram a mesma trajetória no período, ou seja, com variação negativa no primeiro e positiva no segundo. Em relação aos caprinos,

pode ter acontecido uma expansão inicial, por conta da difusão da criação incentivada por programa governamental, que não foi sustentada no segundo período de análise.

4.2.3.8 Silvicultura

O principal produto da silvicultura no período de 2001 a 2005 é a madeira “em toras” e “para outras finalidades”. Juntas, representavam mais de dois terços do valor da produção dos produtos da silvicultura no território, exceto no ano de 2002 (tabela 4.30). Entre os produtos da silvicultura, nota-se elevação da participação das resinas e da madeira para papel e celulose, enquanto a participação relativa da lenha reduziu-se substancialmente. Assim, fica evidente que a atividade florestal no território está sendo destinada ao processo de transformação industrial. Com isso, é possível que nos próximos anos expanda-se a produção desse tipo de madeira, principalmente porque se trata de uma atividade de médio e longo prazo para realização.

TABELA 4.30 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRODUTOS DA SILVICULTURA, NO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2001-2005

PRODUTO DA SILVICULTURA	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO									
	2001		2002		2003		2004		2005	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Resinas	0	0,0	0	0,0	2 290	2,5	1 782	2,8	57 132	16,3
Carvão vegetal	26	1,0	31	1,6	167	0,2	20	0,0	3 391	1,0
Madeira para papel e celulose	190	7,1	159	8,3	9 574	10,6	12 614	19,7	26 157	7,5
Lenha	698	26,0	806	41,8	2 200	2,4	1 142	1,8	1 995	0,6
Madeira para outras finalidades	793	29,5	385	20,0	33 268	36,8	17 857	28,0	117 491	33,6
Madeira em tora	981	36,5	545	28,3	42 843	47,4	30 470	47,7	143 649	41,1
TERRITÓRIO RIBEIRA	2 688	100,0	1 926	100,0	90 342	100,0	63 885	100,0	349 815	100,0

FONTE: SEAB-PR/DERAL

4.3 MEIOS E INSTRUMENTOS

A seguir, analisam-se, de forma seletiva, meios, instrumentos e programas criados para promover maior equidade entre a população em geral e entre os agricultores familiares em particular, dimensionando sua expressão no território.

4.3.1 Fundo de Aval, Crédito, Programas e Projetos

O Governo do Paraná instituiu em 2004 (Lei n.º 14.431, de 16 de junho de 2004) o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná, por meio do qual garante o acesso do agricultor²⁵ ao crédito de investimento do PRONAF.

²⁵ A Agência de Fomento do Paraná oferece aval aos agricultores enquadrados no grupo C do PRONAF.

No território Ribeira apenas dois projetos de investimento do PRONAF foram garantidos pelo Fundo de Aval, com um valor de crédito de R\$ 12.400,00. O valor acessado equivale a apenas 0,025% do total aplicado no Paraná (SEAB/DERAL, 2007). A essa baixa adesão soma-se o fato de o território não ter implantado projetos de crédito fundiário desde a sua implantação, em 2000.

Entre os fatores que podem ter contribuído para essa circunstância, encontram-se os problemas com documentação dos imóveis rurais, a insuficiência de profissionais da área agropecuária e a não-priorização pelas instituições regionais na adoção dessas políticas públicas. Os gestores do território priorizaram a regularização fundiária das unidades produtivas rurais como estratégia para o reordenamento territorial.

O território apresenta um elevado percentual de propriedades rurais com algum problema de regularização fundiária. O processo de colonização da região e a sucessão familiar nas pequenas propriedades ocorreram sem as respectivas emissões de posses e registros cartorários, em grande parte das transmissões de direitos à terra. Segundo estimativa do Fórum de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, há necessidade de regularizar cerca de 5 mil propriedades rurais na região, com maiores demandas em Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulysses.

Diante dessa realidade, a regularização fundiária foi priorizada pelo território, culminando com uma negociação entre o Governo Federal (MDA e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA) e o Governo Estadual (Secretaria do Meio Ambiente do Estado - SEMA), em 2005, para proceder à regularização de parte das propriedades rurais da região.

Com relação a programas e projetos de desenvolvimento, tem-se que o território Ribeira conta, desde 2004, com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA/SDT) para desenvolvimento de seu processo territorial, mediante conteúdo metodológico, assessoria técnica e recursos para projetos de infra-estrutura e serviços. Além disso, o território é beneficiário de estudos sobre a cadeia produtiva da madeira, com recursos do Ministério da Integração, por meio da Agência de Desenvolvimento da Mesorregião Vale do Ribeira/Guaraqueçaba, apoiada pelo Ministério da Integração Nacional.

Destaque-se que os municípios do território, freqüentemente, não apresentam a documentação exigida para acessar políticas públicas, penalizando a população. As certidões negativas de débitos, por exemplo, são exigidas para a contratação e repasse de recursos do PRONAF Infra-estrutura, realizados pelo MDA/SDT, por meio da Caixa Econômica Federal.

Entre 2004 e 2006, foram aplicados no território R\$ 1.077.782,30, oriundos do PRONAF-Infra-estrutura em projetos selecionados pelo Fórum de Desenvolvimento Territorial do Vale do Ribeira. O referido Programa apoiou o processo de capacitação de conselheiros, a implantação de agroindústrias e viabilizou infra-estrutura para comunicação e serviços sociais (ver quadros 4.1, 4.2 e 4.3).

QUADRO 4.1 - PROJETOS DO PRONAF-INFRA-ESTRUTURA, MUNICÍPIOS PARTICIPANTES E VALOR TOTAL DO PROJETO, NO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2004

PROJETO	MUNICÍPIOS PARTICIPANTES ⁽¹⁾	VALOR TOTAL DO PROJETO (R\$)	%
Industrialização de Frutas	Cerro Azul	255 150,00	
Inclusão Social	Tunas do Paraná	363 200,00	
Mobilização e Capacitação de Conselheiros	Todos os Municípios	73 501,30	
Valor Total do Território Ribeira		691 851,30	11,1
Valor Total do Estado		6 246 329,27	100,0

FONTES: SEAB-PR/DEAGRO

(1) Municípios participantes são aqueles que assinaram contratos com o MDA, via CAIXA, assumindo contrapartidas para a execução dos respectivos projetos.

QUADRO 4.2 - PROJETOS DO PRONAF-INFRA-ESTRUTURA, MUNICÍPIO PARTICIPANTE E VALOR TOTAL DO PROJETO NO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2005

PROJETO	MUNICÍPIO PARTICIPANTE ⁽¹⁾	VALOR TOTAL DO PROJETO (R\$)	%
Infra-estrutura de Comunicação e Cidadania	Adrianópolis	28 171,00	0,7
Valor Total do Paraná		4 033 299,90	100,0

FONTES: SEAB-PR/DEAGRO

(1) Município participante é aquele que assinou contratos com o MDA, via CAIXA, assumindo contrapartidas para a execução dos respectivos projetos.

QUADRO 4.3 - PROJETOS DO PRONAF-INFRA-ESTRUTURA, MUNICÍPIO PARTICIPANTE E VALOR TOTAL DO PROJETO NO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2006

PROJETO	MUNICÍPIO PARTICIPANTE ⁽¹⁾	VALOR TOTAL DO PROJETO (R\$)	%
Organização e Beneficiamento do Leite	Adrianópolis	143 160,00	
Infra-estrutura para comercialização	Adrianópolis	223 600,00	
Valor total do Território Ribeira		357 760,00	8,6
Valor total do Paraná		4 171 067,00	100,0

FONTES: SEAB-PR/DEAGRO

(1) Município participante é aquele que assinou contratos com o MDA, via CAIXA, assumindo contrapartidas para a execução dos respectivos projetos.

É preciso, ainda, fazer referência ao Projeto Paraná 12 Meses, por este ter apoiado, entre os anos 1998 e 2006, a adequação e proteção ambiental e a modernização tecnológica, e ter amenizado as condições sociais adversas no meio rural.²⁶

²⁶ O Projeto Paraná 12 Meses atuou mediante ações em habitação, saneamento, saúde, educação, geração de renda e emprego, organização comunitária e cidadania, implantação de vilas rurais para trabalhadores volantes, recuperação de solos e aumento da produção e da produtividade da agricultura paranaense. As ações concentraram-se em microbacias, propriedades rurais e grupos de agricultores, sem priorização regional.

Durante a vigência do Projeto Paraná 12 Meses foram aplicados R\$ 3.606.040,07, equivalentes a 0,6% do recurso total, volume muito aquém das necessidades da população do território Ribeira (tabela 4.31). As múltiplas carências estruturais, a insuficiência de quadros técnicos, além das especificidades do referido projeto são indicativos que podem explicar, em parte, o reduzido acesso a essa ação pública por parte dos municípios do território.

TABELA 4.31 - VALORES APLICADOS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1998/2006

MUNICÍPIO	VALORES APLICADOS PELO PARANÁ 12 MESES (R\$)			
	TOTAL	BIRD	Estado	Terceiros
Adrianópolis	584 570,92	422 329,87	126 104,24	36 136,81
Bocaiúva do Sul	325 859,85	243 548,03	73 201,90	9 109,92
Cerro Azul	1 170 491,07	1 004 485,21	154 165,13	11 840,73
Doutor Ulysses	455 519,26	382 213,66	58 136,70	15 168,90
Itaperuçu	404 474,62	331 887,04	72 587,58	-
Rio Branco do Sul	469 159,26	358 961,66	79 371,16	30 826,44
Tunas do Paraná	195 965,09	156 874,84	38 001,57	1 088,68
TERRITÓRIO RIBEIRA	3 606 040,07	2 900 300,31	601 568,28	104 171,48
PARANÁ	563 742 445,87	363 041 008,60	184 331 273,82	16 370 163,45

FONTE: SEAB-PR/UGP - Projeto Paraná 12 Meses

NOTAS: Foram aplicados R\$ 451.234,99 especificamente em reabilitação de pavimentos (asfalto) no município de Cerro Azul. Dados obtidos no Relatório eletrônico.

O PRONAF foi criado por meio do Decreto n.º 1.946, de 28 de junho de 1996, “[...] com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares,²⁷ de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 2007).

Os contratos realizados mediante o PRONAF no território Ribeira apresentaram variação positiva entre os anos agrícolas de 2000/2001, 2003/2004 e 2006/2007, assim como ocorreu com o Paraná. O território, que em 2000/2001 representava apenas 0,1% dos contratos realizados no Estado, em 2006/2007 cresceu para 1,8%. Devido ao pequeno número de contratos no ano de 2000/2001, a variação entre aquele ano e 2003/2004 foi extremamente alta. Entre os anos agrícolas de 2003/2004 e 2006/2007, a variação foi de 98,7%, bem superior à registrada no Estado (tabela 4.32).

²⁷ Podem acessar o financiamento os agricultores familiares proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária e Programa Nacional de Crédito Fundiário que produzam na terra, residam no estabelecimento ou próximo a ele e utilizem força de trabalho familiar. Podem obter financiamento do PRONAF, também, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os extrativistas, os silvicultores, os aquícultores e comunidades quilombolas ou povos indígenas que atendam aos requisitos do Programa. Para obter acesso, o agricultor necessita da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que identifica e classifica em um dos grupos do PRONAF, para acessar o crédito. A DAP é emitida pelas entidades autorizadas pelo governo, como, por exemplo: institutos oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), INCRA, Federação dos Agricultores na Agricultura Familiar (FETRAF), CNA, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), sindicatos, entre outras. É necessário o comparecimento do casal (em casos de relação conjugal estável), comprovação da posse da terra, bem como possuir cédula de identidade e CPF.

TABELA 4.32 - NÚMERO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE CONTRATOS DO PRONAF E VARIAÇÃO PERCENTUAL, SEGUNDO OS ANOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2000/2007

LOCAL	CONTRATOS							
	2000/2001		2003/2004		2006/2007		Variação (%)	
	Número	%	Número	%	Número	%	2000/2001- 2003/2004	2003/2004- 2006/2007
Território Ribeira	76	0,1	1 349	1,0	2 680	1,8	1 675,0	98,7
Paraná	116 178	100,0	129 234	100,0	151 550	100,0	11,2	17,3

FONTES: BACEN, BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN, BNDES

NOTA: Dados extraídos de www.mda.gov.br/SAF. Acesso em: set. 2002.

Em relação ao volume de recursos, verifica-se, para o mesmo período analisado, que, apesar de pequena a participação em relação ao Estado, o Ribeira vem apresentando crescimento, passando de 0,1%, em 2000/2001 para 1% em 2006/2007 (tabela 4.33).

TABELA 4.33 - MONTANTE E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS CONTRATOS DO PRONAF, SEGUNDO OS ANOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2000/2007

LOCAL	MONTANTE (R\$)					
	2000/2001		2003/2004		2006/2007	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Território Ribeira	219 508,08	0,1	3 235 053,48	0,6	10 175 909,82	1,0
Paraná	313 792 156,08	100,0	546 672 189,00	100,0	995 070 093,83	100,0

FONTES: BACEN, BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN, BNDES

NOTAS: Valores correntes.

Dados extraídos de www.mda.gov.br/saf. Acesso em: set. 2007.

Entre os municípios do território, o número de contratos e o volume monetário variaram nos períodos analisados, indicando que não há uma regularidade de acesso a esse crédito. No ano agrícola de 2006/2007, os municípios de Cerro Azul (45,3%) e Doutor Ulysses (13,2%) representavam mais da metade do total de contratos. No entanto, Adrianópolis e Bocaiúva do Sul, que, juntos, representavam 19,4% dos contratos naquele ano, participavam com 36,8% do montante. O município que registrou a menor participação foi Tunas do Paraná, que aparece apenas no ano agrícola 2006/2007, com participação inferior a 0,5% (ver Apêndice – tabela A.4.1).

O PRONAF financia quatro tipos de crédito: investimento, custeio, cota-parte e comercialização. No Paraná, os dados disponibilizados pelo Banco Central apresentam apenas os créditos de investimento e custeio²⁸. O custeio foi a modalidade de crédito mais acessada nos períodos analisados. No ano 2003/2004, a modalidade investimento participou com 18,3% no número de contratos e 25,3% no montante (tabela 4.34).

²⁸ Segundo BRASIL (2007), crédito para investimento "são recursos para o financiamento da implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários, na propriedade rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, conforme projeto elaborado de comum acordo entre a família e o técnico". Crédito para custeio "são recursos para o financiamento das despesas que são feitas em cada plantio, em cada safra ou ciclo de produção. Incluem-se aqui as despesas com as atividades agropecuárias e não-agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção própria da agricultura familiar ou de terceiros, de acordo com a proposta de financiamento".

TABELA 4.34 - NÚMERO DE CONTRATOS E MONTANTE DO CRÉDITO RURAL DO PRONAF, POR ANO AGRÍCOLA, SEGUNDO ENQUADRAMENTO E MODALIDADE, NO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2000/2007

PRONAF	CONTRATOS						MONTANTE ⁽¹⁾ (R\$ 1,00)					
	2000/01		2003/04		2006/07		2000/01		2003/04		2006/07	
	Número	%	Número	%	Número	%	Reais	%	Reais	%	Reais	%
Modalidade												
Custeio	76	100,0	1 102	81,7	2 349	87,6	219 508,08	100,0	2 417 672,48	74,7	8 575 013,50	84,3
Investimento	-	-	247	18,3	331	12,4	-	-	817 381,00	25,3	1 600 896,32	15,7
Enquadramento												
Grupo A/C	-	-	4	0,3	2	0,1	-	-	8 000,00	0,2	1 820,31	0,0
Grupo B	-	-	2	0,1	93	3,5	-	-	2 000,00	0,1	131 960,00	1,3
Grupo C	21	27,6	1 160	86,0	1 495	55,8	32 196,00	14,7	2 480 552,12	76,7	2 870 394,49	28,2
Grupo D	55	72,4	142	10,5	940	35,1	187 312,08	85,3	613 322,49	19,0	5 573 933,33	54,8
Grupo E	-	-	41	3,0	150	5,6	-	-	131 178,87	4,1	1 597 801,67	15,7
TERRITÓRIO RIBEIRA	76	⁽²⁾ 0,1	1 349	⁽²⁾ 1,0	2 680	⁽²⁾ 1,8	219 508,08	⁽²⁾ 0,1	3 235 053,48	⁽²⁾ 0,6	10 175 909,80	⁽²⁾ 1,0
PARANÁ	116 178	-	129 234	-	151 550	-	313 792 156,08	-	546 672 189,00	-	995 070 093,83	-

FONTES: BACEN, BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN, BNDES

NOTA: Dados extraídos de: www.mda.gov.br/saf.

(1) Valores correntes.

(2) Refere-se à participação do território Ribeira no total do Estado.

Dividido em seis grupos de crédito²⁹ (A, A/C, B, C, D e E), cada grupo do PRONAF possui um conjunto de linhas de crédito que levam em conta a renda bruta anual gerada pela família, o percentual dessa renda que veio da atividade rural, o tamanho e gestão da propriedade e a quantidade de empregados na unidade familiar, combinando, assim, capacidade de endividamento com alternativas de financiamento (ver Apêndice - quadro A.4.1).

No ano agrícola 2000/2001, o grupo D foi o que mais contratou o PRONAF (72,4%); no ano 2003/2004 o grupo C foi o que apareceu com maior participação (86%). Já no ano 2006/2007, o grupo C aparece com 55,8%, e o grupo D, com 35,1% na participação nos contratos. Porém, em relação ao montante, o grupo D foi o quem mais movimentou recursos, com 54,8% em 2006/2007 (ver tabela 4.34).

O microcrédito é uma modalidade de financiamento que visa estimular a inclusão econômica e social das populações empreendedoras mais carentes. Criado para atender ao micro e ao pequeno empreendedores, formais ou informais, tem por objetivo a concessão de empréstimos sem burocracia e em condições favoráveis de taxas, juros e garantias. A Agência de Fomento do Paraná S. A. (AFPR) é o órgão responsável pela cessão do microcrédito, atuando nessa modalidade de crédito, nos últimos anos, em 340 municípios do Estado.

Os maiores volumes de contratos foram realizados nos anos de 2002 e 2003, nesse período também ocorreu o maior número de inadimplências. Atualmente, o microcrédito está suspenso e passa por estudos para a realização de um novo formato.

No período de 2001 até o início de 2007, o território Ribeira contratou apenas oito microcréditos, sendo sete no município de Rio Branco do Sul e um em Cerro Azul (tabela 4.35). O montante contratado, em relação ao Paraná, não chegou a representar 0,1%.

TABELA 4.35 - NÚMERO DE OPERAÇÕES E VALOR TOTAL CONTRATADO DO MICROCRÉDITO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2001/2007

MUNICÍPIO	N.º DE OPERAÇÕES		VALOR ⁽¹⁾ CONTRATADO	
	Número	%	R\$	%
Cerro Azul	1	12,5	5 000,00	17,1
Rio Branco do Sul	7	87,5	24 300,00	82,9
TERRITÓRIO RIBEIRA	8	⁽²⁾ 0,0	29 300,00	⁽²⁾ 0,0
PARANÁ	31 369	-	110 552 986,64	-

FONTE: Agência de Fomento do Paraná – Microcrédito

NOTA: Elaboração IPARDES.

(1) Valores corrigidos - abril 2007.

(2) Refere-se à participação do território Ribeira no total do Paraná.

Os valores contratados pelos beneficiários desses locais são pequenos, em média abaixo do teto máximo para o setor informal, que é de R\$ 5.000,00.

²⁹ Esta classificação tem um propósito operacional e não pretende ser um conceito sociológico relativo aos diversos segmentos da agricultura familiar.

Em Cerro Azul, a única operação realizada foi aplicada no setor do comércio, no segmento formal. No município Rio Branco do Sul, 85,7% das operações foram empregadas no setor de indústria; no segmento informal e 57,1% eram mulheres (tabela 4.36).

TABELA 4.36 - NÚMERO DE OPERAÇÕES DO MICROCRÉDITO E DISTRIBUIÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE, SEGMENTO E SEXO DO BENEFICIÁRIO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2001/2007

MUNICÍPIO	N.º DE OPERAÇÕES	DISTRIBUIÇÃO (%)						
		Setor de Atividade			Segmento		Sexo do Beneficiário ⁽¹⁾	
		Comércio	Indústria	Outros serviços	Formal	Informal	Masc.	Fem.
Cerro Azul	1	100,0	-	-	100,0	-	100,0	-
Rio Branco do Sul	7	14,3	85,7	-	28,6	71,4	42,9	57,1
TERRITÓRIO RIBEIRA (abs.)	8	2	6	-	3	5	4	4

FONTE: Agência de Fomento do Paraná - Microcrédito

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Do valor total contratado por meio do microcrédito, dentro do território Ribeira, 71,1% foram para capital de giro (tabela 4.37).

TABELA 4.37 - VALOR CONTRATADO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR TIPO DE UTILIZAÇÃO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2001/2007

MUNICÍPIO	VALOR ⁽¹⁾ CONTRATADO	DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL (%)		
	(R\$)	Giro	Fixo	Misto
Cerro Azul	5 000,00	-	100,0	-
Rio Branco do Sul	24 300,00	85,7	14,3	-
TERRITÓRIO RIBEIRA	29 300,00	71,1	28,9	-

FONTE: Agência de Fomento do Paraná - Microcrédito

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) Valores corrigidos – abril 2007.

4.4 INFRA-ESTRUTURA

Este item traz um inventário da infra-estrutura viária no território Ribeira. A finalidade deste levantamento é compreender as condições mais gerais de capacidade de mobilidade da população, interligação entre os municípios do território e fora dele e do escoamento e da armazenagem da produção.

4.4.1 Infra-Estrutura Viária e Aeroportos

Os municípios do território Ribeira estão inseridos na Região Metropolitana de Curitiba, porém suas sedes não apresentam contigüidade com a mancha urbana formada pela

aglomeração metropolitana. Articulam-se basicamente com a capital e, para tanto, seu sistema viário estrutura-se fundamentalmente a partir de duas rodovias: a PR-092 e a BR-476.

A PR-092 conecta Curitiba a Jaguariaíva e, para os municípios da porção oeste do território, constitui a via de ligação com a capital. Encontra-se em condições muito boas, até Cerro Azul segundo classificação do Departamento de Estradas de Rodagem (DER, 2006), tendo sido recentemente concluída a ligação de Cerro Azul a Rio Branco do Sul.

Os municípios da porção leste do território são atendidos pela BR-476, conhecida como Estrada da Ribeira, antiga ligação de São Paulo com Curitiba, que une Adrianópolis, na divisa com São Paulo, a União da Vitória, na divisa com Santa Catarina. Segundo avaliação de 2007 pelo DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes/Ministério dos Transportes, a trafegabilidade de boa parte de seu leito ainda é precária, com trechos em obras de recuperação (PARANÁ, 2006).

Quanto à malha de estradas municipais, 64,87% dos cerca de 6 mil quilômetros existentes no território encontram-se em condições entre ruins e péssimas, segundo análise da EMATER (dez. 2006).

Mesmo que a região ainda necessite de benfeitorias, as obras recentes em termos de estrutura viária, que integraram as cidades que compõem o Vale da Ribeira com as da RMC e com a divisa de São Paulo, dão condições de acesso aos serviços básicos de saúde e educação, viabilizam o escoamento da produção e, finalmente, estão promovendo a recuperação econômica da região.

4.4.2 Armazéns

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) realizou, em 2006, um levantamento do número de armazéns existentes no Paraná. Nos municípios que compõem o território Ribeira não há nenhum registro de armazéns.

4.5 PERSPECTIVA ECONÔMICA TERRITORIAL

A seção caracterização econômica finaliza apresentando uma síntese do desempenho econômico no território, a partir de variáveis selecionadas e do cálculo do Quociente Locacional (QL). Ressalva-se que a metodologia empregada não pretende dar conta de toda a diversidade e complexidade existente na realidade econômica, mas sim apontar as atividades que têm apresentado algum dinamismo e especialização no território.

4.5.1 Material e Métodos

Para a identificação das atividades econômicas relevantes e a avaliação do dinamismo dos ramos preponderantes na estrutura produtiva do território, foram utilizados dados da RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A partir das estatísticas relativas ao emprego formal no exercício de 2005, foi calculado o QL para cada uma das 614 classes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

A equação do QL é apresentada a seguir:

$$QL_{ij} = (E_{ij} / E_i) / (E_j / E)$$

Em que:

E_{ij} é o número de empregos formais na classe i no território j ;

E_i é o número de empregos formais na classe i no Paraná;

E_j é o número de empregos formais em todas as classes no território j ;

E é o número de empregos formais em todas as classes no Paraná.

Posteriormente, de modo a identificar as atividades econômicas nas quais o território é especializado, foram selecionadas as classes que atingiram $QL > 1$. Do total das atividades que atenderam ao critério da especialização foram extraídas as classes pertencentes ao setor de serviços, partindo-se do pressuposto de que o crescimento do segmento terciário é determinado sobremaneira por fatores endógenos ao território, refletindo, em grande medida, a evolução da renda gerada pela agropecuária e pela indústria, que se caracterizam por uma relação mais estreita com os mercados externos à região.

Na seqüência, com o intuito de excluir as atividades econômicas inexpressivas em número absoluto de empregos, foram consideradas apenas as classes da CNAE responsáveis por pelo menos 0,5% do total de vínculos empregatícios no território. Por fim, somente para as atividades selecionadas, foram calculadas taxas médias anuais de crescimento do emprego formal no período 1995-2005, tendo como referência as variações registradas pelas mesmas atividades em nível estadual. Mais precisamente, o grau de dinamismo de uma atividade econômica no território foi definido a partir da comparação da taxa de crescimento local com o resultado obtido no âmbito do Estado.

4.5.2 Resultados

O território Ribeira apresentou especialização em onze atividades econômicas, conforme os critérios fixados. A maior parte delas (nove atividades) registrou taxa média anual de crescimento do emprego superior à média estadual, levando em conta o período 1995-2005, o que sinaliza satisfatório desempenho nas condições de mercado vigentes (tabela 4.38).

TABELA 4.38 - TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL, SEGUNDO CLASSES DE ATIVIDADE ECONÔMICA, NO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1995-2005

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO 1995-2005 (%)	
		Território Ribeira	Paraná
02.12-7	Exploração florestal	11,5	2,0
02.13-5	Ativ. de serv. relacionados com a silvicultura e a exploração florestal	23,8	6,3
14.10-9	Extração de pedra, areia e argila	6,6	0,9
14.29-0	Extração de outros minerais não-metálicos	1,1	-4,5
18.11-2	Confecção de roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes	11,8	21,8
20.10-9	Desdobramento de madeira	21,4	-0,2
20.21-4	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada	61,6	3,9
26.20-4	Fabricação de cimento	1,8	-0,8
26.30-1	Fabricação. de artefatos de concreto, cimento e gesso	11,8	2,9
26.92-1	Fabricação de cal virgem, cal hidratada e gesso	9,3	1,9
26.99-9	Fabricação de outros produtos de minerais não metálicos	-1,0	5,3

FONTE: MTE - RAIS

Em contrapartida, dois ramos (confecção de roupas e fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos) apresentaram taxas inferiores às do Estado, o que pode indicar espaço para um maior crescimento, sem considerar, evidentemente, as particularidades e as especificidades dos empreendimentos em operação na região.

De um modo geral, o território é especializado em atividades ligadas aos segmentos de minerais não-metálicos e exploração florestal, não havendo dúvida quanto à influência da disponibilidade de recursos naturais na conformação da estrutura produtiva. Portanto, parece viável o desenvolvimento de ramos econômicos complementares às atividades já existentes, baseadas na utilização de matérias-primas disponíveis no território, de modo a promover o adensamento/diversificação da economia local.

Nesse sentido, podem-se citar as atividades voltadas à fabricação de artefatos de madeira, que podem propiciar adição de valor à madeira laminada/compensada produzida na região. Adicionalmente, é desejável a promoção de segmentos não fortemente amparados no consumo de recursos naturais, como a indústria de vestuário, cuja geração de postos de trabalho vem crescendo de forma considerável nos últimos anos.

5 ASPECTOS INTITUCIONAIS

A seguir, apresentam-se dados e indicadores relativos às finanças municipais. Faz-se, também, o inventário das instituições presentes no território Ribeira, dos cursos profissionalizantes, dos assentamentos e das comunidades tradicionais. Por último, analisa-se a institucionalidade territorial.

5.1 FINANÇAS MUNICIPAIS

A análise dos dados relativos às finanças municipais busca traçar um perfil financeiro dos municípios do território. Inicialmente, é preciso ter presente que as finanças municipais compõem o quadro mais geral das finanças públicas brasileiras.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 reconheceu os municípios como entes da Federação, e em decorrência houve um aumento dos encargos. O crescimento na receita municipal deu-se mais pela participação nas transferências constitucionais do que pela ampliação da sua capacidade tributária. Os municípios têm à sua disposição tributos que se aplicam sobre atividades eminentemente urbanas, como o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Existe uma tendência nacional de participação das receitas de arrecadação própria ser proporcionalmente maior nos municípios mais populosos, enquanto a participação das receitas de transferências é maior naqueles com menor população³⁰. Note-se que a grande maioria dos municípios do território Ribeira é de base econômica rural. No território Ribeira, verifica-se uma correlação negativa entre receita *per capita* e população, com os municípios de menor população apresentando maior receita *per capita*, sendo as maiores encontradas nos municípios de Tunas do Paraná (R\$ 1.625,35) e Adrianópolis (R\$ 1.148,48). A exceção fica por conta do município de Rio Branco do Sul, que tem a maior população e a terceira maior receita *per capita* do território (R\$ 1.082,79) – tabela 5.1.

Os municípios do território Ribeira, de um modo geral, enquadram-se no padrão de captação de receita nacional e, em consequência, têm como principal fonte de receitas as transferências correntes, com destaque para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

³⁰ As receitas municipais podem ser próprias, captadas e aplicadas pelo município, como é o caso de alguns impostos como o IPTU, ou mediante transferências, que são repasses de recursos captados pelos outros entes da Federação e aplicadas pelo município, como é o caso do FPM.

TABELA 5.1 - TOTAL DA POPULAÇÃO, RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS, *PER CAPITA*, MÉDIA E POR CAPTAÇÃO DE RECURSOS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO ESTIMADA 2005	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (R\$)	RECEITA <i>PER CAPITA</i> ⁽²⁾ (R\$)	RECEITA ⁽¹⁾					
				TOTAL (R\$)	Participação na Receita (%)				
					Tributária ⁽²⁾		Transferência corrente		Capital
					TOTAL	Imposto	TOTAL	FPM	TOTAL
Adrianópolis	5 799	6 660 032,89	1 148,48	7 496 067,83	3,2	3,1	96,3	28,2	0,0
Bocaiúva do Sul	9 841	8 256 293,51	838,97	9 021 688,53	5,8	4,6	86,5	25,5	3,0
Cerro Azul	16 527	12 359 542,57	747,84	13 570 911,11	5,9	5,2	92,2	26,4	0,0
Doutor Ulysses	6 631	5 519 599,14	832,39	6 139 002,83	5,0	4,7	94,4	37,1	0,4
Itaperuçu	24 725	12 306 392,31	497,73	13 449 377,63	2,9	2,4	90,3	33,9	3,9
Rio Branco do Sul	30 469	32 991 581,87	1 082,79	36 578 047,72	11,6	11,5	87,2	13,8	0,0
Tunas do Paraná	4 076	6 624 939,59	1 625,35	7 345 836,19	6,4	5,8	92,0	31,0	0,0

FONTES: STN, IPARDES - Base de Dados do Estado

(1) A receita aqui trabalhada é a soma das Receitas Correntes com as Receitas de Capital, não se tratando da Receita Orçamentária (Receita Orçamentária = Receitas Correntes + Receitas de Capital – Deduções das Receitas Correntes).

(2) Calculado pelo IPARDES.

O município de Rio Branco do Sul, o mais populoso do território, destaca-se na captação de impostos e no recebimento de transferências estaduais e tem o menor percentual de captação via FPM – apenas 13,8% (ver tabela 5.1). O município que apresenta maior percentual de captação de receita pelo FPM é Doutor Ulysses (37,1%). Apesar de o município de Itaperuçu ser o segundo mais populoso do território, ele apresenta o segundo maior percentual de captação de receita via FPM (33,9%) e o menor em receitas próprias por impostos (2,4%).

As despesas correntes representam, em média, 94% da despesa total destes municípios, sendo que a despesa com pessoal e encargos sociais é a mais representativa – em média cerca de 42% da despesa total. O município que registra o menor percentual de gasto em pessoal e encargos sociais é o de Rio Branco do Sul (32,1%), sendo que o município de Cerro Azul apresenta o maior nível de gasto nesse item (49,8%). Em média, 5,5% do gasto total destes municípios são voltados para despesas de capital, com destaque para a rubrica de investimento, que representa 3% na média. O município que apresenta o maior nível de investimento é o de Itaperuçu (8,9%). O menor nível de investimento é o de Cerro Azul (0,4%) – tabela 5.2.

TABELA 5.2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA TOTAL, POR NATUREZA DO GASTO E SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	DESPESA CORRENTE				DESPESA DE CAPITAL		
	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas	TOTAL	Investimento	Amortização da Dívida
Adrianópolis	95,4	40,7	0,2	54,5	4,7	1,0	3,6
Bocaiúva do Sul	92,8	45,4	0,5	46,9	7,2	5,5	1,7
Cerro Azul	95,9	49,8	0,0	46,0	4,1	0,4	3,7
Doutor Ulysses	97,4	42,7	0,1	54,6	2,6	2,1	0,5
Itaperuçu	88,1	42,4	0,4	45,4	11,9	8,9	3,0
Rio Branco do Sul	95,1	32,1	0,0	62,9	4,9	2,3	2,7
Tunas do Paraná	96,7	42,5	0,3	54,0	3,3	1,1	2,2

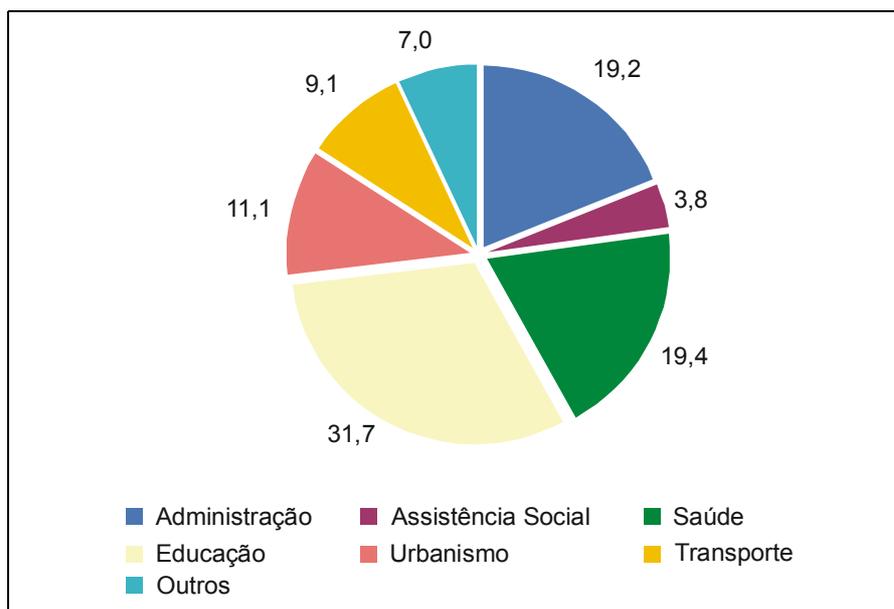
FONTES: STN, IPARDES - Base de Dados do Estado

NOTA: Calculado pelo IPARDES.

A análise das despesas dos municípios por função identifica as prioridades e finalidades dos gastos públicos realizados. Observa-se que, na média, nos municípios do território Ribeira os maiores percentuais de gastos estão nas funções Educação (31,7%), Saúde (19,4%) e Administração (19,2%) – gráfico 5.1. Ressalte-se que nas rubricas sociais existe vinculação de receita constitucional³¹.

³¹ Para a educação, no mínimo 25% da receita de impostos e transferências constitucionais, aos quais se somarão, quando couber, recursos adicionalmente transferidos ao Município pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Para a saúde, a Emenda Constitucional n.º 29, de 13/09/2000, entre outras determinações, assegurou recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. No caso dos municípios, exigiu que, até o exercício financeiro de 2004, apliquem nesta área 15,0% da receita dos impostos e transferências elencados pela Lei.

GRÁFICO 5.1 - PERCENTUAL MÉDIO DA DESPESA POR FUNÇÃO, NO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2005



FONTES: STN; IPARDES - Base de Dados do Estado

NOTA: Elaboração IPARDES.

No território Ribeira o município Tunas do Paraná apresentou os maiores níveis de gasto *per capita* nas funções Administração (R\$ 333,81), Educação (R\$ 329,17), Saúde (R\$ 421,44) e Urbanismo (R\$ 142,73). Vale lembrar que, entre os municípios do território, Tunas do Paraná possui a maior despesa total *per capita*. Já o município de Rio Branco do Sul exhibe os maiores níveis *per capita* de despesa em Assistência Social (R\$ 65,48) e Transporte (R\$ 179,55) – tabela 5.3.

TABELA 5.3 - DESPESA *PER CAPITA* POR FUNÇÃO E SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	DEPESA <i>PER CAPITA</i> (R\$)							
	TOTAL	Adminis- tração	Assist. Social	Educação	Saúde	Transporte	Urbanismo	Outros
Adrianópolis	1 042,03	259,87	25,43	242,70	320,04	64,42	64,41	65,15
Bocaiúva do Sul	753,80	173,39	30,38	121,58	232,24	165,35	-	30,86
Cerro Azul	569,91	87,42	24,63	111,03	186,37	28,28	69,39	62,78
Doutor Ulysses	797,10	180,60	30,02	152,29	233,59	96,00	66,83	37,77
Itaperuçu	442,49	70,45	7,38	79,27	159,32	55,44	38,28	32,34
Rio Branco do Sul	981,45	92,88	65,48	167,55	319,82	179,55	89,59	66,58
Tunas do Paraná	1 424,97	333,81	47,81	329,17	421,44	26,62	142,73	123,39

FONTES: STN, IPARDES - Base de Dados do Estado

Itaperuçu é o município de menor despesa total *per capita* (R\$ 442,49) e apresenta os menores gastos *per capita* do território em todas as funções destacadas, com exceção da função Transporte, onde o menor gasto está em Cerro Azul e na função Urbanismo, para a qual Bocaiúva do Sul não registrou nenhum gasto.

5.2 ATIVOS INSTITUCIONAIS

Considerando-se a importância da dimensão institucional no processo de desenvolvimento local/regional, este item do diagnóstico traz um inventário dos ativos institucionais presentes nos sete municípios componentes do território Ribeira.

Para a seleção dos ativos, foram consideradas as instituições cujas atividades estão relacionadas à base produtiva local, sendo também realizada uma investigação a respeito de possíveis cursos profissionalizantes ofertados no território.

5.2.1 Instituições

No conjunto dos municípios, foram identificadas quatro instituições³², compreendendo as seguintes categorias³³: Cooperativas de Crédito Rural (três), Instituições de Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia (uma) – quadro 5.1.

QUADRO 5.1 - INSTITUIÇÕES DE APOIO, SEGUNDO A CATEGORIA, SEDIADAS NOS MUNICÍPIOS COMPONENTES DO TERRITÓRIO RIBEIRA - 2006

ITEM	CATEGORIA	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO
1	Cooperativa de Crédito Rural	Cooperativa de Crédito Rural com Integração Solidária (CRESOL)	Adrianópolis
2	Cooperativa de Crédito Rural	Cooperativa de Crédito Rural com Integração Solidária (CRESOL)	Itaperuçu
3	Cooperativa de Crédito Rural	Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Cimento Itaú Paraná e Portland Rio Branco Ltda.	Rio Branco do Sul
4	Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia	Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR (Estação Experimental)	Cerro Azul

FONTE: IPARDES

As cooperativas de crédito atuam em diversos setores da economia, como alternativa ao crédito bancário oficial. No Estado do Paraná, há quatro sistemas de crédito organizados em centrais: Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI), Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), Unicred e Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL Baser).

No território Ribeira estão organizadas três cooperativas de Crédito Rural, sendo duas delas vinculadas à CRESOL, nos municípios de Adrianópolis e Itaperuçu. Em Rio Branco do Sul está presente a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Cimento Itaú Paraná e Portland Rio Branco Ltda.

³² O presente inventário baseou-se em trabalho realizado em 2005 pelo IPARDES: *Os Vários Paranás: Estudos Socioeconômico-Institucionais como Subsídio aos Planos de Desenvolvimento Regional*, com as devidas atualizações (IPARDES, 2005).

³³ A classificação das Instituições segundo a categoria baseou-se em tipologia adotada em trabalho realizado em 2005 pelo Ipardes e Secretaria de Estado do Planejamento: *Identificação, Caracterização, Construção de Tipologia e Apoio na Formulação de Políticas para os Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Estado do Paraná - Etapa 2* (IDENTIFICAÇÃO, 2005).

A categoria das Instituições de Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia abrange as instituições de C,T&I, como os centros tecnológicos e incubadoras de empresas. No território Ribeira, está presente uma única instituição classificada nesta categoria, qual seja: o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) – Estação Experimental, com atividades voltadas à condução de experimentos e ensaios de pesquisa, principalmente em citros, palmáceas e seringueiras.

As Agências de Desenvolvimento Local têm por objetivo o desenvolvimento da atividade produtiva local. Nesse sentido, o território Ribeira conta com o apoio do EMATER, o qual, embora não tenha unidade regional sediada no território, mantém unidades locais em todos os municípios integrantes do mesmo.

5.2.2 Cursos Profissionalizantes: Cursos Técnicos de Nível Médio e Casa Familiar Rural

No que diz respeito aos cursos profissionalizantes, constatou-se que, no conjunto dos municípios integrantes do território Ribeira, não há registro de oferta de qualquer curso técnico de nível médio ou a presença de Casas Familiares Rurais.

O conjunto das informações analisadas evidencia uma grande carência de apoio institucional nos municípios componentes do território Ribeira, visto que o número de instituições presentes é bastante restrito, ou seja, apenas quatro para um total de sete municípios. Além disso, há uma absoluta carência de oportunidades em relação à educação profissional, uma vez que nenhum destes municípios oferta qualquer curso voltado à profissionalização. Alguns alunos, buscando Ensino Profissionalizante na área rural, estudam no Colégio Agrícola de Castro ou no Centro Estadual de Educação Profissional Newton Freire Maia, em Pinhais.

5.3 ASSENTAMENTOS RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O território Ribeira abriga um assentamento rural com 30 famílias em uma área de 830 hectares, implantado pelo INCRA no município de Tunas do Paraná. Constata-se reduzida demanda por crédito fundiário ou assentamentos pela reforma agrária. Comparativamente, pode-se dizer que os debates sobre a questão fundiária na região têm se concentrado na demanda por regularização fundiária e no reconhecimento das comunidades tradicionais.

5.3.1 Comunidades Remanescentes de Quilombolas

A história do Vale do Ribeira remonta às primeiras ocupações do território paraense impulsionadas pelo ciclo do ouro no século XVII. A intensa utilização da mão-de-obra escrava nesse processo deu origem, anos mais tarde, à constituição de comunidades negras remanescentes de quilombolas.

Essa herança pode ser dimensionada pelo levantamento do Grupo de Trabalho Clóvis Moura, instituído pelo Governo do Estado do Paraná. O inventário realizado identificou, no território, onze comunidades com plena caracterização de remanescentes de quilombolas reunindo 641 moradores³⁴, cerca de 30% do total de comunidades identificadas no Paraná. Além dessas, outras sete Comunidades Tradicionais Negras³⁵, compostas por 192 pessoas, foram localizadas (Relatório do Grupo Clóvis Moura, setembro de 2007). O Município de Adrianópolis acolhe 12 grupos com 668 moradores, o maior número de comunidades negras, por município, no Paraná (quadros 5.2 e 5.3).

QUADRO 5.2 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - AGO 2007

MUNICÍPIO	COMUNIDADES	N.º DE FAMÍLIAS	N.º DE HABITANTES
Adrianópolis	João Surá	38	95
	Praia do Peixe	6	23
	Porto Velho	11	56
	Sete Barras	18	73
	Córrego Moças	16	64
	São João	10	43
	Córrego Franco	70	124
	Estreitinho	12	33
	Três Canais	19	61
Bocaiúva do Sul	Areia Branca	15	39
Dr. Ulysses	Varzeão	8	30
TERRITÓRIO RIBEIRA (abs.)	11	223	641
PARANÁ (abs.)	36	908	3 366

FONTE: Grupo Clóvis Moura

QUADRO 5.3 - COMUNIDADES TRADICIONAIS NEGRAS NO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - AGO 2007

MUNICÍPIOS	COMUNIDADES	N.º DE FAMÍLIAS	N.º DE HABITANTES
Adrianópolis	Bairro Roque	8	40
	Tatupeva	6	27
	Córrego Malaquias	6	19
Doutor Ulysses	Queimadinhos	5	25
	Três Barras	15	57
	Bairro do Cerrado	3	11
	Vila Amor	3	13
	Bairro do Poço	0	0
TERRITÓRIO RIBEIRA	7	46	192
PARANÁ	37	373	1 407

FONTE: Grupo Clóvis Moura

³⁴ Comunidades Quilombolas certificadas pela Fundação Palmares.

³⁵ Comunidades Tradicionais Negras são aquelas visitadas pela Fundação Palmares, porém ainda não certificadas.

5.4 INSTITUCIONALIDADE TERRITORIAL

Este item recupera a trajetória associativa dos municípios que compõem o território Ribeira, destaca a presença das instituições de desenvolvimento e finaliza com um breve histórico da articulação territorial e com a composição do grupo gestor do território.

5.4.1 Associações de Municípios

Os sete municípios componentes do território Ribeira, além de integrarem a Associação de Municípios do Paraná (AMP), que atualmente congrega os 399 municípios do Estado, participam da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba (ASSOMECC).

5.4.2 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs)

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) são fóruns de discussões e decisões sobre o rumo e os caminhos que podem ser seguidos para melhorar as condições de vida da população rural. Esses conselhos são instrumentos de participação dos cidadãos na defesa de seus interesses e na partilha do poder de decidir. Podem aumentar a transparência e o controle social na utilização de recursos públicos. Constituem espaços privilegiados para a construção da cidadania e podem contribuir para romper velhas barreiras e abrir novas perspectivas para o desenvolvimento local (CARACTERIZAÇÃO, 2007).

Ressalte-se que, dos sete municípios pertencentes ao território Ribeira, Doutor Ulysses e Tunas do Paraná não possuem CMDRs.

5.4.3 Histórico do Processo Territorial

Na região onde está localizado o território Ribeira ocorreram, nas últimas décadas, várias iniciativas de desenvolvimento, predominando ações isoladas, sem maior articulação com a sociedade. Porém, algumas experiências foram decisivas na preparação do território para um processo sustentável de desenvolvimento, como o Projeto Terra Solidária, atuando na formação de lideranças e na criação das Cooperativas de Crédito com Interação Solidária, para acesso ao PRONAF e para a organização familiar. As duas iniciativas foram coordenadas pelo Fórum das Organizações Não-Governamentais.

Em setembro de 2003, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF) reconheceu a iniciativa da região, selecionando o território para receber apoio do MDA/SDT e ter prioridade de acesso aos recursos do PRONAF Infra-estrutura.

A partir de 2004, a região integrou-se ao projeto da Mesorregião Vale do Ribeira/Guaraqueçaba, coordenado pelo Ministério da Integração. Dentro da estratégia de articulação de políticas públicas, ocorreu uma aproximação com a porção paulista do Grande Vale do Ribeira, compondo o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) Vale do Ribeira, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

Na seqüência, o Ministério de Meio Ambiente integrou-se ao trabalho, aportando recursos da Agenda 21, mediante o Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira (IDESC).

O território Ribeira tem como instância máxima de deliberação o Fórum de Desenvolvimento Territorial do Vale do Ribeira (FDTVR), sendo coordenado por um Grupo Gestor e assessorado por um Articulador Territorial.

As entidades atuantes no território participam, também, da Agência de Desenvolvimento da Mesorregião Vale do Ribeira/Guaraqueçaba, coordenada pelo Ministério do Interior e pelo CONSAD, juntamente com os municípios paulistas que compõem a região.

Nota-se uma crescente participação dos diferentes setores do Governo Federal, Estadual e Municipal e das organizações da sociedade civil e de empresas privadas nas oficinas para construção do processo de desenvolvimento e na gestão dos empreendimentos territoriais (quadro 5.4).

QUADRO 5.4 - INSTITUIÇÕES QUE ATUAM DIRETA OU INDIRETAMENTE NO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2006

1. ATUAÇÃO DIRETA			
Instituição	Classificação	Corpo técnico	Foco
Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)	Governamental	5	Acompanhamento técnico e extensão rural
Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR)	Governamental	2	Pesquisa
Prefeituras Municipais: Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul, Tunas do Paraná, Adrianópolis e Cerro Azul	Governamental	10	Acompanhamento técnico e extensão rural
Associação para o Desenvolvimento da Agroecológica (AOPA)	ONG	3	Capacitação agroecológica
Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER)	ONG	2	Pesquisa e estudos
Instituto Monte Horeb de Assistência (Monte Horeb)	ONG	1	Assistência à população em risco
Centro de Formação Urbana Rural Irmã Araújo (CEFURIA)	ONG	2	Assistência à população em risco
Pastoral da Criança	ONG	2	Assistência à população em risco
Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária da Agricultura Familiar (CRESOL)	ONG	2	Crédito
Sindicatos da Agricultura Familiar	ONG	-	Representação política e desenvolvimento da agricultura familiar
2. ATUAÇÃO INDIRETA			
Instituição	Classificação	Corpo técnico	Foco
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)	Governamental	Variado	Pesquisa
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Governamental	Variado	Pesquisa, ensino e extensão
Serviço de Apoio a Pequenas Empresas (SEBRAE)	Mista	2	Capacitação e consultoria empresarial
Federação Paranaense das Associações Rurais (FEPAR)	ONG	2	Comercialização de hortigranjeiros
Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira (IDESC)	ONG	2	Capacitação
Instituto Maytenus para o Desenvolvimento Sustentável (MAYTENUS)	ONG	1	Capacitação e consultoria

FONTE: EMATER

As instituições que atuam diretamente no território Ribeira desenvolvem ações em áreas específicas, quais sejam: o EMATER e as Prefeituras Municipais, em programas governamentais; e o IAPAR, em pesquisa com citros, palmáceas e seringueira. As ações desenvolvidas pelas sete Organizações Não-Governamentais (ONGs) envolvidas são as seguintes: programas de saúde e geração de renda (duas), programas de saúde (uma), programas de acesso ao crédito rural (uma), pesquisas territoriais e do auto consumo (uma), acompanhamento técnico e extensão rural (uma) e organização, formação de lideranças e construção de alternativas de produção (uma).

As demais instituições, ou seja, as que atuam indiretamente no território, desenvolvem ações nas seguintes áreas: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em pesquisa florestal; a Universidade Federal do Paraná (UFPR) em pesquisa e extensão; o Serviço de Apoio a Pequena Empresa (SEBRAE), em fóruns municipais e agroindústrias familiares; a Federação Paranaense das Associações Rurais (FEPAR), em comercialização e compra direta; o Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira (IDESC) envolve-se com a Agenda 21; e o Instituto Maytenus para o Desenvolvimento Sustentável (MAYTENUS), com o Projeto Territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este diagnóstico socioeconômico do território Ribeira teve por objetivo fazer uma leitura comprometida com a necessidade de instrumentalizar os principais usuários deste estudo, que são os gestores do Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável e os gestores do território, na complexa e sempre desafiadora tarefa de promover o desenvolvimento.

Nessa perspectiva, a análise da dinâmica populacional, dos indicadores sociais, do cenário e desempenho econômico e dos aspectos institucionais foi norteada pela compreensão do papel que essas dimensões da realidade desempenham no território.

O território Ribeira está situado em uma área considerada prioritária para o governo do Estado. Assim, as ações do Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável, contratante deste estudo, somam-se às ações de outros programas e projetos de governo. Essa convergência acontece pelo reconhecimento das carências socioeconômicas presentes em determinados espaços e pela busca, por parte dos entes públicos, privados e da sociedade civil organizada, de uma intervenção que seja ao mesmo tempo eficiente e eficaz no combate às desigualdades.

Como desenvolvimento pressupõe equidade, a dinamização da economia local deve vir acompanhada de ações socialmente justas e ambientalmente sustentáveis. Para que se possam cumprir esses requisitos, os gestores necessariamente deverão considerar os aspectos apontados a seguir.

Em termos ambientais, áreas com potencial à degradação do solo pela erosão ocorrem em 94,3% do território e, por constituírem pontos vulneráveis, devem ser levadas em consideração nas deliberações que norteiam o uso do solo. Ainda quanto ao meio ambiente, o território abriga duas unidades de conservação, de jurisdição estadual: o Parque Estadual das Lauráceas e o Parque Estadual de Campinhos, ambos na categoria proteção integral.

Entendem-se as condições mais gerais vividas hoje pela população do território observando-se o processo de ocupação da região. A porção paranaense do Vale do Ribeira permaneceu à margem dos grandes ciclos econômicos do Estado tendo sido a região ocupada a partir da atividade de cata e comercialização do ouro.

Os municípios do território participam, formalmente, da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Essa circunstância influencia e determina grande parte das relações socioeconômicas estabelecidas entre os municípios menos densamente habitados, como é o caso do território Ribeira, e os municípios densamente habitados, como Curitiba e outros da RMC.

No âmbito da dinâmica demográfica, as tendências mais gerais observáveis no Paraná estão presentes no território, tais como a queda da fecundidade e o grau de envelhecimento da população. O território particulariza-se por apresentar uma predominância relativa do sexo masculino, fenômeno observável nas sociedades rurais. A recontagem da

população feita pelo IBGE em 2007, apontou um ligeiro crescimento da população do território, que se caracteriza por baixa densidade demográfica – 16,2 habitantes por km². Na realidade, dentre os territórios prioritários, o da Ribeira é o único a apresentar, desde 1991, taxas de crescimento ligeiramente superiores à média estadual.

Dentre os fatores demográficos, o componente migratório vem tendo um peso substantivo no território Ribeira. Ainda que substantivas parcelas dos emigrantes rurais tenham se fixado em centros urbanos próximos de suas áreas de origem, predominaram os deslocamentos de maior distância, resultando em saldos migratórios negativos para fora da região. Os deslocamentos entre os municípios do próprio território não são desprezíveis. A movimentação populacional ocorrida no quinquênio 1995-2000 registrou um saldo positivo para os municípios Itaperuçu, Tunas do Paraná, Bocaiúva do Sul e Dr. Ulysses, enquanto os demais municípios experimentaram saldos negativos nas trocas populacionais.

As variáveis sociais analisadas apontaram ganhos significativos quanto à ampliação do acesso a programas e serviços. No entanto, os dados apresentados indicam a necessidade de maior concertação nas ações para que o investimento público resulte numa alteração dos indicadores de habitabilidade, saúde e educação, o que, conseqüentemente, refletirá nos indicadores sintéticos de desenvolvimento humano.

Do ponto de vista das demandas sociais, o déficit habitacional absoluto no território, segundo dados de 2000, era da ordem de 153 unidades. A essa demanda devem-se acrescentar aquelas vinculadas a saneamento e adequação do destino do lixo doméstico, pois são as variáveis que, relativamente, mais comprometeram o desempenho dos municípios, indicando a necessidade de uma ação dirigida e efetiva.

Entre os dados analisados da saúde, a mortalidade infantil, indicador sensível das condições sócio-sanitárias usufruídas pela população, registrou índices superiores ao do Paraná em quatro municípios do território, sendo que o coeficiente de mortalidade infantil em Doutor Ulysses é quase duas vezes superior à média estadual. Destaca-se a baixa adesão dos municípios à atenção básica estruturada na Estratégia Saúde da Família (ESF) e no programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

Por sua vez, a escolaridade aparece como um importante desafio para os gestores, pois as taxas de analfabetismo, em 2000, eram expressivas no território. Além disso, o número médio de séries concluídas indicou uma taxa correspondente ao Ensino Fundamental incompleto. Registra-se a existência de um programa federal de alfabetização de adultos cujo resultado deverá consubstanciar-se nos dados do próximo censo demográfico.

Os programas sociais e de transferência de renda têm sido instrumentos de minimização das desigualdades; e programas como a Tarifa Social da Água, Luz Fraterna, Leite das Crianças, Bolsa-Família, Agente Jovem do Desenvolvimento Social e Humano, Programa Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Compra Direta da Agricultura Familiar, entre outros, têm chegado ao território. Porém, observa-se uma participação diferenciada

dos municípios no acesso a esses programas. A título de exemplo, pode-se citar o Programa Leite das Crianças, que está relativamente concentrado em Rio Branco do Sul. Inversamente, o Programa Compra Direta da Agricultura Familiar transformou-se numa política pública estratégica para o desenvolvimento sustentável da região; entre 2004 e 2006, passou de 47 agricultores para 455 beneficiados pelo Programa. Vale ressaltar que programas e projetos públicos requerem permanente aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação objetivando maior capacidade de controle, de efetividade e de equanimidade.

A síntese dos indicadores sociais apontou diferenças internas quanto ao desempenho de alguns municípios. O conhecimento das circunstâncias que permitiram esses resultados pode constituir a oportunidade de um debate sobre gestão municipal e suas implicações.

Um ponto a ser considerado refere-se ao turismo existente no território. O que está em atividade vincula-se, em grande medida, à paisagem e aos recursos naturais. O setor turismo tem sido considerado uma grande oportunidade para regiões como a do território Ribeira, pois, em geral, as áreas de menor dinamismo econômico alteraram menos o meio físico, e isso passa a ser um atrativo e um ativo passível de ser explorado turisticamente. Mas, se houver interesse nessa vertente, o território precisará desenvolver uma estratégia para atração de investimentos, como também dotar os municípios de estrutura de serviços, uma vez que a carência de equipamentos culturais e de estrutura de serviços é generalizada.

A representatividade econômica do território deveu-se à indústria, que participa com 40,7% do valor adicionado. Esse resultado é impulsionado pelo município de Rio Branco do Sul, responsável por 55% do PIB da região. Do ponto de vista da ocupação, a maior parte concentra-se no setor agropecuário. O reflexo dessa estrutura pode ser observado também no baixo percentual de empregados no setor formal e no número expressivo de trabalhadores não-remunerados em ajuda a membro do domicílio e na produção para o próprio consumo.

Entre 2000 e 2005, houve a geração de 4.274 postos de trabalho adicionais, 67,9% de crescimento do trabalho formal, superior à média do Estado (27,6%). Mas é preciso destacar que esses empregos estavam relativamente concentrados nos municípios de Tunas do Paraná e Cerro Azul. Em termos relativos, os setores de atividade agrícola e comercial foram os que mais geraram empregos.

A indústria de produtos de madeira é a que mais emprega e apresenta a maior difusão na região, com 73 estabelecimentos. A produção de cimento, concentrada no município de Rio Branco do Sul, gerou 1.183 empregos em dez anos.

A despeito desse desempenho econômico, o Produto Interno Bruto *per capita* ficou aquém da média do Estado. Nesse aspecto, a renda é um dos indicadores que mais reforçam a fragilidade do território. Observou-se que as classes sem rendimento e até um salário mínimo são predominantes no território.

No território Ribeira, fazem-se presentes vários instrumentos de viabilização econômica individual e territorial, como são os casos do Fundo de Aval, de crédito fundiário e do PRONAF. Dada a característica de a produção agropecuária estar pautada na agricultura familiar, esses instrumentos, ou meios, têm propiciado oportunidades até então desconhecidas para grande parte do público beneficiário desses programas.

A análise da infra-estrutura viária evidenciou que a porção leste do território Ribeira, atendida pela BR-476, apresenta trechos precários para a trafegabilidade. Quanto à malha de estradas municipais, 64,9% encontravam-se em condições entre ruins e péssimas, segundo levantamento de 2006. Destaca-se que a estrutura viária deficiente tem sido, ao longo dos anos, responsabilizada pelo relativo isolamento da região e, conseqüentemente, pelo seu subdesenvolvimento. Nesse sentido, vale lembrar que a adequação da estrada da Ribeira, realizada em 2006, viabilizou, por exemplo, a exploração da madeira. Essa atividade tem gerado mudanças socioeconômicas na região, particularmente no município de Tunas do Paraná.

O Quociente Locacional (QL) do território identificou a especialização em atividades ligadas aos segmentos de minerais não-metálicos e à exploração florestal, não havendo dúvida quanto à influência da disponibilidade de recursos naturais na conformação da estrutura produtiva do Ribeira. Assim, o desenvolvimento de ramos econômicos complementares a essas atividades, além de viável, promoveria a diversificação da economia local. A promoção de segmentos não fortemente amparados no consumo de recursos naturais é desejável, como a indústria de vestuário, cuja geração de postos de trabalho vem crescendo os últimos anos.

A maioria dos municípios que compõem o território possui, como principal fonte de receitas, as transferências correntes, com destaque para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O município que apresenta maior captação de receita do FPM é Doutor Ulysses; já o município de Rio Branco do Sul se destaca na captação de impostos e no recebimento de transferências estaduais. As despesas por função indicaram percentuais expressivos para as rubricas sociais como educação e saúde, que possuem vinculação de receita constitucional.

Do ponto de vista dos ativos institucionais, o território carece de estruturas de ensino, CT&I e de instituições de apoio, pois estão presentes apenas quatro Cooperativas de Crédito Rural; o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), com uma estação experimental; e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que mantém unidades locais nos municípios. Ainda, o território não abriga Colégio Agrícola nem Casa Familiar Rural. A ausência de um número mais significativo de instituições de ensino, pesquisa, cooperativas, agências de desenvolvimento e outras penaliza a população local. O território Ribeira como um todo, ou os municípios, individualmente, mesmo celebrando convênios com diversos órgãos e instituições, nos distintos níveis de governo, ficam à mercê

das circunstâncias que, não raro, provocam descontinuidade nos projetos e programas. Essa realidade deixa clara a necessidade de maior independência do território dos ativos da RMC.

A existência de organizações gestoras no território é passo determinante para se estabelecer um projeto de desenvolvimento. Porém, dado que o exercício da gestão territorial é relativamente recente, este requer avanços para a sua consolidação institucional.

O projeto de desenvolvimento territorial deverá assumir a missão de incrementar a economia, dotar o território de maior equidade material e social, apresentar oportunidades de emprego e renda para a sua população e avançar decisivamente em direção a um pacto territorial em que os municípios se reconheçam como artífices.

Não se ignora o desafio que se apresenta para os gestores, uma vez que o conflito de interesses é parte deste processo. Cabe aos agentes públicos e à sociedade estabelecer metas e interesses comuns em nome do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO VALE DO RIBEIRA/GUARAQUEÇABA. **Impasses e desafios da Mesorregião Vale do Ribeira/Guaraqueçaba**. Curitiba, 2002.

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DAS CASAS FAMILIARES RURAIS DO SUL DO BRASIL - ARCAFAR/SUL. Disponível em: <<http://www.arcafarsul.org.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

BALHANA, Altiva P ; MACHADO, Brasil P ; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, 1969. v 1.

BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro : IBGE, v. 14, n. 4, p. 427-456, out. /dez. 1952.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. PRONAF. **Casa Familiar Rural**: aprendendo com a realidade. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabpronaf1.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

CARACTERIZAÇÃO dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural do Paraná. Disponível em: <www.deser.org.br/biblioteca.read.asp?id=d>. Acesso em: set. 2007.

CNPQ. **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil**. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>>. Acesso em: 15 ago. 2007.

CONSÓRCIO Intermunicipal de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSAD. Disponível em: <<http://www.sine.pr.gov.br/setp/enfPob/index.php?id=6>>. Acesso em: set. 2007.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: INEP, 2007. (Texto para discussão, 26). Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes..asp?pub=4121#>>. Acesso em: set. 2007.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

IDENTIFICAÇÃO, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná: etapa 2 – Pré-seleção das aglomerações produtivas e mapeamento dos ativos institucionais e das ocupações de perfil técnico-científico. Curitiba: IPARDES, 2005. Elaboração IPARDES, SEPL.

IPARDES. **Famílias pobres no Paraná**. Curitiba, 2003a.

IPARDES. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M 2000**: anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba, 2003b.

IPARDES. **Leituras regionais**: mesorregiões geográficas paranaenses. Curitiba, 2004. 1 CD-ROM.

IPARDES. **Mapa do trabalho infanto-juvenil**. Curitiba, 2007. No prelo.

IPARDES. **Vale do Ribeira**: referências da dinâmica regional. Curitiba: Ipardes, 2003c.

IPARDES. **Os vários Paranás**: estudos socioeconômico-institucionais como subsídios aos plano de desenvolvimento regional. Curitiba, 2005.

MAGALHÃES, Marisa V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes**: as migrações que também migram. Belo Horizonte, 2003. Tese (Doutorado) – UFMG/CEDEPLAR.

MOURA, R; WERNECK, D. Z. Rede, hierarquia e região de influência das cidades: um foco sobre a Região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n 100, p. 25-55, jan. /jun. 2001.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximação ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis/Programa Gestão Pública e Cidadania: FGV/EASP, 2001.

PADIS, Pedro C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo : HUCITEC; Curitiba : Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981. 235p. (Economia e planejamento: Série teses e pesquisas).

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Instituições Estaduais do Paraná**. Disponível em: <<http://www.seti.pr.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2007a.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. **Paraná da Gente: Caderno 6**. Disponível em: <<http://www.prdagente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=409>>. Acesso em: 12 set. 2007b.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Centro de Coordenação de Programas de Governo. **Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável**: marco conceitual e área do projeto. Curitiba, 2005. Documento técnico de circulação restrita.

PARANÁ. Secretaria de Estado dos Transportes. **Aeroportos do Paraná**. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/aeroportos/principais.html>>. Acesso em: 24 set. 2007c.

PARANÁ. Secretaria de Estado dos Transportes. Departamento de Estradas de Rodagem. **Mapa de Condição da Malha Rodoviária Estadual Pavimentada 2006**. Curitiba, 2006. 1 mapa. Escala 1:900 000.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2003**. Brasília: PNUD: IPEA: Fundação João Pinheiro, 2003. 1 CD-ROM.

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

ROCHA, S. Medindo a pobreza no Brasil: evolução metodológica e requisitos de informação básica. In: LISBOA, M. de B ; MENEZES FILHO, N. **Microeconomia e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 13, n 2, p. 15-26, ago. /dez. 1999.

SENAI – CETCEP Centro de Tecnologia em Celulose e Papel. Disponível em: <www.pr.senai.br/unidades/camposgerais/cetcep>. Acesso em: 11 out. 2007.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Curso técnico integrado e subsequente**. Disponível em: <www.utfpr.edu.br/materia.php?page=quelinguafalamos&tipo=estatico>. Acesso em: 17 ago. 2007.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.

WESTPHALEN, Cecília M. et al. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná – Departamento de História**, Curitiba, n. 7, p. 1-52, 1968.

APÊNDICE

TABELA A.2.1 - POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, GRAU DE URBANIZAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA, SEGUNDO OS TERRITÓRIOS DO PARANÁ - 2000/2007

TERRITÓRIO	POPULAÇÃO				GRAU DE URBANIZAÇÃO 2000 (%)	DENSIDADE (hab/km ²)	
	2000			2007		2000	2007
	Urbana	Rural	TOTAL				
Cantuquiriguaçu	112 332	120 397	232 729	233 973	48,3	16,7	16,8
Centro-Sul	112 792	119 972	232 764	244 698	48,5	21,8	23,0
Norte Pioneiro	217 671	91 759	309 430	306 502	70,3	29,6	29,4
Caminhos do Tibagi	112 115	56 190	168 305	177 270	66,6	16,5	17,4
Paraná Centro	212 465	129 663	342 128	335 775	62,1	24,0	23,6
Ribeira	47 496	43 212	90 708	99 352	52,4	14,9	16,3
União da Vitória	93 370	62 103	155 473	162 807	60,1	21,3	22,3
Vale do Ivaí	230 915	79 463	310 378	309 021	74,4	42,0	41,8
Territórios	1 139 156	702 759	1 841 915	1 869 398	61,8	24,0	23,3
Paraná (exceto territórios)	6 646 928	1 074 615	7 721 543	8 410 147	86,1	64,9	70,6
PARANÁ	7 786 084	1 777 374	9 563 458	10 279 545	81,4	48,0	51,6

FONTE: IBGE - Censo Demográfico e Contagem de População (resultados preliminares de 05/10/2007)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA A.2.2 - TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO, SEGUNDO OS TERRITÓRIOS DO PARANÁ - 1970/2007

TERRITÓRIO	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (%)			
	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2007
Cantuquiriguaçu	5,7	-0,4	0,3	0,1
Centro-Sul	1,0	1,4	0,5	0,8
Norte Pioneiro	-1,8	-0,6	-0,2	-0,1
Caminhos do Tibagi	2,4	-0,4	0,5	0,8
Paraná Centro	2,3	0,6	-0,2	-0,3
Ribeira	1,3	0,5	1,6	1,4
União da Vitória	1,7	1,2	1,1	0,7
Vale do Ivaí	-1,5	-1,6	-0,6	-0,1
Territórios	0,6	-0,1	0,2	0,2
Paraná (exceto territórios)	1,1	1,3	1,7	1,3
PARANÁ	1,0	0,9	1,4	1,1

FONTE: IBGE - Censos Demográficos e Contagem de População (resultados preliminares de 05/10/2007)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA A.2.3 - IMIGRANTES DE DATA FIXA INTRA-ESTADUAIS, INTERESTADUAIS, INTRA E INTERTERRITORIAIS E PROCEDENTES DE PAÍS ESTRANGEIRO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1995/2000

MUNICÍPIO	IMIGRANTE DE DATA FIXA 1995/2000 ⁽¹⁾						
	TOTAL INTRA-NACIONAL	Intra-estadual	Interestadual	Intra-território Ribeira	Inter-territórios	Procedente de outro município do Paraná (exceto territórios)	Procedente de país estrangeiro ⁽²⁾
Adrianópolis	376	174	202	42	14	117	-
Bocaiúva do Sul	1 309	1 133	177	168	155	810	15
Cerro Azul	506	389	118	18	-	371	-
Doutor Ulysses	278	209	69	50	4	155	-
Itaperçu	1 177	1 177	-	563	141	473	-
Rio Branco do Sul	1 552	1 368	183	355	202	810	-
Tunas do Paraná	398	350	48	158	21	171	-
TERRITÓRIO RIBEIRA	5 596	4 799	797	1 355	538	2 907	15

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) O imigrante de data fixa do período 1995/2000 não residia no município em estudo em 1995, e sim em 2000.

(2) Inclusive procedente de país estrangeiro não especificado.

TABELA A.2.4 - EMIGRANTES DE DATA FIXA INTRA-ESTADUAIS, INTERESTADUAIS, INTRA E INTERTERRITORIAIS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1995/2000

MUNICÍPIO	EMIGRANTE DE DATA FIXA 1995/2000 ⁽¹⁾					
	TOTAL INTRA-NACIONAL	Intra-estadual	Interestadual	Intra-território Ribeira	Inter-territórios	Com destino a outro município do Paraná (exceto territórios)
Adrianópolis	1 264	803	461	186	39	577
Bocaiúva do Sul	707	657	51	64	29	563
Cerro Azul	2 365	2 289	76	630	12	1 647
Doutor Ulysses	264	203	60	9	-	195
Itaperçu	432	404	28	64	-	339
Rio Branco do Sul	1 406	1 325	81	389	30	905
Tunas do Paraná	227	227	-	13	-	214
TERRITÓRIO RIBEIRA	6 663	5 907	756	1 355	111	4 442

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) O emigrante de data fixa informou, na pesquisa censitária, que residia no município em estudo em 1995, mas na data do censo (2000) residia em outro local.

TABELA A.2.5 - IMIGRANTES DE DATA FIXA INTRA-ESTADUAIS, INTERESTADUAIS, INTRA E INTERTERRITORIAIS E PROCEDENTES DE PAÍS ESTRANGEIRO, SEGUNDO OS TERRITÓRIOS DO PARANÁ - 1995/2000

TERRITÓRIO	IMIGRANTE DE DATA FIXA 1995/2000 ⁽¹⁾						
	TOTAL INTRA-NACIONAL	Intra-estadual	Interes-tadual	Intra-território	Inter-territórios	Procedente de Outro Município do Paraná (exceto territórios)	Procedente de País Estrangeiro ⁽²⁾
Cantuquiriguaçu	26 905	23 710	3 195	8 267	2 482	12 961	1 241
Centro-Sul	14 124	12 724	1 400	4 659	2 991	5 074	138
Norte Pioneiro	33 388	21 791	11 597	10 461	1 463	9 867	261
Caminhos do Tibagi	16 933	14 474	2 459	4 858	2 228	7 388	64
Paraná Centro	25 629	21 775	3 854	7 284	5 710	8 781	251
Ribeira	5 596	4 799	797	1 355	538	2 907	15
União da Vitória	10 306	6 461	3 844	2 197	1 650	2 615	-
Vale do Ivaí	32 789	24 215	8 574	8 906	2 828	12 481	257

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) O imigrante de data fixa do período 1995/2000 não residia no município em estudo em 1995, e sim em 2000.

(2) Inclusive procedente de país estrangeiro não especificado.

TABELA A.2.6 - EMIGRANTES DE DATA FIXA INTRA-ESTADUAIS, INTERESTADUAIS, INTRA E INTERTERRITORIAIS, SEGUNDO OS TERRITÓRIOS DO PARANÁ - 1995/2000

TERRITÓRIO	EMIGRANTE DE DATA FIXA 1995/2000 ⁽¹⁾					Com destino a outro município do Paraná (exceto territórios)
	TOTAL INTRA-NACIONAL	Intra-estadual	Interestadual	Intraterritório	Inter-territórios	
Cantuquiriguaçu	35 567	27 329	8 238	8 267	4 189	14 873
Centro-Sul	20 958	18 448	2 510	4 659	2 660	11 129
Norte Pioneiro	40 465	27 390	13 075	10 461	1 081	15 848
Caminhos do Tibagi	20 888	18 530	2 358	4 858	2 275	11 397
Paraná Centro	46 043	36 440	9 604	7 284	6 769	22 387
Ribeira	6 663	5 907	756	1 355	111	4 442
União da Vitória	14 632	8 980	5 651	2 197	1 104	5 679
Vale do Ivaí	48 304	34 750	13 554	8 906	1 699	24 144

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) O emigrante de data fixa informou, na pesquisa censitária, que residia no município em estudo em 1995, mas na data do censo (2000) residia em outro local.

TABELA A.2.7 - POPULAÇÃO E TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 1991/2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO						TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO 1991-2000 (%)		
	1991			2000			0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais
	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais			
Adrianópolis	3 544	4 890	501	2 352	4 087	568	-4,5	-2,0	1,4
Bocaiúva do Sul	2 795	4 633	393	2 887	5 586	577	0,4	2,1	4,4
Cerro Azul	6 457	8 960	665	5 688	9 690	974	-1,4	0,9	4,4
Doutor Ulysses	2 146	2 663	182	2 305	3 421	277	0,8	2,8	4,8
Itaperuçu	4 311	6 181	388	6 876	11 836	632	5,4	7,6	5,6
Rio Branco do Sul	10 630	15 753	1 033	9 823	18 240	1 278	-0,9	1,7	2,4
Tunas do Paraná	1 058	1 590	188	1 304	2 082	225	2,4	3,1	2,0
TERRITÓRIO RIBEIRA	30 941	44 670	3 350	31 235	54 942	4 531	0,1	2,3	3,4

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA A.2.8 - POPULAÇÃO E TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E TERRITÓRIOS DO PARANÁ - 1991/2000

TERRITÓRIO	POPULAÇÃO						TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO 1991-2000 (%)		
	1991			2000			0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais
	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais			
Cantuquiriguaçu	86 565	132 664	7 532	80 084	141 812	10 833	-0,9	0,8	4,2
Centro-Sul	77 114	133 815	10 749	71 921	146 985	13 858	-0,8	1,1	2,9
Norte Pioneiro	106 478	189 776	17 459	89 198	197 286	22 946	-2,0	0,4	3,1
Caminhos do Tibagi	58 346	94 838	7 214	53 231	105 413	9 661	-1,0	1,2	3,3
Paraná Centro	129 221	205 127	12 462	111 317	213 756	17 055	-1,7	0,5	3,6
Ribeira	30 941	44 670	3 350	31 235	54 942	4 531	0,1	2,3	3,4
União da Vitória	49 340	84 756	6 485	48 725	97 942	8 806	-0,1	1,6	3,5
Vale do Ivaí	107 964	203 613	16 265	85 853	202 596	21 929	-2,5	-0,1	3,4
Paraná (exceto territórios)	2 168 240	4 177 057	286 672	2 175 566	5 115 002	430 975	0,0	2,3	4,7
PARANÁ	2 814 209	5 266 316	368 188	2 747 130	6 275 734	540 594	-0,3	2,0	4,4

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA A.2.9 - POPULAÇÃO POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS E ÍNDICE DE IDOSOS, SEGUNDO OS TERRITÓRIOS DO PARANÁ - 2000

TERRITÓRIO	GRUPO ETÁRIO		ÍNDICE DE IDOSOS ⁽¹⁾ (%)
	0 a 14 anos	65 anos e +	
Cantuquiriguaçu	80 084	10 833	13,5
Centro-Sul	71 921	13 858	19,3
Norte Pioneiro	89 198	22 946	25,7
Caminhos do Tibagi	53 231	9 661	18,1
Paraná Centro	111 317	17 055	15,3
Ribeira	31 235	4 531	14,5
União da Vitória	48 725	8 806	18,1
Vale do Ivaí	85 853	21 929	25,5
Territórios	571 564	109 619	19,2
Paraná (exceto territórios)	2 175 566	430 975	19,8
PARANÁ	2 747 130	540 594	19,7

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) O índice de idosos mede a relação, em percentual, entre o número de pessoas idosas (65 anos e mais) e o número de pessoas nos grupos etários mais jovens (menores de 15 anos de idade).

TABELA A.2.10 - POPULAÇÃO MASCULINA, FEMININA E RAZÃO DE SEXO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E TERRITÓRIOS DO PARANÁ - 2000

TERRITÓRIO	GRUPO ETÁRIO								
	0 a 14 anos			15 a 64 anos			65 anos e +		
	População		Razão de Sexo ⁽¹⁾	População		Razão de Sexo ⁽¹⁾	População		Razão de Sexo ⁽¹⁾
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	
Cantuquiriguaçu	40 771	39 313	1,04	72 601	69 211	1,05	5 538	5 295	1,05
Centro-Sul	36 795	35 126	1,05	75 915	71 070	1,07	6 433	7 425	0,87
Norte Pioneiro	45 434	43 764	1,04	99 136	98 150	1,01	11 264	11 682	0,96
Caminhos do Tibagi	27 008	26 223	1,03	53 429	51 984	1,03	4 971	4 690	1,06
Paraná Centro	56 831	54 486	1,04	106 974	106 782	1,00	8 449	8 606	0,98
Ribeira	15 981	15 254	1,05	28 456	26 486	1,07	2 424	2 107	1,15
União da Vitória	24 837	23 888	1,04	49 920	48 022	1,04	4 046	4 760	0,85
Vale do Ivaí	44 024	41 829	1,05	100 124	102 472	0,98	10 964	10 965	1,00
Territórios	291 681	279 883	1,04	586 555	574 177	1,02	54 089	55 530	0,97
Paraná (exceto territórios)	1 107 584	1 067 982	1,04	2 501 443	2 613 559	0,96	196 068	234 907	0,83
PARANÁ	1 399 265	1 347 865	1,04	3 087 998	3 187 736	0,97	250 157	290 437	0,86

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) A razão de sexo expressa o número de homens observado na população em relação ao número de mulheres.

TABELA A.3.1 - NÚMERO MÉDIO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ÓBITOS, SEGUNDO OS GRUPOS DE CAUSAS (CID-10) E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2003-2004-2005

MUNICÍPIO	ÓBITOS																	
	Alg. Doenças Infec. e Parasit.		Neoplasias		Doenças Sang. Órg. Hemat. e Transt. Imunitár.		Doenças Endóc. Nutric. e Metab.		Transt. Mentais e Comport.		Doenças do Sistema Nervoso		Doenças do Aparelho Circulatório		Doenças do Aparelho Respiratório		Doenças do Aparelho Digestivo	
	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%
Adrianópolis	1,0	2,3	6,3	14,7	0,0	0,0	2,3	5,4	0,3	0,8	0,3	0,8	15,7	36,4	4,3	10,1	1,7	3,9
Bocaiúva do Sul	0,0	0,0	9,3	17,1	0,0	0,0	2,0	3,7	0,0	0,0	1,3	2,4	19,3	35,4	7,0	12,8	2,0	3,7
Cerro Azul	2,0	2,2	9,3	10,3	0,7	0,7	3,3	3,7	1,0	1,1	1,0	1,1	27,3	30,1	9,0	9,9	3,0	3,3
Doutor Ulysses	0,0	0,0	2,7	10,4	0,0	0,0	0,3	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	5,7	22,1	3,3	13,0	0,3	1,3
Itaperuçu	3,0	2,4	15,0	12,0	0,0	0,0	4,0	3,2	0,7	0,5	1,7	1,3	32,0	25,7	9,7	7,8	4,7	3,7
Rio Branco do Sul	4,7	2,7	23,3	13,6	0,0	0,0	8,7	5,0	1,7	1,0	2,0	1,2	41,7	24,2	16,0	9,3	9,7	5,6
Tunas do Paraná	0,3	1,1	3,3	11,1	0,0	0,0	1,3	4,4	0,0	0,0	0,3	1,1	10,3	34,4	2,3	7,8	1,3	4,4
TOTAL RIBEIRA	11,0	2,0	69,3	12,8	0,7	0,1	22,0	4,1	3,7	0,7	6,7	1,2	152,0	28,1	51,7	9,6	22,7	4,2
PARANÁ ⁽¹⁾	1 969,7	3,3	9 652,7	16,4	211,0	0,4	3 018,0	5,1	535,3	0,9	1 048,0	1,8	18 927,0	32,2	6 018,0	10,2	3 088,3	5,3

MUNICÍPIO	ÓBITOS																	
	Doenças da Pele e do tecido subcutâneo		Doenças do Sist. Osteo-Muscular e Tec. Conjunt.		Doenças do Aparelho Geniturinário		Gravidez Parto e Puerpério		Algum. Afec. Origin. no Período Perinatal		Malf. Cong. Deformid. e Anom. Cromos-sômicas		Sint. Sinais e Achad. Anorm. ex. Clín. e Laborat.		Causas Externas de Morbidade e Mortalidade		TOTAL	
	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%
Adrianópolis	0,3	0,8	0,0	0,0	1,0	2,3	0,0	0,0	1,3	3,1	0,3	0,8	5,3	12,4	2,7	6,2	43,0	100,0
Bocaiúva do Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	2,3	4,3	0,0	0,0	0,7	1,2	0,7	1,2	2,7	4,9	7,3	13,4	54,7	100,0
Cerro Azul	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,1	0,7	0,7	2,7	2,9	1,7	1,8	19,7	21,7	8,3	9,2	90,7	100,0
Doutor Ulysses	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	2,6	0,3	1,3	2,3	9,1	0,0	0,0	6,7	26,0	3,3	13,0	25,7	100,0
Itaperuçu	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	1,1	0,7	0,5	5,0	4,0	1,7	1,3	24,3	19,5	21,0	16,8	124,7	100,0
Rio Branco do Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	1,0	0,3	0,2	5,3	3,1	3,7	2,1	26,0	15,1	27,3	15,9	172,0	100,0
Tunas do Paraná	0,0	0,0	0,3	1,1	0,0	0,0	0,3	1,1	2,0	6,7	0,3	1,1	0,7	2,2	7,0	23,3	30,0	100,0
TOTAL RIBEIRA	0,3	0,1	0,3	0,1	8,0	1,5	2,3	0,4	19,3	3,6	8,3	1,5	85,3	15,8	77,0	14,2	540,7	100,0
PARANÁ ⁽¹⁾	72,3	0,1	201,3	0,3	915,3	1,6	105,3	0,2	1 414,7	2,4	620,7	1,1	2 915,3	5,0	8 094,3	13,8	58 811,7	100,0

FONTE: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade

NOTAS: Dados elaborados pelo IPARDES.

Excluídos os óbitos ocorridos no grupo de causas das doenças do ouvido e da apófise mastóide e dos óbitos ocorridos nos municípios ignorados.

(1) Incluído no total do Estado, os óbitos ocorridos no grupo de causas das doenças do ouvido e da apófise mastóide.

QUADRO A.3.1 - TIPOS DE TURISMO E AS PRINCIPAIS ATIVIDADES A ELES RELACIONADOS, SEGUNDO O MINISTÉRIO DO TURISMO E SETU-PR

TIPO DE TURISMO	ATIVIDADES
Ecoturismo	<ul style="list-style-type: none"> • espeleoturismo; • <i>hiking</i>; • naturismo; • observação de fauna e flora; • <i>trekking</i>.
Turismo de aventura	<ul style="list-style-type: none"> • aéreas – vôo livre (asa delta, balão, pára-quadras e variações, planador); • vôo motorizado (asa delta motorizada, girocôptero, ultraleve); • montanhismo – <i>canyoning</i>, escalada (técnica, solo, caminhada), rapel; • náuticas – bóia-cross, canoagem e suas variações, iatismo e suas variações; • mergulho (autônomo, livre), pesca amadora, <i>rafting</i>, <i>surf</i> e suas variações; • terrestre – caça regulamentada, ciclo turismo; veículos motorizados.
Turismo rural	<ul style="list-style-type: none"> • agroturismo; • artesanato; • gastronomia típica; • lazer e recreação (desenvolvidas em caminhadas, cavalgadas, charreteadas; • colhe-e-pague, fazenda-hotel, hotel-fazenda, pesque-e-pague, pousada rural; • turismo eqüestre).
Turismo histórico - cultural	<ul style="list-style-type: none"> • atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural; • eventos culturais; • manifestações populares (cavalhada, fandango, folia de reis, tropeada, outras); • visitas a sítios históricos; • visitas a sítios arqueológicos.
Turismo técnico	<ul style="list-style-type: none"> • espeleologia; • pesquisa arqueológica; • pesquisa e treinamento; • visitas a sítios científicos; • visitas técnicas a reservas de fauna e flora, barragens, fazendas experimentais etc.
Turismo de sol e praia	<ul style="list-style-type: none"> • atividades relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor.
Turismo esportivo	<ul style="list-style-type: none"> • prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas.
Turismo religioso	<ul style="list-style-type: none"> • atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas.
Turismo de negócios e eventos	<ul style="list-style-type: none"> • conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social.
Turismo de saúde	<ul style="list-style-type: none"> • atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos.

FONTE: Secretaria de Estado do Turismo

TABELA A.4.1 - NÚMERO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE CONTRATOS DO PRONAF E RESPECTIVOS MONTANTES, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RIBEIRA - PARANÁ - 2000/2007

MUNICÍPIO	CONTRATOS						MONTANTE ⁽¹⁾					
	2000/2001		2003/2004		2006/2007		2000/2001		2003/2004		2006/2007	
	Número	%	Número	%	Número	%	Reais	%	Reais	%	Reais	%
Adrianópolis	-	-	71	5,3	189	7,1	-	-	144 900,00	4,5	1 236 782,85	12,2
Bocaiúva do Sul	-	-	9	0,7	330	12,3	-	-	33 122,29	1,0	2 502 515,94	24,6
Cerro Azul	-	-	542	40,2	1 215	45,3	-	-	1 083 338,13	33,5	3 433 363,66	33,7
Doutor Ulysses	-	-	44	3,3	354	13,2	-	-	98 000,00	3,0	606 635,93	6,0
Itaperuçu	22	28,9	176	13,0	300	11,2	55 981,26	25,5	504 099,96	15,6	880 059,93	8,6
Rio Branco do Sul	54	71,1	507	37,6	285	10,6	163 526,82	74,5	1 371 593,10	42,4	1 498 143,81	14,7
Tunas do Paraná	-	-	-	-	7	0,3	-	-	-	-	18 407,70	0,2
TERRITÓRIO RIBEIRA	76	100,0	1 349	100,0	2 680	100,0	219 508,08	100,0	3 235 053,48	100,0	10 175.909,82	100,0
PARANÁ	116 178	-	129 234	-	151 550	-	313 792 156,08	-	546 672 189,00	-	995 070 093,83	-

FONTES: BACEN, BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN, BNDES

NOTA: Dados extraídos de www.mda.gov.br/saf. Acesso em: set. 2007.

(1) Valores correntes.

QUADRO A.4.1 - CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES, SEGUNDO OS GRUPOS DO PRONAF - BRASIL - 2005

TIPO	CARACTERÍSTICAS
Grupo A	<ul style="list-style-type: none"> agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal que ainda não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA). beneficiários que não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF.
Grupo B	<ul style="list-style-type: none"> agricultores familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro e que residam na propriedade ou em local próximo. agricultores familiares que não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor. agricultores familiares que obtenham, no mínimo, 30% (trinta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento. agricultores familiares que tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento. agricultores familiares que obtenham renda bruta anual familiar de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.
Grupo C	<ul style="list-style-type: none"> agricultores familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA e que residam na propriedade ou em local próximo. agricultores familiares que não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor. agricultores familiares que obtenham, no mínimo, 60% (sessenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento. agricultores familiares que tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária. agricultores familiares que obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e até R\$ 14.000,00 (catorze mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.
Grupo A/C	<ul style="list-style-type: none"> agricultores familiares egressos do Grupo A, que não contraíram financiamento de custeio nos Grupos C, D ou E e que apresentarem a DAP para o Grupo "A/C" fornecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para os beneficiários do PNRA ou pela Unidade Técnica Estadual ou Regional (UTE/UTR) para os beneficiados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário
Grupo D	<ul style="list-style-type: none"> agricultores familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA e que residam na propriedade ou em local próximo. agricultores familiares que não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor. agricultores familiares que obtenham, no mínimo, 70% (setenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento. agricultores familiares que tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir. agricultores familiares que obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 14.000,00 (catorze mil reais) e até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.
Grupo E	<ul style="list-style-type: none"> agricultores familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA e que residam na propriedade ou em local próximo. agricultores familiares que não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor. agricultores familiares que obtenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento. agricultores familiares que tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes, admitido ainda a eventual ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir. agricultores familiares que obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

FONTE: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar



PROJETO DE INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL



IPARDES

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2 - 82630-900 - Curitiba - Paraná
Tel.: (41) 3351-6335 | 3351-6345 - Fax: (41) 3351-6347
www.ipardes.gov.br ipardes@ipardes.gov.br